UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA.

AMANDA CAROLINE HARUMY OLIVEIRA

MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEMOCRACIA COLOMBIANA (2010-2016): MARCHA PATRIÓTICA UM MOVIMENTO POLÍTICO OU SOCIAL?

SÃO PAULO

2018

AMANDA CAROLINE HARUMY OLIVEIRA

MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEMOCRACIA COLOMBIANA (2010-2016): MARCHA PATRIÓTICA UM MOVIMENTO POLÍTICO OU SOCIAL?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências

Área de concentração: Práticas Políticas e Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Wagner T. Iglecias

SÃO PAULO

2018

AMANDA CAROLINE HARUMY OLIVEIRA

MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEMOCRACIA COLOMBIANA (2010-2016): MARCHA PATRIÓTICA UM MOVIMENTO POLÍTICO OU SOCIAL?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências

Área de concentração: Práticas Políticas e Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Wagner T. Iglecias

SÃO PAULO

2018

AUTORIZO A PRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura _____ Data __/__/__

Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Florestan Fernandes

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Oliveira, Amanda Caroline Harumy

Movimentos sociais na democracia colombiana (2010- 2016): Marcha Patriótica um movimento político ou social?/ Amanda Caroline Harumy Oliveira -- São Paulo, 2018. 132 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Wagner T. Iglecias

1. Democracia 2. Movimentos sociais 3. Colômbia. I. Título.

Nome: Amanda Caroline Harumy Oliveira

Título: Movimentos sociais na democracia colombiana (2010-2016): MarchaPatriótica um movimentos político ou social?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovada em: __/__/__

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. _____

Instituição:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr. _____Instituição:_____
Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr. _____Instituição:_____
Julgamento:_____ Assinatura:_____

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, aqueles que me apoiaram em todos os momentos, dedicam meu trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por todo apoio e paciência nessa jornada.

Agradeço ao meu orientador Wagner T. Iglecias, pela orientação e aprendizagem.

Por fim, agradeço a todos meus companheiros do PROLAM, pela amizade, pelo trabalho conjunto e por acreditar na pós-graduação pública e gratuita.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.” (Paulo Freire).

RESUMO

O trabalho tem como objetivo investigar os atuais aspectos democráticos da Colômbia, por meio, da analise dos movimentos sociais. Para a compreesão desse contexto, essa dissertação se dedicou a realizar uma análise estrutural, fundamentada por teorias de democracia e movimentos sociais, e uma análise conjuntural, por meio de um estudo de caso específico de movimentos sociais. O recorte temporal é o início do governo de Juan Manoel Santos em 2010, até 2016, no qual emergiram importantes experiencias de movimentos sociais. A criação da Marcha Patriótica em 2012, teve grande projeção nacional. O movimento se autodefiniu como movimento político e social. A questão que guia essa investigação é se a definição do movimento é legítima. Por meio de um trabalho de revisão de bibliografia e de entrevistas foram coletas informações para compreender qual foi o caráter de ação do movimento no contexto colombiano. A Marcha Patriótica atuou como um importante articulador de diversos movimentos sociais colombianos, em torno de uma temática política específica: a defesa pela paz, propondo uma negociação política para o fim do conflito armado colombiano. Ao caracterizar a criação do movimento, seu conteúdo e formato, foi possível enxergar que se tratou de um movimento político e social, que obteve sucesso em conciliar as demandas políticas específicas do movimento e as características e funções do movimento social.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, movimentos sociais, Colômbia, Marcha Patriótica.

ABSTRACT

The paper aims to investigate the current democratic aspects of Colombia, through the analysis of social movements. To understand this context, this dissertation was dedicated to a structural analysis, based on theories of democracy and social movements, and a conjunctural analysis, through a specific case study of social movements. The temporal cut is the beginning of the administration of Juan Manoel Santos in 2010, until 2016, in which important experiences of social movements emerged. The creation of the Patriotic March in 2012, had great national projection. The moviment defined itself as a political and social movement. The question guiding this investigation is whether the definition of motion is legitimate. Through a bibliographical review and interview work, information was collected to understand the character of the movement in the Colombian context. The Patriotic March served as an important articulator of several Colombian social movements, around a specific political theme: defense for peace, proposing a political negotiation for the end of the Colombian armed conflict. By characterizing the creation of the movement, its content and format, it was possible to see that it was a political and social movement that succeeded in reconciling the specific political demands of the movement and the characteristics and functions of the social movement.

KEY WORDS: Democracy, social movements, Colombia, Patriotic March.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais ações coletivas da Marcha Patriótica. (2010-2015) 101

Tabela 2 - Repressão para-oficial contra a Marcha Patriótica. 108

Tabela 3 - Setores que compõe a Marcha Patriótica. 109

Tabela 4 - Setores de destaque na formação da Marcha Patriótica. 110

LISTA DE SIGLAS

ACEU – IUCO	Associação Colombia de Estudiantes Universitarios
ACVC -	Associação Camponesa do Vale do Rio Cimitarra
ANAPO;	Aliança Nacional Popular -
ANUC;	Associação Nacional de Usuários Camponeses
ANZORC	Associação Nacional de Zonas de RESERVA CAMPESINA
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CONAP	Coordenação Nacional de Organizações Agrárias e Populares.
COPAN	Comitê patriótico nacional
CUT	Central Unitária de Trabalhadores
CRIC	Confederação Regional Indígena do Cauca
CSTC	Confederação Sindical dos Trabalhadores da Colômbia
CTC	Confederação dos Trabalhadores da Colômbia
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estatísticas
EUA	Estados Unidos da América
ELN	Exército de Libertação Nacional
FARC – EP	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo
FEU	Federação de Estudantes Universitários
FENSA	Federação Nacional Sindical Agropecuária
FPU	Frente Popular Unida
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MANE	Mesa Ampla Nacional Estudantil
MOEC	Movimento dos Trabalhadores Estudantis Camponeses
MP	Marcha Patriótica
MRL	Movimento Revolucionário Liberal
M-19	Movimento 19 de abril
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONIC	Organização Nacional Indígena Colômbia

UTC	União dos Trabalhadores da Colômbia

INTRODUÇÃO:.....1

CAPÍTULO 1: DEBATE TEÓRICO SOBRE DEMOCRACIA 15
1.1 AUTORES CLÁSSICOS: ROUSSEAU. 16
1.2 AUTORES CLÁSSICOS: MILL. 18
1.3 AUTORES REVISIONISTAS: SCHUMPETER..... 20
1.4 AUTORES REVISIONISTAS: BOBBIO. 31
1.5 AUTORES CONTEMPORÂNEOS: BOAVENTURA E MENESES..... 35
1.6 AUTORES CONTEMPORANEOS: QUIIJANO..... 44
1.7 REFLEXÕES ESTRUTURAL..... 47

CAPÍTULO 2: DEMOCRACIA COLOMBIANA. 50
2.1 AS IDEOLOGIAS ECONÔMCAS E MODELOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA. 51
2.2 BREVE ANÁLISE DA HISTÓRIA DEMOCRÁTICA DA COLÔMBIA..... 58
2.3 A CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA COLOMBIANA..... 60
2.4 DEMOCRACIA COLOMBIANA NO GOVERNO URIBE. 62
2.5 DEMOCRACIA COLOMBIANA NO GOVERNO DE JUAN MANOEL SANTOS. 67
2.5 REFLEXÕES CONJUNTURAIS. 71

CAPÍTULO 3: TEORIAS DE MOVIMENTOS POLÍTICOS E SOCIAIS. 72
3.1 TEORIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS: LUIS TAPIA..... 72
3.2 TEORIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS: ALBERTO MELUCCI..... 77
3.2.1 Novos movimentos e mudança nas formas de organização- Alberto Melucci..... 82
3.3.2 Movimentos contemporâneos. – Alberto Melucci. 84
3.4 REFLEXÕES ESTRUTURAIS: 87

CAPÍTULO 4: MARCHA PATRIÓTICA UM MOVIMENTO POLÍTICO OU SOCIAL? ..88
4.1 A CRIAÇÃO DA MARCHA PATRIÓTICA. 89
4.2 CONTEÚDO POLÍTICO E SOCIAL DA MARCHA PATRIÓTICA..... 92
4.3 COORDENAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS..... 99
4.4 MARCHA PATRIÓTICA E O PROCESSO DE PAZ..... 100
4.5 CRIMINALIZAÇÃO DA MARCHA PATRIÓTICA. 101
4.6.MOVIMENTO CAMPONÊS E A MARCHA PATRIÓTICA..... 107
4.6.MOVIMENTO INDÍGENA COLOMBIANO. 118
4.7 MARCHA PATRIÓTICA E AS FARC. 119

4.8 REFLEXÕES CONJUNTURAIS. 122

CONSIDERAÇÕES FINAIS 123

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS 125

INTRODUÇÃO:

Há tempos o tema democracia instiga debates e reflexões na América Latina. Nas últimas décadas, Estados reconhecidos como democráticos em seus processos institucionais domésticos, se destacaram ao apresentar propostas teóricas distintas entre si, no âmbito regional da América do Sul. Dessa forma, investigar o tema democracia na América Latina é de extrema importância para compreender a complexidade teórica e políticas encontradas na região. Mesmo apresentando diversidades, a realidade latina americana possui similaridades estruturais. É uma região que já enfrentou interrupções em seus processos democráticos, assim o tema democracia desenvolve constantes debates sobre suas formas, estilos e métodos. Para realizar uma investigação que reconheça a complexidade e diversidade da região, será realizado um recorte geográfico e temporal. Com o intuito de avançar no debate sobre democracia na América Latina, o tema recortado para este respectivo trabalho, será a análise do processo democrático da Colômbia no governo de Juan Manuel Santos (2010-2016).

O tema a ser trabalhado nessa dissertação é referente aos aspectos democráticos da América Latina. Há um recorte geográfico localizado na Colômbia, e um recorte temporal dos primeiros seis anos de governo de Juan Manuel Santos. O objeto de estudo é a experiência do movimento social na Colômbia, especificamente a Marcha Patriótica. Dessa forma o tema que nos fornece o panorama geral da pesquisa são os aspectos democráticos encontrados na América Latina. O problema a ser analisado são as contradições resultantes entre a proposta de democracia e seu resultado. O complexo contexto histórico de violência social existente na realidade colombiana resulta em um questionamento sobre a estrutura democrática do país. O movimento social é a principal experiência democrática a ser estudada, será considerado como um termômetro democrático para essa respectiva análise.

A Colômbia se posiciona ideologicamente como uma democracia liberal clássica, que teoricamente possui o pressuposto da liberdade individual e livre mercado. Mas será que essas delimitações liberais não são contraditórias ao cenário colombiano? Qual o aspecto democrático da realidade social colombiana? Para elucidar essas questões a investigação tem como proposta compreender as influências teóricas de cada proposta democrática; verificar as características específicas da realidade colombiana; formação histórica de seus conflitos e suas peculiaridades regionais; descrever de movimentos sociais e apresentar um caso de movimento sociais, suas estruturas, definições e resultados.

Analisar o tema democracia e seus desdobramentos teóricos e práticos torna essa pesquisa de grande relevância para a compreensão da realidade política e social da América Latina. A Colômbia é um caso específico, com contradições singulares a seu contexto, porém produz falhas democráticas recorrentes no continente sul-americano. O contexto de controvérsias e lapsos democráticos legitima a necessidade da pesquisa sobre democracia e movimentos sociais na Colômbia. Essa dissertação compromete se em analisar o processo democrático, existente entre Estado e movimentos sociais, na Colômbia, durante o governo de Juan Manoel Santos. A Colômbia enfrentou anos de guerra civil, envolvendo diversos atores sociais. Portanto, a análise de seu contexto, é um rico exercício de compreensão das ciências humanas. A análise do contexto político e social da Colômbia será guiada pela compreensão teórica do modelo democrático adotado pelo Estado e pela análise conjuntural dos movimentos sociais.

A motivação da investigação sobre democracia e mais especificamente movimentos sociais na Colômbia, surge da percepção da emergência de um novo processo social, ainda não compreendido por completo pelas análises acadêmicas. Tanto os aspectos democráticos, quanto os movimento sociais que se manifestaram na última década, possuem formatos e comportamentos ainda não totalmente teorizados. Dessa maneira, o ambiente político e social em erupção, se tornou o principal estimulo dessa pesquisa. A pesquisa tem como ambição avançar na compreensão do comportamento desses novos atores sociais, por conseguinte compreender os aspectos democráticos colombianos.

A escolha da Marcha Patriótica como objeto de análise é decorrência da originalidade desse processo. A Marcha Patriótica desempenhou um papel de grande relevância nos processos democráticos dos últimos anos na Colômbia. Por conseguinte, investigar e compreender o que esse novo ator representou para as transformações sociais no país é extremamente pertinente para uma pesquisa sobre aspectos democráticos. O recorte temporal acompanha a história da Marcha Patriótica, dessa maneira será analisado desde o período de esboço do movimento até seu último processo de transformação. (2010-2016).

É preciso compreender, que a definição teórica de democracia representa muitos aspectos contraditórios ao ambiente social. Entretanto essas complexidades encontradas na análise dos contextos democráticos contemporâneos não deslegitimam a pesquisa teórica do tema democracia. Na realidade, torna o debate de sua ciência, essencial para compreender projetos políticos e seus impactos nas sociedades latino-americanas.

Analisar os contextos democráticos da Colômbia é de extrema importância para compreender a realidade latino-americana. Dessa maneira, esse trabalho tem como finalidade geral identificar a estrutura teórica de regime democrático e relacionar com o contexto de participação democrática existente em seus mecanismos sociais. Para isso será utilizados diversos autores que conversem com essa temática. Para a fundamentação teórica, utilizará autores de grande relevância como Carole Patman, Schumpeter, Bobbio, Boaventura e Anibal Quijano. Para a compreensão do contexto conjuntural serão utilizados autores recentes que avançam sobre o objeto Marcha Patriótica. Essa dissertação possui uma influência epistemológica decolonial, assim busca utilizar autores eurocêntricos para construir uma base de análise, porém contrapõe essa visão com autores latino-americanistas para equilibrar a investigação.

O tema democracia possui um amplo desdobramento teórico, desse modo será realizado um breve debate teórico para obter uma análise além da visão conjuntural. O objetivo geral dessa dissertação é compreender os aspectos democráticos da Colômbia e suas influencias teórica. Para isso será realizado um breve levantamento teórico. Os autores selecionados para desenvolver o debate teórico sobre democracia são autores de relevância acadêmica e também autores que suas reflexões auxiliam na compreensão das particularidades colombianas. O filtro de análise para compreender o contexto democrático da Colômbia, será o movimento social. A saúde do movimento social na estrutura democrática de um país indica a vitalidade da democracia no país. Para ilustrar esse contexto, será realizado um estudo de caso de um movimento social específico, a Marcha Patriótica. Assim, os objetivos específicos dessa dissertação são: compreender se a experiência da Marcha Patriótica é social ou política, segundo as definições teóricas existentes. Se a Marcha Patriótica é um reflexo legítimo da estrutura social e da busca por processos democráticos na Colômbia.

Antes de compreender a complexidade do cenário colombiano é necessário resgatar o debate teórico sobre democracia desenvolvida, desde o início do pensamento democrático até as análises atuais. .As diversas teorias democráticas estão presentes nas instituições construídas nas últimas décadas no país. Dessa forma, é preciso realizar um levantamento teórico das principais teorias, para identificar a fundamento democrático da Colômbia. O tema democracia possui uma grande diversidade de desdobramentos teóricos. Assim, para atingir uma investigação mais precisa, será realizada a análise política e social sobre o aspecto da participação social, dentro do tema democracia. A proposta é realizar um breve levantamento bibliográfico do tema democracia, por meio de uma divisão teórica entre

autores clássicos, revisionistas e contemporâneos. Posteriormente, identificar nessas teorias a interpretações sobre participação social. O estudo tem como foco compreender a influência teórica presente na estrutura democrática do país, e relacionar a teoria democrática com o resultado social.

No primeiro capítulo há um debate teórico sobre democracia. Para iniciar o debate, em uma sequencia cronológica, apresentam-se os autores clássicos, pela obra de Carole Patman. Em uma segunda etapa do debate, a investigação introduz a crítica dos autores clássicos, realizadas pelos autores revisionistas, esses autores qualificaram a estrutura democrática como um método. Para estruturar essa reflexão é utilizado as obras de Schumpeter e Bobbio. A terceira via de análise da teoria democrática é formada por autores contemporâneos como Boaventura e Quijano, que interpretam a estrutura democrática como uma forma de poder.

No segundo capítulo, para adentrar a investigação às peculiaridades do ambiente político e social da Colômbia, será realizado um ensaio sobre a democracia colombiana e suas formas e estilos. Nesse capítulo, além de uma descrição teórica, também há uma apresentação histórica dos processos sociais e seus desdobramentos.

No terceiro capítulo, para se aproximar do objeto de análise: o movimento social colombiano torna-se necessário introduzir o debate recente sobre teoria de movimentos sociais. Será utilizado as reflexões de Melucci e Tapia, dois autores que dialogam entre si e buscam teorizar os movimentos sociais contemporâneos.

No quarto capítulo, se apresenta o objeto de estudo: Marcha Patriótica. Se dedica compreender como foi seu processo de criação, como é formado sua estrutura e como se deu sua influencia na sociedade colombiana. Além disso, é no capítulo final, que será debatido os objetivos específicos e responderá a pergunta central da dissertação: A Marcha Patriótica é um movimento político ou social?

Esta dissertação buscará destrinchar teoricamente a estrutura democrática. Dessa maneira a análise do comportamento do Estado com os movimentos sociais, será a principal ferramenta para diagnosticar a hipótese proposta no trabalho. A hipótese desse trabalho é que a democracia latina americana possui experiências sociais não previstas por completo pelos principais debates teóricos. A emergência de seus processos resulta em formas políticas não previsíveis. Assim a hipótese do trabalho é que a Marcha Patriótica interagem de uma maneira imprevisível nas relações sociais e políticas da Colômbia. Representando

um aspecto democrático favorável dentro do método democrático teoricamente desestruturado.

A metodologia a ser utilizada nesse trabalho será a de análise qualitativa, por meio de revisão teórica e bases históricas. Para compreender o ambiente democrático recente da Colômbia, será realizada uma análise estrutural e conjuntural. A análise estrutural busca fundamentar a pesquisa conjuntural com um debate epistemológico sobre as principais teorias que envolvem os aspectos conjunturais. A análise conjuntural propõe compreender as características sociais e políticas presentes especificamente na conjuntura colombiana.

A análise estrutural é uma análise referente a interligação de experiências de conjuntos, é a reunião da análise das partes ou elementos. que proporcionam uma investigação mais completa devido a soma de observações conjunturais. A analise estrutural tente a ser relacionada a ciclos de longo prazo.

A análise de conjuntura é a análise do conjunto, ou seja, é a observação do conjunto de complexidades de um contexto complexo. A analise conjuntural possui uma perspectiva temporal de curto prazo. Por fim a análise dessa dissertação tem um perfil estrutural pois busca compreender todas as influencias estruturais no contexto atual, analisa aspectos teóricos e históricos. Também realiza uma análise conjuntural pois observa um abjeto recente, suas complexidades conjunturais e seus ciclos de curto prazo.

CAPÍTULO 1: DEBATE TEÓRICO SOBRE DEMOCRACIA

O tema democracia possui diversos desdobramentos teóricos. Para realizar uma análise sobre democracia colombiana, será apresentada um debate teórico geral. Serão citados brevemente os autores clássicos, os revisionistas e contemporâneos. Essa dissertação deve realizar o exercício de compreender os debates democráticos e direcionar o olhar crítico para o contexto da América Latina, mais especificamente da Colômbia. As teorias devem tangenciar o trabalho, de modo que seja possível enxergar as relações teóricas dos modelos democráticos estudados. Torna-se essencial profundar os estudos nas bases teóricas para realizar uma análise estrutural sobre democracia na América Latina.

Essa dissertação tem como objetivo compreender o debate democrático e se aprofundar na perspectiva da participação social, da estrutura democrática. Antes de compreender teoricamente, é importante apresentar o fator participação nesse debate. Dentro da superestrutura democrática, eurocêntrica, existem, mecanismos de interação social do aparelho estatal e a sociedade. É possível identificar a palavra participação, como um instrumento democrático previsto na política clássica e moderna. Todavia é necessário questionar, qual o lugar da "participação" numa teoria da democracia moderna e viável? (PATEMAN, 1992) O conceito de participação adquiriu nos últimos tempos, a influência dos chamados clássicos, os quais teorizam a busca pela máxima participação como um dos objetivos democráticos. Atualmente não há uma rejeição, mas uma proposta de revisão dessas teorias, nos teóricos atuais. (PATEMAN, 1992) A busca pelo instrumento de participação deve se a preocupação com a estabilidade, em quais meios podem se assegurar a estabilidade, dentro as opções democracia e totalitarismo. (Aqui a autora propõem uma dualidade das condições, como se uma negasse a outra) O fator participação social está presente no debate realizado pelos autores clássicos. (PATEMAN, 1992)

O desenvolvimento do debate democrático possui influencia de fatos históricos, dessa forma a análise desse tema não pode ser realizada de forma anacrônica. É possível compreender que a teoria, é interpretada por seu tempo histórico. A atual teoria de democracia foi desenhada pela sociologia política, originária de uma tendência teórica do fim do séc. XX, perante a emergência dos Estados totalitários. (PATEMAN, 1992) Como rejeição do pressuposto clássico de que a participação é um fator determinante da democracia, apontam: O Colapso da República de Weimar, apresenta que no período pós-guerra, com a emergência de Estados totalitários, a

participação ganhou destaque, mesmo sendo de forma massiva e forçada pela intimidação do Estado. Dessa forma, Estados totalitários, apresentam mais intimidade com a "participação" do que a democracia, a qual possui "participação" apenas no ideal de sua teoria. (PATEMAN, 1992)

O debate sobre democracia é construídos por diferentes correntes. Há autores que interpretam as definições clássicas como distante da realidade política da sociedade moderna. A conclusão esboçada pelos sociólogos políticos é de que a teoria clássica de democracia é baseada na ilusão de uma participação plena máxima, e que essa característica, na realidade colocaria em risco a estabilidade do sistema democrático. Outro fator contra os clássicos é o argumento de que essas teorias são '' carregadas de valor" (PATEMAN, pag. 12, 1992) ao contrário da teoria moderna, a qual é empírica exata. (PATEMAN, 1992)

1.1 AUTORES CLÁSSICOS: ROUSSEAU.

Para construir uma abordagem teórica geral sobre democracia, primeiramente, será utilizado a obra de Rousseau, como uma definição clássica de democracia. É importante citar que Rousseau idealiza em sua teoria uma cidade- Estado, não industrial, dessa forma não abrange todas as complexidades das instituições democráticas de um Estado moderno.[1] Todavia, constrói um importante debate no questionamento da representação e hipóteses iniciais de um modelo de participação.

Na obra de Jean- Jacques Rousseau, O Contrato Social, o autor define fundamentos teóricos importantes para a interpretação da sociedade. Logo no início da obra define que o homem nasce livre, todavia convive com uma opressão ao viver em sociedade. Apresenta a ordem social como um direito sagrado, ou seja, apresenta como uma tendência humana viver em sociedade. Entretanto, aponta que esse direito não advém da natureza, mas sim das convenções construídas pelo homem. (PATEMAN, 1992) Para introduzir sua proposta de contrato social, o autor ilustra a família como a mais antiga das sociedades. Descreve que essa relação é a única com fator natural, porém a vitalidade dela também depende de convenções. Um filho nasce do vínculo natural com o pai e a mãe e permanece nele naturalmente até alcançar a capacidade de sobreviver sozinho. Após essa independência, só existe o vínculo familiar se

[1] PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática/ Carole Pateman; tradução de Luiz Paulo Rounet. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 35.

ele for construído pelas relações sociais. Primeira sociedade política é a família. À partir da qualificação de diversos fatores sociais importantes em uma sociedade, o autor apresenta a concepção de vontade geral, fundamentada em um Estado soberano e nega a proposta de representação democrática. (PATEMAN, 1992)

A especificidade da teoria de Rousseau que será trabalhada nessa dissertação é o fator de participação. Na obra *O contrato social* o autor destaca o fator participação dentro de sua definição de república, estrutura a proposta de participação individual no processo de tomada de decisão da instituição Estado democrático. Em sua interpretação a participação, além de ser um elo institucional determinante na relação de vontade geral, é um fator de ação psicológica determinante na legitimação do modelo democrático. (PATEMAN, 1992)

Para compreender a proposta de modelo participativo de Rousseau é preciso considerar alguns pressupostos apresentados pelo autor, como igualdade e independência econômica. Nesse cenário hipotético de Rousseau os homens não precisam possuir uma igualdade exata, porém todo homem deve possuir propriedade privada, pois segundo sua análise esse fator garante a independência e segurança do homem. Além desses fatores, autor também colocar a necessidade da interdependência dos grupos formados por iguais. Essa estrutura representaria elos de dependência, responsáveis por significar a *pólis*[2]. Dessa forma existiria uma codependência entre todos os indivíduos da sociedade e essa relação resultaria na igualdade e soberania. (PATEMAN, 1992)

A proposta do O Contrato Social é uma concepção de sociedade em que quem governa é o processo de elaboração das leis, e não os homens, eliminando a possibilidade de governos individuais. (PATEMAN, 1992) Nessa hipótese, acredita-se que em um cenário de igualdade, o indivíduo não precise utilizar o voto como um meio de benefício próprio, e vote em favor do bem comum. Para o autor a única política viável, seria aquela que beneficiaria igualmente a todos, para isso a participação seria determinante para significar a vontade geral nas assembleias. Segundo Rousseau, o cenário democrático ideal de participação seria a participação individual de todos. Todavia é previsível a tendência de agrupamento de indivíduos iguais, nessa situação, para alcançar a maior representatividade possível, o número

[2] **Pólis** significa **cidade-estado**. Na Grécia Antiga, a pólis era um pequeno território localizado geograficamente no ponto mais alto da região, e cujas características eram equivalentes a uma cidade. O surgimento da pólis foi um dos mais importantes aspectos nsenvolvo deimento da civilização grega.

de grupos deve ser numeroso e deve existir igualdade dos indivíduos internamente. (PATEMAN, 1992)

O fator participação para Rousseau é o que influencia a tomada de decisão no processo democrático e aquele que garante o bem comum e protege a estrutura dos interesses individuais, resultando no que ele qualifica como um bom governo. Ademais possui uma influencia psicológica no caráter humano, trabalha como um elemento educativo. Pois o sistema ideal proposto por Rousseau instiga o indivíduo a propagar ações responsáveis, individual, social e política no processo participativo. (PATEMAN, 1992)

O método democrático de participação estabelecido pelo autor possui a ambição de que o cidadão passe por um processo de aprendizagem, onde aprendam a reconhecer quais são seus interesses individuais e quais são os interesses coletivos e passe a compreender as condições da esfera pública e privada. O processo participativo de Rousseau é autossustentável, pois parte do pressuposto de quanto maior a participação, maior a construção de compreensão participativa e democrática. (PATEMAN, 1992)

1.2 AUTORES CLÁSSICOS: MILL.

Outra condição da teoria de participação de Rousseau é a relação de participação, controle e liberdade. Para o autor o processo de participação democrática desenhado em sua teoria estimula a percepção de liberdade daqueles que participam. Pois quanto mais participativos na estrutura de tomada de decisão, maior o controle do meio social eles possuem. (PATEMAN, 1992)

Na construção social planejada por sua teoria, a percepção de liberdade, está diretamente vinculada a possibilidade de não pertencer a ninguém, pertencer a si próprio. Dessa forma, a estrutura arquitetada em sua teoria, ao projetar a igualdade e independência econômica de todos os indivíduos, garante a soberania e liberdade de todos. (PATEMAN, 1992)

Enfim, a experiência de participação idealizada na teoria de Rousseau é baseada na tomada de decisão da estrutura democrática, onde todos os indivíduos devem participar do processo educativo de democracia guiado pela busca do bem comum. Nesse sentido, a soberania e liberdade do homem estão garantidas no pressuposto de igualdade. (PATEMAN, 1992)

Como contraposto à teoria apresentada por Rousseau será analisado a teoria proposta por John Stuart Mill. O autor é chamado de utilitarista, pois possui influências diretas do utilitarista Bentham, todavia é possível identificar que esses divergirem em seus estudos. Stuart Mill se dedicou a construir uma teoria que delimita um Estado ideal melhor. O autor identifica a participação, como um fator de proteção, em governos representativos. Alertando para o perigo de a democracia ser o reflexo dos interesses, daqueles que tem mais poder. (PATEMAN, 1992)

Ao questionar a proposta de bom governo apresentada por Bertham, Mill expõe o questionamento de até que ponto a capacidade técnica administrativa garante a proteção dos assuntos da sociedade, dentro do painel de interesses dos arranjos públicos?

Para Mill o aspecto empresarial do governo não é a característica determinante. Destaca a capacidade do Estado em influenciar e produzir conhecimento como o fator mais importante na ação do Estado. Pois considera que ao promover uma influência mental na sociedade, pode se produzir avanço intelectual. Desse modo, a ação do Estado possui um caráter educativo, nas relações políticas e sociais. Para o autor, a capacidade de um bom governo, está diretamente ligada a função educacional deste, pois irá influenciar o caráter individual. Neste cenário, apresenta a necessidade de boas instituições, que construam esse elo fundamental, assim o autor apresenta como modelo ideal o governo popular e democrático. (PATEMAN, 1992)

Partindo dessa definição o autor critica o despotismo. Identifica que em um governo déspota e benevolente, incapaz de incentivar a formação de caráter individual, não resultaria seres humanos aptos para se desenvolver socialmente. Mill identifica que apenas com instituições populares e participativos é que se criariam atores ativos de espírito público. Nessa percepção o autor apresenta uma relação muito presente nos teóricos de participação, a correspondência entre indivíduo e instituição. Considerando que a qualidade dos indivíduos e condições psicológicas influenciam diretamente nas formações da instituições e o caráter da instituições influenciam na atividade dos indivíduos. Ao apresentar essa inter-relação de fatores, o autor constrói a percepção de auto-sustentação dessa relação. (PATEMAN, 1992)

Nesse contexto é possível perceber que Mill se aproxima de Rousseau, e também identifica a educação como elemento decisivo na atividade de participação democrática. Descreve que quando o indivíduo se priva da atividade política pública e direciona apenas ao exercício de seus interesses individuais, sua auto-estima é afetada e inviabiliza o

desenvolvimento de sua capacidade política social. Para o autor, um cidadão democrático, deve exercer seu papel social político com interesse no bem comum, e não apenas se dedicar ao interesse individual ou familiar. (PATEMAN, 1992)

Todavia a obra de Mill não contribuiu, apenas com essas percepções. Mill se diferencia de Rousseau ao realizar a análise de democracia em uma escala diferente do Estado-nação, utiliza a sociedade de massa como objeto de seu estudo. Dessa forma, definiu que uma constituição democrática deve ser formadas por instituições democráticas e centralizadas no governo central. Aponta que se ocorrer o contrário a estrutura limita a liberdade política. (PATEMAN, 1992)

O autor aponta também a necessidade da existência de uma participação democrática efetiva local, mesmo se tratando de uma estrutura política universal. Para ele, de nada adianta o sufrágio universal ou a escala governamental nacional se o cidadão não aprender a atual politicamente em âmbito local. "Um ato político que apenas se repete com intervalo de alguns anos, e para qual não teve o preparo nos hábitos cotidianos do cidadão, deixa seu intelecto e suas disposições morais inalteradas." (PATEMAN, p. 46, 1992) Enfim, para o autor é na escala local em que se aprende a exercer o caráter político de participação popular e fortalece a compreensão de democracia, para então executar a participação em escala nacional. (PATEMAN, 1992)

A proposta estrutural de participação de Mill possui uma questão contraditória**,** o autor identifica que existe uma elite intelectual, a qual possui um intelecto e qualidades como prudência, temperança e justiça para guiar as relações sociais. Descreve que essa elite deveria liderar a estrutura democrática. Todavia, não ilustra como essa elite, permitiria o processo de participação local defendido por ele. Aponta que a democracia é o "destino" da sociedade e que a maioria deveria confiar na minoria para direcionar esse caminho. Em sua estrutura contraditória de democracia, o povo seria quem legitimaria a tomada de decisão da elite intelectual, através da participação social. Não propõe uma solução na busca por igualdade ou um questionamento sobre a capacidade da elite intelectual (PATEMAN, 1992)

1.3 AUTORES REVISIONISTAS: SCHUMPETER

Para atingir maior densidade ao debate da teoria democrática, é preciso contrapor os argumentos apresentados pelos autores clássicos, por meio de argumentos que questionam as respectivas definições. Dessa forma, torna se útil compreender a crítica apresentada pelos autores, chamados de revisionistas. As principais ideias revisionistas serão expostas pelas obras de Schumpeter e Bobbio. Os autores revisionistas propõe uma interpretação parcialmente mais realista do tema democracia. Sua principal característica é propor o método democrático como o instrumento central do debate sobre democracia.

Schumpeter é considerado um autor revisionista dos clássicos de democracia. Mesmo não possuindo tantas fontes empíricas para elaborar seus escritos sobre democracia, conseguiu realizar a mais importante revisão sobre democracia, após os teóricos clássicos. É à partir da obra Capitalismo, socialismo e democracia (1943) que foi determinado o novo parâmetro teórico de democracia. (PATEMAN, 1992)

Schumpeter critica a doutrina clássica como uma ideologia de meios e fins. Identifica como uma ação política formada de arranjos institucionais. Para Schumpeter a democracia é um método político, construída por arranjos institucionais. Dessa forma, não correspondo ao o que os clássicos defendem. Umas das principais críticas de Schumpeter às teorias clássicas, é de que a participação e a tomada de decisão do povo, corresponde à ferramentas democráticas. Para Schumpeter essas definições são irreais, descolam da realidade política existente nas relações institucionais. Para o autor, o arranjo institucional democrático é alimentado pela competição entre os representantes do povo. Compara essa relação de competição, com a lógica de competição do mercado. Democracia não é um fim, pois o seu próprio método pode interferir no cenário final. Apresenta uma dualidade ao expor os clássicos e sua alternativa à essa teoria de democracia. Como alternativa ele propõe uma revisão realista, mais próxima da realidade e das definições anteriores de democracia. (método democrático). (PATEMAN, 1992)

A obra de Schumpeter buscar revisar pensamentos da economia e ciência política. Após elucidar as complexidades das propostas políticas: capitalismo e socialismo, o autor desenvolve uma análise referente ao conceito de democracia. Para a respectiva dissertação a obra de Schumpeter e sua atualização no debate teórico sobre democracia será essencial para acompanhar o desenvolvimento do debate democráticos nas principais correntes moderna.

Referente à Doutrina Clássica da democracia, o autor propõe a reflexão teórica sobre as definições de BEM COMUM e VONTADE DO POVO, das propostas clássicas de democracia.

Segundo o autor a teoria clássica de democracia proposta pelos pensadores do séc. XVIII define que o método democrático de organização social é um arranjo institucional que prioriza o bem comum. Nessa hipótese, o bem comum deve ser decidido pela vontade do povo, a qual é configurada através da representação de indivíduos que defendem o bem comum.[3] (SCHUMPETER, 1942)

A vontade comum do povo corresponde a vontade de todos os indivíduos sensatos, o qual reflete o bem comum, o interesse comum ou bem-estar como. Dessa forma considera que a priori cada indivíduo compreenda o que é bom e o que é ruim participa ativamente através daqueles escolhidos para representar a decisão popular. O autor desenha o cenário hipotético da teoria clássica de democracia, definindo que as complexidades das relações sociais estão expostas a dualidade do certo e errado, do bom e ruim para a sociedade. A teoria clássica, considera a necessidade do bem comum ser decidido por especialistas, aqueles que possuem maior conhecimento técnico sobre a questão, todavia sempre partindo do pressuposto do bem comum, onde esse cidadão democrático coloca o bem comum prioridade. Para o autor os representantes do bem comum, os que executam esse interesse, uma comissão ou delegados, não representa o povo em sentido jurídico, mas sim técnico, pois interpreta, reflete ou representa a vontade do povo. (SCHUMPETER, 1942)

Nesse momento, o autor já aponta o questionamento da superficialidade dessa hipótese. Questionando que essa proposta ideal da democracia, não prevê os problemas no funcionamento dessas engrenagens, apenas se dedicam a dificuldade de implantar o sistema democrático. Para refutar a democracia ideal defendida pela corrente clássica, Schumpeter aponta que em primeiro lugar não existe um bem comum que represente racionalmente todos os homens. O autor prevê que indivíduos e grupos podem divergir da definição de bem comum, pois as relações sociais são mais complexas do que a dualidade do bem comum, propostas pelos utilitaristas. Em segundo mesmo que se alcance suficientemente uma definição de bem comum, essa proposta pode não significar a mesma coisa para cada indivíduo. Cada um pode obter uma resposta desse cenário construído pautado pelo bem comum, e não necessariamente é de aceitação, podem ocorrer divergências sobre os próprios fins da estrutura fundamental. Dentro

[3] SCHUMPETER, Joseph A., 1883-1950 Capitalismo, socialismo e democracia/ Joseph A. Schumpeter; tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p 340.

de um aspecto geral de bem comum, a sociedade possui um sucesso em definir bem comum, porém quando avança para as peculiaridades surgem divergências específicas.

O autor cita como exemplo que uma sociedade pode chegar a conclusão de que a política de saúde é um fator de bem comum, porém em relação a temas específicos como vacinação e vasectomia, grupos e indivíduos podem discordar. Em terceiro lugar o próprio bem comum é absorvido pelos utilitaristas, ao tentar unificar a vontade geral e fundi-las através da discussão racional e vontade do povo. Interpretando que e exista uma vontade natural a qual deve ser interpretada pelos sistemas democráticos, e que não isso seria fruto da relação dos indivíduos. (SCHUMPETER, 1942)

Ao contestar a definição de vontade do povo, definida pelos utilitaristas, Schumpeter propõe outra definição, considerada mais realista. Nesse momento, não pretende questionar psicologicamente os impactos da formação de um pensamento de vontade da nação. Para o autor compreender essa definição, é um pré-requisito da análise teórica sobre democracia. Dessa forma, Schumpeter propõe a reflexão do que seria a "vontade da nação", todavia com outra nomenclatura, para não dar continuidade a definição utilitarista, e sim para propor uma definição mais realista. (SCHUMPETER, 1942)

O autor reconhece a existência de algo mais próximo da vontade comum ou opinião pública. Entretanto, exige nesse debate a compreensão das complexidades existentes, como situações, violações, influencias, ações, reações individuais e coletivas do "processo democrático". Para o autor, não é um procedimento resultante apenas da unidade nacional, mas também da sanção nacional. O processo não produz por si só uma unidade racional que faça sentido. É preciso de um ideal definido. Para o autor, o processo democrático utilitarista, produz através de seus mecanismos não caóticos, uma unidade nacional que não representa uma decisão democrática por si só, mas sim por casualidade, atendendo a um ideal ou fim anteriormente definido. (SCHUMPETER, 1942)

Dessa forma, para Schumpeter, falta sanção nacional que aproxime a complexidade do debate. A falta de sanção produz um descolamento da busca real pelo "bem", porém é necessário revestir o resultado desse processo com uma dignidade ética. Para isso é preciso buscar uma confiança ao processo democrático, independente do resultado produzido. No cenário construído pelos utilitaristas, é preciso adotar a vontade do indivíduo como um fator

independente de todo o ambiente, dessa maneira o autor demonstra que esse processo é irrealista. (SCHUMPETER, 1942)

O autor apresenta as fragilidades, no método em que idealiza considerar a vontade dos cidadãos como um fator para articulação democrática, aponta que é preciso que essa vontade exista. É fundamental que essa vontade seja concreta, e não dispersa através de slogans e definições vagas, baseadas em impressões equivocadas. (SCHUMPETER, 1942)

A compreensão precisa ser construída por meio de um processo de reflexão crítica. Observar e interpretar os fatos para produzir uma opinião que represente a realidade. À partir disso, é indispensável produzir dessa vontade claramente definida, uma tomada de decisão nítida e rápida, que alcance um nível de generalização capaz de representar "igualmente" a opinião dos cidadãos. Ainda, todo esse processo, deveria acontecer de maneira independente e distante dos impulsos de propaganda[4] e de pressões de grupos. (SCHUMPETER, 1942)

O autor destaca, que mesmo se as opiniões e desejos individuais fossem concretamente definidas e independentes nos processos democráticos. Ainda baseados na racionalidade e rapidez das ideias, não significa que essas decisões políticas produzidas nesse cenário, representa um resultado que possa ser considerado por completo, a vontade do povo. Pois quando as vontades individuais divergem e produzem resultados divididos, muito provavelmente não será alcançado uma coesão significativa a vontade do povo. Considerando não apenas quantitativamente, mas qualitativamente, a vontade do povo pode ser sobreposta pelo instrumento democrático. Dessa forma, a democracia clássica, permite que em um momento de heterogeneidade, a vontade do povo seja sobreposta pela vontade do Estado, com a justificativa de que essa ação seria pelo povo e para o povo. (SCHUMPETER, 1942)

Adentrando a psicologia social, com o objetivo de aprofundar seus filtros de análise sobre o tema democracia, o autor propõe a reflexão sobre a natureza humana na política. Em meados do século XIX iniciou-se um processo de questionamento sobre a homogeneidade da personalidade humana. O autor apresenta que perante os acontecimentos políticos e sociais os indivíduos estão submetidos à influências saudáveis e racionalizastes originárias de suas experiências favoráveis e desfavoráveis. (SCHUMPETER, 1942)

[4] Ao citar propaganda, o autor define como: toda manifestação que emana de uma fonte que não gostamos. Não significa necessariamente a propaganda dos meios de massa, pode ser também um método científico, que influencie diretamente a opinião dos indivíduos.

Há também o fator de influência produzido pelas motivações simples e interesses. Como exemplo, o autor cita o ato de consumir, o qual possui diversas influências relacionadas ao campo psicológico. As decisões cotidianas dos indivíduos são reflexos de suas realidades. Todos os aspectos sociais possuem uma influência sobre o indivíduo, sua família, suas transações comerciais, seus passatempos, amigos e inimigos... Para o autor a natureza humana na política, assim como em outras relações sociais, possui influência de um senso de realidade, familiaridade ou responsabilidade. Dentro dessas diretrizes existem voliações pessoas que influenciam a natureza humana mesmo em assuntos além do âmbito individual. (SCHUMPETER, 1942)

A questão é como uma doutrina tão contraditória se perpetua na estrutura social. Debate-se que as fraquezas desse sistema são evidentes. A base de sua teoria, o racionalismo utilitarista, é questionada constantemente como teoria correta. Todavia, existem alguns fatores que perpetuam a teoria utilitarista, como: A fé religiosa, pois não oferecendo resultados empíricos, a teoria utilitarista, se relaciona constantemente com a fé religiosa. Os líderes utilitaristas, se consideravam não religiosos. Entretanto ao analisar seus ensinamentos é possível encontrar influências diretas da fé religiosa protestante. Para o autor, dessa forma a teoria utilitarista resgatou fundamentos religiosos, para justificar definições teóricas vagas, como "bem comum" e "valores supremos". O cristianismo propaga em seus ensinamentos a busca pela igualdade. Desse fator o utilitarismo resgatou a base de sua teoria democrática, evocando em cada indivíduo um sentimento vago, o qual empiricamente e racionalmente é difícil definir. Não é possível relacionar toda a base teórica utilitarista aos pensamentos religiosos, porém é crível explicar o fator da não aceitação da teoria utilitarista como um posicionamento amoral. (SCHUMPETER, 1942) "Em particular, explica a atitude do crente para com a crítica: uma vez mais, como no caso do socialismo, a dissidência fundamental é considerada não meramente um erro, mas um pecado suscita não só contra-argumento, como também indignação moral." (SCHUMPETER, pág. 359, 1942)

O autor questiona os utilitaristas, compara as definições teóricas com a religião, apontando as definições vagas e factíveis de interpretações existentes em sua definição. Ao se opor a teoria utilitarista, Schumpeter legitima seu discurso ao observar que a teoria utilitarista não se alimenta de racionalidade e empirismo. Mas será que a racionalidade e o empirismo, também podem ser fatores vagos e vulneráveis a interpretações, tanto quanto os fundamentos religiosos e as definições utilitaristas. Para o autor a democracia definida teoricamente, até

então se tornou um objeto livre de questionamentos e debates de sua engrenagem, justificando apenas pelo seu objetivo universal, o bem comum. A própria palavra, pode se torna um título, uma bandeira, na qual emana todos os desejos ideais do homem, fazendo sentido ou não. (SCHUMPETER, 1942)

Outro fator, o qual Schumpeter se distancia dos clássicos é a estrutura de análise empírica, baseada na racionalidade, o qual ele justifica se distanciar das abordagens religiosas, ainda existentes na teoria clássica. Propõe uma análise metodológica que busque descrever o maior número de variáveis de influencia na teoria democrática, com o objetivo de expor a fragilidades de uma teoria carregada de ideologia Schumpeter destrincha a complexidade democrática, propondo a análise de um método. (SCHUMPETER, 1942)

Para Schumpeter o segundo fator responsável por sustentar a teoria clássica é a proporção da maioria fundamental democrática. As democracias são legitimadas pela lógica da proporção da maioria. O autor cita como exemplo o caso da independência dos Estados Unidos, que foi criada uma coletividade nacional, onde a luta do povo contra seus dominadores nos termos dos direitos inalienáveis do homem e a luz dos princípios gerais da democracia clássica. (SCHUMPETER, 1942) Naquele momento foi exaltada uma unidade nacional, da maioria, mesmo que nos futuros desdobramentos históricos se comprovasse a existência de distintos interesses. (SCHUMPETER, 1942)

O terceiro fator apontado é a falsa concepção de sucesso do modelo utilitarista. Há modelos sociais que sustentam a teoria clássica, principalmente, sociedades pequenas e primitivas, como as quais os autores se espelhavam. Dessa forma, há interpretações de que esses modelos utilitarista podem obter sucesso. Todavia, essas são sociedades que não possuem grandes desigualdades sociais e problemas políticos, portanto não correspondem à um sucesso da estrutura democrática utilitarista, mas que não utilizam desse métodos, pois não precisam. Para o autor a Suíça é um bom exemplo,onde a teoria clássica de aproxima da realidade. Porém não por possuir um mecanismo capaz de solucionar problemas sociais,mas por não possuir grandes problemas. (SCHUMPETER, 1942)

Por último, Schumpeter expõe que o discurso da democracia clássica convém aos políticos, os quais precisam de um lema amplo e vago que mobilize massas a seu favor. Não só como fator que o distancie da responsabilidade de governar, como também para abater seus adversários em nome da maioria, o povo. (SCHUMPETER, 1942)

Resumidamente Schumpeter se opõem à teoria clássica de democracia, pois para ele, essa possui um pressuposto da existência de uma opinião definida e racional, a vontade do povo, a qual utiliza a estrutura democrática para eleger seus representantes, que irão defender os interesses individuais de cada cidadão. Dessa forma os representantes escolhidos, são apenas os atores responsáveis politicamente por representar a opinião de cada indivíduo, que lhe garantiu esse poder. Ao realizar a crítica desse modelo, Schumpeter propõe o raciocínio reverso, a inversão dos elementos, deixando como secundário o fator eleitoral de representação do povo. Substitui-se então, essa estrutura por uma onde o papel do povo é criar um governo ou sistema institucional que o resultado por completo seja um executivo nacional ou governo. Executivo, qualificado pelo ato de executar, sem relação com a definição teórica de poder executivo. Desse modo o autor apresenta sua definição de democracia: "método democrático é o sistema institucional para chegar à decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo." (SCHUMPETER, pág. 367, 1942)

O autor apresenta sua proposta como um aperfeiçoamento da teoria clássica. Qual será a proposta como um aperfeiçoamento da teoria clássica. Qual será a proposta além do chamado por ele como irracional, democracia participativa? Qual a definição de participação social do autor? Para responder esses questionamentos ele enumera suas definições.

A primeira definição democrática da proposta de Schumpeter é o método democrático. Justifica que dessa forma é fácil identificar um modelo democrático. Apenas pelo método, pode definir se é uma democracia ou não. A segunda especificidade na teoria revisionista de democracia proposta pelo autor, é o papel do líder. Aponta que na teoria clássica, essa função é ignorada. Não é levado em consideração a liderança das massas. Para a teoria revisionista, as massas se movimentam por meio da liderança. Ao considerar esse fator de ação, a teoria de demonstra ser mais realista. (SCHUMPETER, 1942)

A teoria revisionista de Schumpeter considera a organização das voliações em grupo, uma etapa essencial na estrutura da ordem democrática. É válido lembrar que essas voliações estão diretamente ligadas ao papel do líder, que será responsável por transformar a vontade coletiva em fator público. (SCHUMPETER, 1942) Outro fator é o conceito de disputa pela liderança, segundo o autor, tão complexa quanto o conceito de concorrência econômica. Pois é definido como competição. Dessa forma a disputa pelo voto livre na estrutura democrática é um cenário de disputa pela liderança, onde não prevalece, ideologicamente, como um ambiente justo e isolado de fraudes. Para o autor é possível reconhecer que nesse cenário de disputa

emergem ações complexas de poder. Por consequência é extremamente importante lembrar que a teoria revisionista se propõe a analisar os fatores reais e não ideológicos de democracia. (SCHUMPETER, 1942)

Schumpeter destaca também que a teoria revisionista busca relacionar democracia e liberdade individual. Aponta que não há a possibilidade que a liberdade individual seja completa, pois abdicar desse fator é o pressuposto para a estrutura social de democracia. Dessa forma essa relação se estrutura proporções de condições de liberdade no método democrático, que nunca alcançará sua totalidade. (SCHUMPETER, 1942)

Ao propor que a função da sociedade é criar um mecanismo intermediário de criação do governo. Identifica que no processo democrático clássico, não está previsto o caráter regulatório do eleitorado ao governo, ou seja, cabe ao povo eleger, esse será classificado como bom ou ruim, apenas no próximo processo eleitoral. Casos de interrupção de governo podem ocorrer, porém não é um fator previsto pela democracia clássica, como função do eleitorado. (SCHUMPETER, 1942)

Por fim o debate a questão da vontade da maioria, pois essa proposta se demonstra contraditória a clássica, onde prevalece a vontade do povo. Pois, a afirmação proporcional não alcança uma totalidade, dessa forma a proposta clássica de democracia se comprova hipotética. (SCHUMPETER, 1942)

Segundo a interpretação realizada por Schumpeter, os socialistas tem como pressuposto para a funcionalidade da democracia, o ambiente socialista. Justificam que sem esse contexto o democrático não é viável. Da mesma forma, os críticos à economia planificada ponderam ser inviável o modelo democrático. Dentro desse debate o autor define que a democracia pode existir sem socialismo, pois não há uma relação necessária. Identifica que pode em situações adequadas o socialismo pode resultar em democracia. (SCHUMPETER, 1942)

Após a identificação dessa dualidade de propostas democrática, o autor apresenta algumas conclusões de sua análise. Em suma, sua visão realista indica que a democracia não significa um governo do povo, mas sim uma estrutura metodológica onde o povo tem a oportunidade de aceitar ou não a proposta dos governantes. Essa tomada de decisão não representa por completo o método democrático, o autor acrescenta em sua análise a teoria da liderança competitiva. O povo pode expressar sua função democrática ao escolher, dentro de uma livre competição, o seu líder. (SCHUMPETER, 1942)

Afirma também, que a democracia é um governo do político. Dessa forma, trabalha a questão funcional desse ator na estrutura democrática. Para o autor o político democrático não é movido por paixão, e sim por profissionalismo. Schumpeter descreve que um político deve possuir habilidades de trabalho político e encara essa função como uma carreira. Sua análise se expressa realista e pragmática ao qualificar o político como um ator profissional, pois ilustra como o homem político compreender a estrutura de poder do sistema eleitoral, de maneira funcional. Assim, o político busca votos, tanto quanto um homem de negócios busca lucro. (SCHUMPETER, 1942)

A segunda conclusão sobre democracia apresentada pelo autor é o tamanho das sociedades. Escala de complexidade de atores dentro da estrutura metodológica. Em terceiro aponta para a qualidade dos atores selecionados para liderar o método democrático. (SCHUMPETER, 1942)

O autor apresenta algumas condições de sucesso para o método democrático. Segundo o ele é preciso considerar o fator de relatividade das condições de sucesso do método democrático. Não é possível realizar um cálculo fechado sobre o sucesso do método, pois esse depende diretamente do meio em que será executado. Para o autor a democracia floresce em sistemas sociais com certas condições. Descreve esse ambiente em sua conclusão. Refere- se a grandes nações industriais. Para Schumpeter, os indivíduos que se dedicam a vida política devem ser de qualidade suficientemente alta. Esses devem ser selecionados dentro do grupo de pessoas as quais possuem vocação política, dessa forma o material humano, não emerge de toda a população, mas sim daquele grupo de indivíduos dedicados à vida política. (SCHUMPETER, 1942)

A segunda condição democrática exposta por Schumpeter é que a decisão política não pode ser demasiadamente dilatada no método democrático. O autor, constantemente utiliza o exemplo do parlamento para fundamentar suas observações. Nesse caso indica que para não gerar desgastes nos processos democráticos o método democrático deve estar delimitado no parlamento e no primeiro ministro. (SCHUMPETER, 1942)

A terceira condição, é que o método seja executado por uma boa estrutura burocrática. Não somente uma burocracia eficiente na administração pública ou para aconselhar. A burocracia deve ser eficiente suficiente para orientar e instruir os líderes políticos. Afirma que a burocracia deve possuir poder de poder próprio para se efetivar. (SCHUMPETER, 1942)

A quarta condição se concentra no autocontrole democrático, que significa mais do que a articulação de todos os setores de interesse, o autocontrole condiz na qualificação do eleitorado e parlamentares, para não se corromperem o método democrático. (SCHUMPETER, 1942)

Schumpeter é considerado um autor de destaque ao propor a leitura revisionista da estrutura democrática. Ao analisar as definições democráticas apresentadas pelo autor é possível interpretar sua visão sobre participação social, como mais delimitada que as definidas pelos autores clássicos. Pois a considera como fator de ação dentro do método democrático da estrutura social, e não como um ideal motivador da teoria democrática. Torna-se factível qualificar o autor como realista, ao considerar que seus ensaios sobre democracia, são fundamentados por interpretações pragmáticas das relações sociais e não a idealização de um modelo. (SCHUMPETER, 1942)

Schumpeter não analisa a estrutura democrática, com o objetivo legitimá-la como a ideal. Schumpeter estuda os mecanismo democráticos para identificar e caracterizar o método. É por meio dessas revisões proposta pelo autor, que ele se diferencia dos clássicos. Em suas observações sobre o método democrático, o autor constantemente aponta a existência de vulnerabilidades que influenciam as variáveis sociais. Por exemplo, ao identificar o fator da vontade do povo, como uma etapa de tomada de decisão eleitoral suscetível à interpretações da dualidade de bem e mal, o autor desconstrói a proposta idealista dos clássicos de que a estrutura democrática seja um caminho para a representação genuína da vontade do povo. (SCHUMPETER, 1942)

Outro fator, o qual Schumpeter se distancia dos clássicos é a estrutura de análise empírica, baseada na racionalidade, o qual ele justifica se distanciar das abordagens religiosas, ainda existentes na teoria clássica. Propõe uma análise metodológica que busque descrever o maior número de variáveis de influência na teoria democrática, com o objetivo de expor a fragilidades de uma teoria carregada de ideologia Schumpeter destrincha a complexidade democrática, propondo a análise de um método.

Por fim, para a compreensão do debate sobre teoria democrática, destaca-se que Schumpeter se opõe a teoria clássica de democracia, pois reconhece a estrutura democrática como um método no qual, o nível de participação social se limita ao processo eleitoral. Este método é justificado pelo autor, por meio da definição de que não há uma unidade coesa que

possa ser considerada como vontade do povo. Dessa forma, cabe aos representantes, escolhidos pelo povo no processo eleitoral, defender os interesses de seu eleitorado. O autor constantemente expõe delimitações da estrutura democrática, com o objetivo de demonstrar a atuação do método. No caso da participação social, Schumpeter reafirma como uma etapa eleitoral, ao assegurar que a sociedade não possuí caráter regulatório durante o governo, mas apenas no processo eleitoral. Para Schumpeter, a democracia é um método de seleção de governantes e não de tomada de decisão. As decisões seriam destinadas ao grupo selecionado pelo método.

1.4 AUTORES REVISIONISTAS: BOBBIO.

Outro autor que pode ser considerado revisionista dos clássicos é o Bobbio. Pois para o autor a democracia também é definida por um método. Diverge de Schumpeter ao qualificar esse método como a estrutura de tomada de decisão. Onde os representantes tomam as decisões. Dessa forma a democracia está dentro do método representativo. Para ilustrar a definições teóricas sobre democracia, propostas pelo auto Norberto Bobbio será utilizado sua obras O Futuro da Democracia e Democracia e Segredo, nessas obras o autor se dedica a apresentar uma definição mínima de democracia e descrever os poderes visíveis e invisíveis dentro do método democrático.

O autor apresenta uma definição mínima de democracia, descreve que a democracia é a forma que contrapõe o autoritarismo. A estrutura democrática é formada por um conjunto de regras primarias ou fundamentais, que legitimam o ator das tomadas de decisões coletivas e seus procedimentos. (BOBBIO, 1986) O regime democrático destina o poder de tomada de decisão, do interesse coletivo, a um número elevado de membros, é por meio de seu procedimento democrático que uma grande parcela da sociedade expressa sua opinião. Vale lembrar que mensurar como elevado o número de membro, é um fator relativo. Torna-se impossível incluir a totalidade de membros no processo democrático. “... além disto, é impossível dizer "todos" porque mesmo no mais perfeito regime democrático não votam os indivíduos que não atingiram certa idade.” (BOBBIO, p. 18, 1986)

A regra fundamental da teoria democrática é a garantia da maioria. As decisões coletivas são legitimadas pela maioria e destinadas a todos. A decisão adotada pela maioria é válida

perante a forma democrática. A decisão por unanimidade ocorre somente em um gruo restrito ou homogêneo. (BOBBIO, 1986)

Na definição mínima de democracia reconhece também como essencial o fator que os indivíduas chamados para decidir democraticamente recebam alternativas reais e condições garantidas para escolher uma delas. Dessa forma é preciso garantir aos chamados para decidir direitos de liberdade, opinião, expressão e associação. (BOBBIO, 1986) Esses são os direitos invioláveis, garantidos pelo reconhecimento constitucional do Estado Liberal. Esses são pressupostos democráticos para qualquer forma de procedimento, são regras preliminares, ou seja, fundamentais para o regime democrático. (BOBBIO, 1986)

Bobbio chama atenção para a necessidade de realizar uma análise do objeto mais realisticamente. Defende que é preciso investigar o tema democracia concentrado no contraste existentes entre a democracia ideal e a democracia real. (BOBBIO, 1986) O autor denomina como "matéria bruta" a analise considerando o tema democracia como um fator real e não hipervalorizado como "nobre e elevado." Concentra em investigar essas distâncias entre o prometido e o realizado. (BOBBIO, 1986)

Bobbio identifica a democracia como uma proposta fundamentada pelo individualismo. Para a formação de uma sociedade individualista e do Estado, ocorre a desconstrução do perfil orgânico da sociedade. Dessa maneira, considera que a sociedade política é um produto artificial resultante da vontade dos indivíduos. (BOBBIO, 1986) O autor identifica três condições que caracterizam a filosofia social do Estado moderno:

1- Contratualismo dos Seiscentos e do Setecentos - Sob a sociedade civil existe um estado de natureza, no qual todos os indivíduos são livres e iguais, mesmos os soberanos. Essa condição passa por um processo de transformação quando constroem um acordo, um contrato, no qual compactuam em torno de um poder comum que garanta a vida e a liberdade aos indivíduos. Outra garantia resultante desse acordo é a proteção da propriedade privada. (BOBBIO, 1986)
2- Economia Política - O nascimento da economia política transforma o sujeito político em sujeito econômico. As relações sociais ganham um novo significado, não se comportam apenas como membros de uma comunidade, são guiados por seus interesses individuais. Transformam os indivíduos em atores da sociedade de mercado. (BOBBIO, 1986)

3- Utilitarismo - Inclui-se um critério utilitarista, o qual determina uma ética objetivista, responsável por distinguir o bem do mal, baseado em conceitos não vagos. Identifica o bem comum, como a soma dos bens individuais. (BOBBIO, 1986)

Essas são as características fundamentais na formação da sociedade moderna, baseada no individualismo. A proposta democrática de sociedade, idealmente apostava que os indivíduos soberanos ao criar um contrato com seus iguais, iriam construir uma estrutura de Estado sem intermediários no sistema político democrático, inspirados por sociedades corporativas das cidades medievais. (BOBBIO, 1986) Mas a prática do Estado democrático não se deu como a idealizada. O sistema democrático tende a produzir grupos com sujeitos que se tornam relevantes politicamente. Esses grupos se moldam conforme interesses e atuam como grandes organizações, associações, sindicatos, partidos políticos. O papel do indivíduo possui um fator secundário, perante os grupos. Na realidade, o povo é a união de grupos, não se considera povo como uma unidade ideal. Esses grupos atuam de maneiras contrapostas ou não e possuem autonomias referentes ao governo. (BOBBIO, 1986)

> O modelo ideal da sociedade democrática era aquele de uma sociedade centrípeta. A realidade que temos diante dos olhos é a de uma sociedade centrífuga, que não tem apenas um centro de poder (a vontade geral de Rousseau) mas muitos, merecendo por isto o nome, sobre o qual concordam os estudiosos da política, de sociedade policêntrica ou poliárquica (ou ainda, com uma expressão mais forte mas não de tudo incorreta, policrática). (BOBBIO, p. 22, 1986)

Dessa forma a idealização da soberania popular na sociedade democrática propunha uma sociedade monística, porém na realidade esse modelo de estado democrático é pluralista. Bobbio identifica também um movimento de revanche dos interesses dentro da estrutura democrática. A democracia moderna se estrutura na forma representativa, todavia ao contrario do ideologicamente proposto a representação nem sempre reflete os interesses da nação, podem representar o interesse específicos de grupos. Na sociedade democrática a soberania do Rei é transferida para a Assembleia eleita pelo povo, dessa forma, um dos princípios do modelo democrático é impedir mandatos imperativos e priorizar a estrutura representativa. Porém cabe o questionamento, se a estrutura democrática de representação, pode ser facilmente usurpada por interesses de um grupo minoritário. (BOBBIO, 1986)

A chamada revanche dos interesses é a possibilidade de interesses de grupos se transformarem no interesse da nação. Isso não representa uma democracia, mas sim um método democrático. O autor descreve uma relação triangular entre governo, representantes de grupos

de interesses e sociedade. O governo se torna o mediador na defesa dos interesses nacionais perante o poder dos grupos de interesses. (BOBBIO, 1986)

Essa estrutura frágil existente na realidade do modelo democrático são reflexos das promessas da teoria democrática que a prática não conseguiu cumpriu. A falha na desconstrução dos poderes oligárquicos, elimina a diferenças dos modelos democráticos com regimes oligárquicos. (BOBBIO, 1986) Mas se considerarmos a estrutura democrática como um procedimento, como proposto por Schumpeter, é possível realizar uma análise mais fiel à realidade. Dentro da estrutura do sistema democrático, as elites estão em constante concorrência pelo voto popular, dessa forma, um meio democrático não é aquele ausente de democracia, mas aquele que respeita os procedimentos democráticos, ou seja, o método democrático.

A democracia moderna atua como um método de legitimação e um controle das ações políticas. O indivíduo é interpretado como um cidadão comum, não existe uma diferenciação segunda suas características específicas. (Bobbio, p. 26, 1986) O sufrágio universal é um pressuposto democrático de grande valor, deve estar presente além da democracia representativa, mas também na democracia direta. O autor destaca que o sufrágio universal deve representar também, a transição de democracia política para democracia social. Isso significa que a democratização dos processos deve possuir um critério além do quantitativo, de sim do qualitativo. O avanço dos espaços democráticos, não se resume a um aumento dos números de indivíduos participantes de seus processos, deve representar um avanço nos espaços em que a democracia pode ser exercida. (BOBBIO, 1986)

Bobbio define a democracia como a idealização do poder visível, o governo que seus atos são públicos e pautados pelo controle da opinião pública. A democracia, idealmente o governo visível, se contrapõe a governos autoritários. O sistema democrático não permite a existência da figura do soberano absoluto, o autocrata. Esses possuem a invisibilidade perante a opinião pública, observam seus súditos, porém não são observados. No Estado absoluto existes as autoridades ocultas, figuras de soberanos que são onividente e invisível. (BOBBIO, 2015) A doutrina democrática defende a exigência da publicidade, dessa forma o autor descreve que práticas impopulares, são realizadas secretamente, pois se tornasse público, seria impedida pela opinião pública. (BOBBIO, 2015)

A democracia é a proposta teórica interpretada por muitos como a mais viável para desconstruir os vícios do Estado absoluto. Todavia o autor destaca que a democracia falhou em

suas propostas fundamentais. Não eliminou as elites do poder. Não desconstruiu o autogoverno. Não transformou a igualdade formal em igualdade substantiva. Além disso, também não descontruiu por completo a possibilidade de poder invisível. (BOBBIO, 2015)

O poder invisível está presente nos modelos de democracia. Há uma estrutura de governo visível, que apresenta suas ações para a opinião pública, porém também existe um camada de subgoverno que age na obscuridade, o autor denomina esse ator clandestino como "criptogoverno". (BOBBIO, 2015)O poder invisível pode atuar de diversas formas, são reflexos de diferentes formas de se relacionar com o poder público visível. O autor define três formas de poder invisível dentro do modelo democrático: O poder invisível que se volta contra o Estado, esses movimentam-se na estrutura do Estado secretamente, podem ser associações criminosas ou entidades políticas secretas. O poder invisível que se forma não apenas para combater o poder público mas principalmente para extrair benefícios ilegais de sua estrutura, as associações secretas que transitam na estrutura do Estado democrático visando obter privilégios e exercer influencias, são exemplos de poder invisível. O último poder invisível descrito pelo autor, é o poder invisível como instituição do Estado, ou seja previsto pelo Estado. Normalmente guiado pelas políticas de segurança interna e externa do Estado, realizam espionagens ou contraespionagens. Esse poder exerce atividades secretas e não cumpre com a publicidade, porém deve ser um pode controlado pelo Estado visível e consequentemente pela opinião pública. (BOBBIO, 2015) O poder invisível dentro do Estado e contra o Estado, é contraditório a definição de democracia. Um poder invisível, atuando paralelamente ao Estado, é uma afronta a teoria democrática. Pois é um poder que atua politicamente porém não assume a responsabilidade de suas ações. (BOBBIO, 2015)

1.5 AUTORES CONTEMPORÂNEOS: BOAVENTURA E MENESES.

Atualmente diversos autores se dedicam a desconstruir algumas amarras teóricas de democracia. O presente trabalho, com o objetivo de desconstruir uma visão apenas eurocêntrica da teoria de democracia, utiliza reflexões propostas por autores contemporâneos, que enxergam a necessidade de realizar uma análise teórica de democracia concentrada nas especificidades das realidades democráticas da América Latina. Boaventura e Meneses, em sua obra Epistemologias do Sul realizam um debate sobre a necessidade de

compreender as construções epistemológicas eurocêntricas e seu poder sobre as sociedades sul-americanas. Boaventura de Souza Santos também apresenta uma investigação sobre o tema democracia em sua obra Democratizar a democracia, em que se concentra em apresentar uma crise nos debates sobre democracia. Quijano em sua definição sobre democracia, interpreta como uma ferramenta de extensão do poder colonial.

Para a busca da construção processo político mais amplo e social para a região, é de grande importância que se realize um debate sobre o tema democracia na América Latina. Os autores selecionados para trabalhar esses temas é Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Meneses, que se destacam em estudar os temas epistemologias e democracias da região sul do continente. No livro Epistemologias do Sul (SANTOS e MENESES, 2010) os autores trabalham a questão da produção de conhecimento, ou seja, questões epistemológicas. Epistemologia é a produção de conhecimento, resulta de experiências sociais, que alcançam um nível de conhecimento válido. As experiências sociais se transformam em conhecimento válido, através da prática de produção de conhecimento, e essas se tornam intencionais e inteligíveis. (SANTOS e MENESES, 2010) São as interações sociais que originam a produção de conhecimento. Não há processo inteligível se não houver experiência social. Como os processos sociais são múltiplos e heterogêneos, os resultados de produção de conhecimento, são tão vastos quanto. Dessa maneira, os resultados epistemológicos são diferentes conforme as experiências sociais. (SANTOS e MENESES, 2010) Partindo dessa observação, o presente trabalho irá utilizar a observação dos aspectos democráticos e movimentos sociais, como a categoria de análise, mais próxima à produção de conhecimento sobre democracia por essas experiências sociais.

É necessário compreender que as experiências sociais se traduzem em relações culturais, sejam intra-culturais ou inter-culturais, ou relações políticas. A definição de relações intra-culturais e inter-culturais compreendem que a cultura é uma expressão social correspondente as experiências sociais existentes, assim não é possível qualificá-las como superiores ou inferiores. Nesse mesmo raciocínio é possível compreender que as experiências sociais, criadoras de manifestações políticas e culturais, são contextuais. Todavia elas também são construídas através de compreensão de conhecimentos já existentes. (BOBBIO, 2015)

Os autores observam que nos últimos dois séculos ocorreu uma sobreposição epistemológica, que buscou eliminar a reflexão epistemológica do contexto cultural e político, na produção de conhecimentos. As linhas de investigação que guiam o trabalho dos autores buscam entender de que forma a dominação epistemológica se estendeu no continente sul-

americano. Compreende-se que através do aspecto contextual de sobreposição da cultura moderna cristã ocidental e da diferença política do colonialismo e capitalismo às outras realidades, se produziu um universalismo pautado na ciência moderna. Reflexo de uma intervenção epistemológica baseada nos poderes e forças políticas, econômicas, militares impostas aos não ocidentais e não cristãos. (SANTOS e MENESES, 2010)

Essa prática de sobreposição epistemológica e universalização da ciência moderna inviabilizaram inúmeras expressões sociais de conhecimentos, que não se alinhavam aos objetivos gerais. Nesse contexto, Boaventura define como um epistemicídio, a supressão de conhecimentos locais promovida por um conhecimento externo. (SANTOS, 1998)

A ideia de missão colonizadora que promoveu uma universalização de modelos políticos na América Latina é exemplo dessa experiência universal de conhecimentos, propagadas no continente através de muita disputa. O pressuposto construído pelos autores, da existência de uma dominação epistemológica no continente latino americano, fortalece a hipótese dessa dissertação, de que atualmente ocorre na América Latina uma crise além da política, uma crise epistemológica, de produção de conhecimento sobre o tema democracia. (SANTOS e MENESES, 2010)

Ao observar a padronização epistemológica imposta no continente, conclui-se que ocorreram muitos desperdícios de experiências sociais. Diminuindo a diversidade cultural, epistemológica e política do mundo. O conhecimento local, se não sobreposto pelas epistemologias universais, foram moldados segundo os interesses pré-definidos. Dessa forma, alguns conhecimentos foram absorvidos como matéria prima para avanços científicos e as experiências políticas locais serviram como instrumentos de governos de formas indiretas, produzindo a dominação com características de autonomia. (SANTOS e MENESES, 2010)

Os autores destacam que nem mesmo a ciência moderna se apresenta de maneira homogênea, ela é diversa internamente. Por muitas vezes. As práticas científicas, foram utilizadas por grupos subalternos e oprimidos como forma de legitimação. A produção científica se tornou institucionalizada e por meio desse aparato se legitimou como superior a aquelas que não se alinhavam a esta institucionalização. A institucionalização da ciência se baseou em estruturas como universidade, centros de investigações e pareceres técnicos, distanciando os saberes locais da produção científica institucionalizada. Essa distância produz um descolamento da ciência institucionalizada das experiências sociais. Com isso a produção de conhecimento científico consegue ocultar os sintomas sociopolítico existente nas realidades

sociais. A universalização dessa produção resulta na criação de um vácuo de interação entre a produção epistemológica e a experiência social. (SANTOS e MENESES, 2010)

Os autores identificam que a tendência capitalista de produzir contradições tende a originar questionamentos da superioridade universal do modelo. Assim, com os avanços tecnológicos da revolução da comunicação, contraditoriamente produzem uma liberdade ao questionamento da origem dos saberem universais. (SANTOS e MENESES, 2010)

Outra argumentação apresentada pelos autores é de que ao identificar a existência de uma sobreposição epistemológica, diagnostica-se que o mundo é densamente formado por saberes diversos, e que essa característica enriquece o campo da busca por conhecimentos oriundos de experiências sociais. Apontam a existência de uma pluralidade epistemológica, evidenciando a necessidade de análises correspondentes a essas variações epistemológicas. Definem que as pluralidades existem tanto no contexto interno das ciências, quanto entre elas, pluralidades internas e externas. (SANTOS e MENESES, 2010)

A identificação dessa pluralidade de epistemologias é apresentada como epistemologias do sul, termo cunhado por Boaventura em 1995, que interpreta metaforicamente o sul como a representação da existência de pluralidades que foram sobrepostas pela epistemologia universal. Um ambiente onde há desafios epistemológicos para reparar os danos da história de universalização do conhecimento. Geograficamente, essa definição, também expressa como o colonialismo europeu influenciou nos países e regiões do Sul global. Como resultado, excluindo a Nova Zelândia e a Austrália, os países do cone sul possuem características de desenvolvimento econômico inferiores ao existente no Norte global. (SANTOS e MENESES, 2010)

O Sul global não representa homogeneamente uma inferioridade econômica em relação ao Norte. Pois, existem núcleos de desenvolvimento econômico no interior do Sul geográfico. Definem como “pequenas Europas”, formadas por elites locais que se beneficiaram da colonização europeia e da dominação capitalista e enraízam e matem vivo nas sociedades os interesses externos. (SANTOS e MENESES, 2010)

A compreensão apresentada pelos autores, sobre o Sul global, corresponde às indagações realizadas nesse trabalho. Os autores compreendem que o colonialismo europeu se estendeu em uma dominação além da física e econômica, ocorreu uma dominação epistemológica, colocando os saberes em uma relação desigual, definindo o europeu como superior. Uma relação de saber-poder que estruturou a dominação dos povos do sul. As

formações epistemológicas do sul, são contestadoras dessa relação de poder existente na sobreposição de saberes, valorizam a resistência e propõe um diálogo horizontal dos saberes, esse diálogo é definido como ecologia dos saberes. (SANTOS e MENESES, 2010)

No livro Epistemologias do Sul, o primeiro capítulo é destinado a apresentar o pensamento abissal ocidental. Escrito por Boaventura de Souza Santos, essa definição contribui aos propósitos apresentados por esse trabalho. Para o autor a sociedade ocidental possui um pensamento abissal, onde há definições entre os fundamentos visíveis e invisíveis. Ocorre a criação de uma divisão do universo entre "deste lado da linha" e "o outro lado da linha", o segundo é caracterizado como inexistente, dessa forma é excluído por ser considerado irrelevante ou incompreensível. Essa oposição entre os lados pressupõe que eles não coexistam. Boaventura identifica a dicotomia social existente em cidades cosmopolitas entre regulação e emancipação e em territórios coloniais ocorre outra dicotomia entre apropriação e violência. Enfim o pensamento abissal consiste em radicalizar distinções, e evidencia que essas divisões estão presentes constantemente nas sociedades. (SANTOS e MENESES, 2010) A produção de conhecimento e o direito se fundamentam nessa lógica dicotômica entre certo e errado. Nas ciências são testadas como verdadeiro ou falso e no direito como legal ou ilegal. Ao diagnosticar esse sintoma na sociedade moderna, contribui à compreensão, da dicotomia constantemente apresentada entre os modelos democráticos como certos e errados, ou democráticos e não democráticos. Meios de comunicação, produções científicas e posicionamentos políticos, constantemente buscam apresentar a existência de uma superioridade de um modelo ou outro, colocando como opostos. O tema democracia na América Latina está estruturado segundo a observação apresentada por Boaventura, existe a criação de uma distância entre os modelos, e corresponde a uma qualificação destas. (SANTOS e MENESES, 2010)

A crítica proposta por Boaventura e Meneses identifica que a definição de modelos democráticos, teoricamente fundamentados em experiências externas, se interpretados de forma universal reproduz analises limitadas. Essa prática é prejudicial à compreensão mais das realidades estudadas. As contradições existentes nos modelos democráticos latino- americano são ignoradas para construir a proposta de um modelo universal de democracia.

A América Latina, foi historicamente constituída por formação colonial, vivenciou inúmeros casos de apropriação e violência. A apropriação representa a cooptação, assimilação e apropriação que foi realizada na região. A violência resulta em impactos físicos de destruição

material, cultural e humana. Em casos de apropriação epistemológica, cita-se a utilização de habitantes como guias e apropriação de conhecimentos indígenas da biodiversidade. Violência epistemológica ocorreu com a proibição do uso de línguas locais, imposição de nomes cristãos, destruição de símbolos e lugares e discriminação cultural e racial. A apropriação e violência de direito ocorreu nas experiências como trabalho forçado, tráfico negreiro, tratados desiguais, assimilação forçada, *apartheid*.... (SANTOS e MENESES, 2010)

A apropriação e violência foram ferramentas utilizadas para construir a superioridade da epistemologia universal europeia. Os modelos de democracia adotados no continente latino americano, refletem esse fenômeno. São estruturados epistemologicamente e juridicamente baseado em produções universais, que abafam a pluralidade de modelos sociais existentes. Dessa forma, ao analisar o contexto Colombiano, é preciso verificar as origens epistemológicas e jurídicas de suas definições democráticas.

Verifica-se que o pensamento abissal, junto com as ferramentas de construção da superioridade, apropriação e violência, está presentes na história do cone sul desde o início da colonização, até os dias de hoje. Essas práticas são tão recorrentes, quanto foram no passado. As colocações propostas por Boaventura possuem inúmeros desdobramentos e reflexões sobre experiências sociais existente na atualidade. (SANTOS e MENESES, 2010)

O pensamento abissal se auto-reproduz através de suas ferramentas, dessa forma ele continuou constante durante toda a história dos últimos séculos no hemisfério sul. Para se pensar em uma resistência política, antes deve compreender que se trata de uma resistência epistemológica. (SANTOS, 2010) Para o autor, não existe justiça social global sem justiça cognitiva global. Dessa forma expõe a necessidade de um pensamento pós-abissal. Apresenta a definição de cosmopolitismo subalterno existente em experiências ainda embrionárias, que se expressam de maneira simbólica, dispersa e fragmentada, mas se alinham ao contestar a ordem impostas. A resistência está em criticar e lutar contra a lógica da injustiça social propagada pelo capitalismo global. O autor identifica que a experiência do Fórum Social Mundial representa o cosmopolitismo subalterno, principalmente as reivindicações indígenas, que compreendem com profundidade a necessidade de uma pensamento pós- abissal que não oprima suas expressões políticas e culturais.

O cosmopolitismo subalterno identifica que a globalização não reflete a pluralidade existente, apresenta apenas a imposição epistemológica universal, assim é menos global do que se qualifica. Por outro lado, acredita que quanto mais plural e diverso for as experiências, mais

evidente de que elas são infinitas. As experiências não-ocidentais, também podem ser híbridas e flexíveis a variáveis contextuais, inúmeras. Assim, compreende-se que as variedades epistemológicas são inúmeras e ainda estão sendo construídas constantemente pelas experiências sociais. (SANTOS, 2010)

Relacionado especificamente ao tema democracia, Boaventura realizou reflexões produtivas no livro "Democratizar as democracias: os caminhos da democracia participativa". As definições de democracia foram distintas conforme o contexto e o momento na história. Seus conceitos podem ser apresentados por diversos autores contemporâneos, Boaventura de Souza Santos cita como Amartya Sen interpreta a democracia. O autor descreve que o início da busca pela democracia foi na Grécia antiga e esse caminho se prolongou de maneira gradual durante a história, entretanto identifica que foi no séc. XX que se assumiu a democracia como um pressuposto universal, posto isto, todo país deveria estar pronto para democracia.[5] Com uma perspectiva menos otimista Immanuel Wallerstein questiona a democracia como um rótulo positivo que camufla uma experiência fracassada de Estado. Dentro dessa perspectiva de necessidade de um aparato democrático e o fracasso dessa formação, os debates convergem na percepção da excentricidade da democracia no debate político e social no séc. XX. (SANTOS, 2002)

Boaventura identifica dois principais debates sobre a democracia no século XX: 1- na primeira metade do século, ocorreu uma corrente de desejabilidade da democracia como forma de governo. O resultado foi um arranjo de aspectos de restrição de soberania e participação, dentro de um procedimento eleitoral para se formar governos. Esse se tornou o modelo democrático hegemônico no fim das guerras mundiais. 2- no período pós-guerra, se iniciou o segundo ciclo de debates, que questionavam as condições estruturais do modelo, e a relação possível ou não da democracia com o capitalismo. Marcou o início da social democracia, questionando até onde o capitalismo e a busca pela democracia conseguiria ser associados, indagando o momento em que o social poderia sobrepor o privado em nome da democracia. Dentro do contexto da segunda onda de debate sobre a democracia no século XX, iniciaram se os questionamentos sobre o limite da democracia liberal, e a possível formação de novos modelos, como democracia participativa e democracia popular. (SANTOS, 2002)

A partir da elucidação dessa evolução de debate em torno da definição democrática, o questionamento que surge é sobre as formas e variações de democracia. Vale considerar que

[5] SEN Amartya. **Democracy as a Universal Value**. Journal of Democracy. 1999.

a onda democrática tomou proporções hegemônicas, dentro do contexto propagado pelo modelo europeu. Esse, baseado na contradição existente nos pressupostos de mobilização e institucionalização, apostava na apatia política para estruturar um sistema eleitoral democrático. Substituía então o pluralismo por disputas partidárias influenciadas pela elite. (SANTOS, 2002)

Todavia, todos esses elementos propagados pelas correntes europeias de conhecimento não contribuem na percepção de qualidade da democracia, mas sim na quantidade de países democráticos. "Quanto mais se insiste na fórmula clássica da democracia de baixa intensidade, menos se consegue explicar o paradoxo de a extensão da democracia ter trazido consigo uma enorme degradação das práticas democráticas." (SANTOS, p.42, 2002) As práticas democráticas de participação popular, foram substituídas por um modelo pragmático de um crescimento numérico de modelos democráticos. O preço a ser pago pelo crescimento quase comercial de modelos democráticos no mundo, é a distorção do conteúdo e sentido da democracia em si.

Paradoxalmente a essa propagação de modelos delimitados de democracia, novas formas democráticas estão se expressando nos últimos tempos, democracias locais, com variações de contextos, guiadas pelo resgate de tradições participativas conjunturais. Exemplos dessa emergência são Estados nacionais como Brasil, Índia, Moçambique e África do Sul. (SANTOS, 2002)

Boaventura identifica uma tripla crise sobre essa trajetória de debates democráticos. Primeiro, em relação ao marco estrutural de explicação da possibilidade democrática, um questionamento sobre a superioridade e a necessidade desse modelo; segundo uma indagação sobre a forma hegemônica em que a onda democrática tomou proporções e por terceiro a propensão de novos modelos mais contextuais e específicos, que configuram a necessidade de ações participativas que contribuam ao processo de construção de identidades nacionais. (SANTOS, p.46, 2002)

Dentro dessas três indagações propostas por Boaventura é possível contextualizar os casos específicos da Colômbia. Um país que quantitativamente representa um modelo democrático, porém possui processos sociais além da estrutura democrática. A Colômbia se posiciona como uma democracia liberal clássica, que teoricamente possui o pressuposto da liberdade individual e livre mercado. Mas será que essas delimitações liberais não são contraditórias ao cenário colombiano?

Para Boaventura de Souza Santos, atualmente enfrentamos uma crise de confiança epistemológica. Pois a confiança garantida pelas ciências do séculos XIX, que propagava promessas de paz, racionalidade, igualdade, liberdade e progresso não existe mais, porque fracassaram ao realizar essas diretrizes. A América do Sul que se alimentava dessas promessas de evolução, se encontra estacionada em seus problemas crônicos de formação. A superioridade da ciência moderna europeia, que prometia veracidade e avanços garantidos, sufocou diversas outras formas de conhecimento existentes na América do Sul e em seus povos. Em suma, o projeto científico realizou um "epistemicídio", no qual as práticas de resistência foram desarmadas pelos poderes imperiais (SANTOS, 2002. Pg. 14) Além de sufocar e minimizar a influência de conhecimentos alternativos nos debates epistemológicos, essa prática ocidental conservou a dependência e o poder sobre a produção oficial de conhecimento na América do Sul. Contrapondo esse contexto, o autor destaca que a diversidade do conhecimento é infinita e ilimitada, que não existe superioridade e sim a fator contextual nos diversos desdobramentos dos saberes. A melhor definição é a da existência de constelações de conhecimento, e que essas se fortalecem com combinações e hibridizações.

Ao compreender essa indagação proposta pelo autor, é possível descartar o pressuposto da existência de modelos democráticos perfeitos. (SANTOS, 2002, pg.14) Pois a complexidade do amparo democrático deve ser permeável o fator contextual de seus casos. Dessa forma, modelos específicos podem ser catastróficos em ambientes distintos. Atualmente as correntes científicas europeias promovem distinções que dividem o complexo campo dos saberes entre sujeito e objeto, natureza e sociedade, limitando epistemologicamente o debate. "A medida que os nexos de causalidade se volatilizam, o mundo enche-se paradoxalmente de consequências indesejadas e ações desejadas." (SANTOS, 2002, pg.14) Essa divisão produz um distanciamento da produção científica com a realidade heterogênea e as complexidades sociais. As consequências dessa desarticulação são indesejáveis ao mundo.

A compreensão do contexto democrático na América Latina é de extrema importância para a leitura das relações internacionais, a América Latina é uma região de importância global, devido suas riquezas naturais, sua densidade cultural e seu caráter estratégico na América. Dessa forma, estudar democracias na América Latina é essencial para compreender os desdobramentos futuros das sociedades ocidentais. (SANTOS, 2002)

O autor identifica que a compreensão de igualdade jurídica e política é um pressuposto presente na teoria democrática. Identifica três importantes processos sociais que produziram a compreensão de igualdade jurídica e política: a secularização burguesa e a produção de uma

nova racionalidade eurocêntrica; as lutas entre o novo padrão de poder e a “antiga ordem”; as lutas pela distribuição do controle do trabalho existentes nas disputas de poder do modelo capitalista, realizadas principalmente pelos grupos burgueses na lógica de capital e trabalho. (SANTOS, 2002)

Essas transformações históricas construíram a compreensão de igualdade social, liberdade individual e solidariedade, fruto da criação de uma racionalidade nas relações sociais no período histórico da modernidade. Quijano identifica um processo de dessacralização da autoridade, onde a subjetividade, considerando o lugar interno de cada indivíduo como autônomo, produz uma secularização da subjetividade. Esse processo de subjetificação das pessoas, torna-se o fundamento da liberdade individual. Todavia, mesmo com a construção de uma subjetividade individualista, para a estrutura capitalista de mercado, era necessário a presença de um senso de igualdade social, que fosse capaz de produzir o controle do trabalho, dos recursos e produtos. (SANTOS, 2002)

1.6 AUTORES CONTEMPORANEOS: QUIIJANO.

A combinação das ideias de liberdade individual, igualdade social e solidariedade social, produziram a idealização de que em uma sociedade todos os indivíduos são iguais, perante a disputa do controle do trabalho ou controle da autoridade coletiva. Nesse contexto a teoria democrática se impõe como o padrão social proposto pela modernidade. O novo padrão de poder, se demonstra moderno porém capitalista, dessa forma racionalidade e a modernidade se relacionam com a desigualdade social e as lógicas de poder de exploração e dominação. A estrutura de mercado operante no capitalismo, se caracteriza como o piso da igualdade, mas também como o teto, pois define seu mínimo e máximo de padrão de igualdade. (QUIJANO, 2000) Caracteriza formalmente como igual indivíduos desiguais em suas condições sociais. Todavia no foro individual, são definidas distinções, que restringe a garante de autonomia similar à todos os indivíduos, em todas as condições sociais. É possível identificar essa a inexistência da igualdade social no sexo e no trabalho. Para a mulher, a modernidade, não significou a conquista da autonomia em seu foro individual.Pois não era permitida sua atuação em ambiente público, apenas no privado, no lar e na família, sendo utilizada na atividade sexual e na garantia da prole. Na questão do trabalho, aqueles que não detém o poder coletivo do trabalho, possuem apenas sua força individual de trabalho, se distanciam das condições de igualdade social. Não são individualmente livre, além da subalternidade. (QUIJANO, 2000)

Assim, para o autor as relações sociais presentes na modernidade são definidas entre a intersubjetividade do domínio da racionalidade e materialidade existente no mercado capitalista. Identifica a origem do conflito social na modernidade, é a luta pela materialização da promessa de igualdade social, liberdade individual e solidariedade social. A igualdade social, coloca em reflexão o mote da exploração, as outra o da dominação. (QUIJANO, 2000) O novo padrão social de poder estruturado pela modernidade, formata a democracia como a área central desse conflito. Essa contradição é presente em todo o processo, há um conflito na busca pela garantia das ideias de universalização da igualdade social, liberdade individual e solidariedade social. Pois as estruturas de interesses, resultantes da dominação de poder, tendem a limitar e reduzir esses ideais apenas aos dominantes. O resultado dessa contradição é a institucionalização da negociação de limites e modalidades de negociação. Ou seja, as relações sociais, em constantes disputas por essas definições, produzem uma institucionalização capaz de negociar esses limites em disputa e identificar os modelos de dominação. (QUIJANO, 2000) A negociação dos limites e modalidades de dominação, pode ser caracterizada pelo conceito de cidadania, que intervém nas fronteiras possíveis de dominação da estrutura de poder. (QUIJANO, 2000)

Segundo a interpretação social de Anibal Quijano, a institucionalização, da negociação de limites, entre as relações sociais é representada pelo Estado Nação moderno, dentro da definição e democracia. Compreende como democracia a estrutura institucional de negociação de limites existentes no formato político e social do Estado Nação. (QUIJANO, 2000)

Além disso, o autor complementa ao observar que o novo padrão de poder se delimita como colonial e eurocêntrico. Possui uma conformação estrutural baseada na colonialidade, onde a classificação racial se expressa como classificação social básica e universal, toda a elaboração é guiada pela euro centralização. (QUIJANO, 2000)

O autor faz uma ponderação histórica ao ilustrar que durante dois séculos, a contradição existente no novo padrão ficou concentrada no continente europeu. Nesse período democracia, e suas negociações institucionais, forma constantes apenas na europa ocidental. Os outros lugares além do território europeu, ao sofrer a expansão do colonialismo europeu, absorveram a colonialidade como condição básica em sua estrutura social. A forma social da colonização foi marcada pela exclusão do salário até o fim do século XIX e sustentada pelo controle e dominação baseado na definição estatal, colonial e senhorial. (QUIJANO, 2000)

A definição de democracia no contexto da globalização é caracterizada principalmente pelo sistema eleitoral de votação. Para o autor essa interpretação, originária de visões

tecnocráticas e burguesas eurocêntricas, produzem dois problemas. Primeiro, que Estados, com fragilidades nacionais, ou não nacionais, se tornam presas da estrutura tecnocrática do voto. (QUIJANO, 2000) A qual, funciona segundo mecanismos, interpretados como não políticos e sim técnicos. Ou seja a fragilidade de soberania dos Estados, podem ser manipulada por uma estrutura eleitoral técnica, justificada por interpretações, ditas não políticas e sim tecnocráticas. Nesse contexto a interpretação de Quijano, pode -se enxergar a estrutura eleitoral como método, assim identificado por Schumpeter. Este método se apresenta como uma ferramenta de manipulação da democracia e não como democracia. (QUIJANO, 2000)

O segundo problema da estrutura democrática resumida ao voto, é a caráter mundial que esse método pode alcançar. Mais precisamente, o autor relaciona, o fator globalização no mecanismo do voto. (QUIJANO, 2000) Resumir a democracia ao processo de voto, limita a participação política local da sociedade, perante a uma estrutura de poder, que se torna um processo de reconcentração do controle da autoridade pública, que reduz ou busca reduzir toda participação política dos cidadãos que não seja a do voto, para fazer possível a atuação local, nem sempre muito oculta, de um tipo de governo mundial tecnocrático ou "transgovernance". (QUIJANO, 2000)

O sistema democrático baseado majoritariamente pelo voto, além de ser vulnerável a fraudes, manipulações, não garante a sociedade o controle das instituições públicas, mas apenas a participação da estrutura eleitoral do voto. (QUIJANO, 2000) Ao considerar essas limitações e problemas que a estrutura democrática baseada no voto pode produzir, é possível afirmar que a expansão desse modelo de democracia pelo mundo, não significa a democratização dos diversos Estados que consomem esse processo. Pelo contrário, segundo o autor, os poderes existentes no contexto de acumulação especulativa e capital financeiro, dominam o capitalismo mundial, por meio da fragilidade do processo democrático limitado ao voto. Esses interesses, utilizam recursos tecnológicos e produção do conhecimento para perpetuar seus mecanismos de influência e poder. Para Quijano, essa é uma tendência estrutural do poder colonial e capitalista em sua expansão mundial. (QUIJANO, 2000)

A estrutura de poder colonial e capitalista depende da fragilidade da democracia. Dessa forma os espaços democráticos devem ter acesso reduzido para a participação da sociedade. Pois os fundamentos da democracia, pressupõe que a sociedade deve ser pautada em espaços sociais que a democracia garanta a igualdade de acesso e controle do trabalho, recursos, dos produtos. Essas condições se tornam contraditórias, aos objetivos do capitalismo financeiro. A democracia, como definida por sua base teórica de igualdade, depende da distribuição

democrática do controle da autoridade público, ou seja, acesso democrático a instituição do Estado. (QUIJANO, 2000)

> "O Estado nação moderno se constitui, tendencialmente, desse modo e sobre essas bases. Mas as necessidades atuais da acumulação especulativa requerem, também necessariamente, a redução desses espaços e, onde seja possível, sua eliminação ou o desvirtuamento de suas instituições, como a cidadania e o voto. O caráter capitalista do poder que se "globaliza" e o domínio do capital especulativo na etapa atual do capitalismo são contrários à democratização da sociedade e, nessa medida, de sua nacionalização, já que todo Estado-nação moderno é nacional só quando e enquanto for representação de uma sociedade democrática. " (QUIJANO, 2000)

A globalização disputa os processos de nacionalização/ democratização do sistema internacional, principalmente nas condições de Estados periféricos. As definições de globalização tendem a construir barreiras nos processos de democracia nos Estados nacionais. Quijano teoriza a democracia, dentro da compreensão de que o eurocentrismo formata os poderes, segundo os interesses de perpetuação do poder do centro sobre a periferia. (QUIJANO, 2000)

1.7 REFLEXÕES ESTRUTURAL.

Esse capítulo expos alguns dos debates teóricos sobre democracia, desenvolvido nos últimos séculos, com o objetivo de compreender e se aproximar do tema principal, aspectos democráticos colombianos. Nessa leitura é possível verificar que a teoria democrática pode ser interpretada como um objetivo ideal (autores clássicos), com um método (autores revisionistas) e como um poder (autores contemporâneos). Ao analisar esses trabalhos teóricos, com a tarefa de construir uma reflexão estrutural, essa dissertação utiliza as considerações apresentadas pelas diferentes teorias sobre democracia, como um pano de fundo para ilustrar as possibilidades de interpretações democráticas. Todavia, essa investigação compreende que as definições democráticas não são padrões a ser vinculado diretamente as realidades sociais. Baseamos-nos nas definições, para realizar uma reflexão, porém os aspectos democráticos colombianos não devem ser limitados a um molde teórico.

Com o objetivo de realizar uma análise estrutural, no primeiro capítulo foi apresentado o debate de teorias democráticas e a percepção de cada autor referente a participação social. A autora Carole Patman identifica que na busca por uma estabilidade democrática, as teorias tendem a considerar a importância da participação social. Alguns autores se demonstram mais entusiasmados com a estrutura de participação social, do que outros. Os autores clássicos interpretam a participação social como o principal fundamento do modelo democrático, defendendo a participação máxima na estrutura democrática.

Rousseau, em sua definição de Contrato Social, descreve que uma sociedade democrática é aquela que busca a igualdade dos indivíduos e impede governos individuais. Para isso, a principal ferramenta de garantia da democracia seria a participação social em assembleias gerais, onde os indivíduos participam buscando o bem comum.

Mill em seu Estado ideal identifica o fator da participação social como proteção da sociedade contra aqueles que possuem mais poder, pois a democracia é uma estrutura baseada pelos interesses.

Schumpeter destaca o método como fator principal na proposta democrática. Para o autor o método é um item de identificação do modelo democrático. Schumpeter não dá destaque ao processo de participação social e não prevê as atividades de movimentos sociais. Ao interpretar como método, define que as relações sociais ocorrem dentro da estrutura prevista pelo método democrático. Contrariamente a definição clássica de democracia o autor não identifica a existência de uma opinião pública, ou vontade do povo. Para Shumpeter o método democrático não é o governo do povo, mas a estrutura que permite o povo a escolher qual governo deseja, por meio da escolha eleitoral e livre de um líder.

Bobbio é interpretado também como um revisionista, pois suas reflexões contradizem as definições clássicas de democracia. O autor descreve a democracia liberal como um método representativo. Desconstrói a visão idealista de que os indivíduos soberanos se relacionariam sem intermediários com a estrutura do Estado. Considera que os indivíduos tendem a se agrupar e atuar de forma coletiva em suas pautas. Dessa forma, considera que podem ocorrer organizações sociais de participação, ou seja, movimentos sociais, e que esse se relacionam entre si e com o Estado por meio de seu método de representação.

Boaventura aponta o fator hegemônico da proposta democrática, questiona a viabilidade dessa expansão. Considera que esse movimento se dá devido a intenção quantitativa de expansão dos modelos democrático e não qualitativa. Aponta que esse processo reproduz uma baixa qualidade democrática e que o resultado desse crescimento são modelos democráticos distantes das práticas democráticas. Identifica isso como fruto de uma crise epistemológica, onde a proposta epistemológica eurocêntrica de democracia sobrepõe às complexidades específicas dos contextos.

Quijano descreve algumas fragilidades no modelo democrático, como a participação por meio do voto eleitoral e a grande expansão do método democrático. Identifica isso como uma extensão de poder eurocêntrica em outros territórios, uma tendência estrutural do poder colonial e capitalista que por meio de expansão mundial legitima sua existência. Para o autor o acesso aos espaços democráticos e a participação social são reduzidos na democracia.

Dessa forma, a leitura das reflexões proposta por esses autores, nos leva a interpretar que os modelos democráticos na América Latina são compostos por métodos democráticos insuficientes em dialogar com as emergências sociais. Não é possível identificar na região latino-americana a existência de um Estado que possuem a plena participação de seus individuas na estrutura democrática. O que verificamos é a existência quantitativa de diversos modelos democráticos, que possuem uma elasticidade em sua qualidade. Assim torna-se possível diagnosticar que os a definição clássica de democracia se comporta como ideológica ao analisar a realidade latino-americana. As definições críticas dos revisionistas, convergem com a interpretação de que há uma vasta quantidade de métodos democráticos e métodos representativos na América Latina. Atualmente, os países se definem como democrática, legitimando-se pela existência de uma estrutura política representativa e uma plataforma de participação eleitoral. Porém esses métodos democráticos, não consegue absorver totalmente as ações sociais, ou movimentos sociais. Portanto é possível verificar que ocorre um vácuo teórico para compreender como se dá a relação do Estado com os movimentos sociais. A contribuição dos autores contemporâneos não se dá na busca por uma definição teórica da democracia latino-americana. Mas no processo de compreensão que a formulação teórica deve ser resultado dos processos sociais do contexto a ser analisado. Dessa maneira, compreender teoricamente os aspectos democráticos, deve ser um exercício de observação das suas especificidades, com o objetivo de criar uma teoria própria a realidade latino-americana. Não se trata em ignorar as teorizações já realizadas por autores eurocêntricos, mas sim, realizar uma

reflexão dos avanços apresentados por esses e contrapor com a complexidade do contexto regional. O primeiro capítulo teve como objetivo relacionar as diversas teorias democráticas com a realidade latinas americanas foi utilizado debate de diversos autores, para esboçar uma compreensão do tema democracia na América Latina. Para realizar uma análise responsável sobre os aspectos democráticos da Colômbia vamos nos aprofundar nas camadas de análises, nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2: DEMOCRACIA COLOMBIANA.

Após apresentar o debate dos clássicos e revisionistas e contemporâneos, é preciso realizar uma análise teórica que aproxima a investigação do objeto de análise: democracia colombiana. Alguns autores dedicaram a investigar o tema democracia no contexto latino

americano. Norbert Lechner realiza uma análise os problemas da democracia e a política democrática na América Latina. Em sua obra Democracia y utopía: la tensión permanente[6], o autor apresenta historicamente as condições democráticas encontradas na américa latina, após a modernização dos Estados. Identifica alguns tipos teóricos mais presentes nos casos de democracia latino-americana e propõe alguns padrões sociais.

2.1 AS IDEOLOGIAS ECONÔMCAS E MODELOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA.

A modernização dos Estados latino americanos se iniciou nas primeiras décadas do século XX. Guiadas pelos processos de industrialização dessas economias. Foi no período entre guerras que as economias mais desenvolvidas da região, como Brasil, Argentina e Chile modificaram sua estrutura econômica. O aquecimento econômico desse período, promoveu um momento de desenvolvimento social, que permitiu a diversificação da estrutura social e em alguns casos um importante desenvolvimento estatal. (LECHNER, 2014) Os países menos desenvolvidos na América Latina, que em geral foram aqueles que não se beneficiaram imediatamente da economia de exportação, possuíram um desenvolvimento industrial e modernização estatal, um pouco mais tardio. (LECHNER, 2014) É possível considerar de forma geral, que no período entre guerras, a América Latina enfrentou um importante processo de modernização estrutural. Em alguns casos, desenvolvimento do aparato estatal, evolução educacional e diversificação das estruturas de classe resultado do processo de industrialização. As condições sociais latino americanas, sempre contaram com a influência de dois fatores determinantes, o latifúndio e a Igreja. (LECHNER, 2014) Para o autor, o processo de modernização dos Estados latinos americanos foram formados por essas características:

- O papel do Estado, tanto no fomento da industrialização, como no desenvolvimento de políticas de integração social que favoreceram o controle da institucionalização política das classes populares.
- A conformação de um proletariado com base na migração rural e não com base na desqualificação do artesão.
- O esgotamento do liberalismo como ideologia das classes dominantes.

[6] Lechner, Norbert. Obras III. Democracia y utopía: la tensión permanente; ed. de Ilán Semo, Francisco Valdés Ugalde, Paulina Gutiérrez- México: FCE, FLACSO, 2014.

- A formação de um novo bloco dominante construído por latifundiários e burgueses.

Desde o século XX a ideologia dominante na maior parte da região era o liberalismo. Junto com a proposta de Estado moderno, defendiam a ampliação dos direitos individuais, controle do absolutismo presidencial e secularizar a sociedade, limitando o poder da Igreja na sociedade civil. Foi na década de 60, que as políticas liberalizantes se tornaram destaque, como no caso do Chile. (LECHNER, 2014) Mas o liberalismo se demonstrou contraditório, e catastrófico. Propunha liberdades individuais e políticas, promovia o livre comércio e o abstencionismo estatal. Alinhava a América Latina ao seu caráter exportador no comércio internacional. Porém o abstencionismo do Estado, perpetuava a limitada economia de exportação, e os excedentes gerados por essa plataforma econômica não eram democratizados pelo Estado. Dessa forma o liberalismo na América Latina produziu amplas crises sociais, as classes oprimidas por esse modelo se transformaram em atores de pressão ao Estado. (LECHNER, 2014)

Nesse contexto de contradição política econômica e social proporcionada pela ideologia liberal, surgiu outra corrente ideológica de grande influência na região, o desenvolvimentismo da teoria econômica keynesianista guiaram projetos estatais, como do Brasil e Argentina de vertente nacional- populista de desenvolvimentismo que busca integrar a sociedade por meio do Estado. As novas classes burguesas oriundas desse processo era a fusão de burgueses industriais, comerciantes, agentes financeiros e latifundiários. (LECHNER, 2014)

Essas foram as principais correntes econômicas implantadas na América Latina no Século XX. A combinação de modernização e tradicionalismo, de burguesia industrial e elite oligárquica, foram responsáveis por promover contradições estruturais nas sociedades latino americanas. (LECHNER, 2014)

As formas políticas que acompanharam esse modelos econômicos foram:

- Candualismo militar, consequente da debilidade do poder de mediações, muitas sociedades latino americanas foram estruturadas institucionalmente pelo monopólio da força, dessa forma as ações políticas eram lideradas por militares, representavam um projeto conservador, defensivo. Na Colômbia o governo de Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957) é um exemplo, pois o militar e político Gustavo Rojas realizou um golpe de Estado contra o presidente Laureano Gómes. (LECHNER, 2014)

- Nacional populistas, não representavam projetos conservadores de centralização das sociedades por meio do poder, mas um projeto de integração social que buscaram conciliar as transformações sociais oriundas da industrialização. Foram governos que incentivaram a organização da classe trabalhadora e mobilizações nacionalistas. Não foram regimes estritamente ditatoriais, defendiam o desenvolvimentismo autoritário com a justificativa de que as sociedades atrasadas não possuem maturidades política para democracia representativa. (LECHNER, 2014)

- Regime democrático representativo, ocorreu poucos casos na região, pois teoricamente necessita de uma racionalização da sociedade e secularização escassas nos modelos de Estados latino americanos. Alguns casos ocorreram nas condições de modernização do Estado, industrialização, urbanização, melhorias nos níveis educacionais e implementação do método democrático. A Colômbia é citada como um exemplo de regime democrático representativo, pois implantou o método democrático de eleição de representantes civis. Porém esse modelo representa uma ilusão, democrático apenas no modo político e não em sua amplitude social. Pois de sociedades modernas, estruturadas e economias liberais exportadoras, não sustentam a democratização social. (LECHNER, 2014)

O desenvolvimento social e da democracia na América Latina.

O desenvolvimento capitalista na região, promoveu um laboratório de experiências tantos liberais quanto desenvolvimentistas que resultaram em contradições sociais e políticas em suas definições teóricas. O fator agrário e exportador esteve presente em todas as realidades. A oligarquia latino americana, defensora de estruturas atrasadas, representaram o conservadorismo e autoritarismo na região. Esses fatores refletem na fragilidades das propostas políticas na região, representando um atraso na estrutura democrática dos países latino americanos. (LECHNER, 2014)

A debilidade da democracia, a tendência ao candaulismo militar, promoveram consequências estruturais, como precariedade dos partidos e de grupos intermediários. Além disso as política liberalizantes deixaram marcas de desigualdades na sociedades latino americanas. (LECHNER, 2014)

Fatores como processo de industrialização, modernização do Estado, e fragilidade da democracia influenciaram diretamente nos modelos de Estados encontrados no continente. Porém essas variáveis foram sempre manipuladas por formas de fazer política. Dessa forma, por meio de uma análise histórica da diversidade política encontrada na América Latina, o autor propõe uma classificação para os diferentes estilos políticos. Distingue seis estilos

políticos, refere-se a estilo com o objetivo de ilustrar a união da ideologia e prática da ação[7] política no resultado social. (LECHNER, 2014)

Primeiro estilo político apresentado pelo autor é o liberal. O estilo liberal considera a sociedade como uma condição natural, ou seja não questiona sua construção. A evolução da sociedade deve ser corrigida e protegida durante seu percurso. Todavia, sem que os homens possam construir deliberadamente su futuro. Pois seus principais fatores, possuem condições naturais de auto regulação. As leis de mercado e suas instituições (a propriedade privada contrato social) auto regulam a vida social. Partindo do pressuposto liberal, as interações sociais realizam a integração dos aspectos sociais, dessa forma a política se limita a proteger e garantir o marco normativo da liberdade individual. (LECHNER, 2014) O estilo liberal considera como prioridade a forma individual, e ignora sua necessidade de coletividade. Subestima a necessidade do Estado e superestima a criatividade e a capacidade econômica do homem e o mercado como principal forma de interação social. O homem e sua relação social, não é limitado pela lógica do mercado. (LECHNER, 2014) Ao definir o trabalho como uma simples mercadoria, o estilo liberal se demonstra limitado ao compreender que os sistema de valores e normas sociais da sociedade é muito mais complexo do que a qualificação de valores desenvolvido pela lógica de mercado. " Não se pode estabelecer o livre mercado de trabalho exigido pela utopia liberal porque a força do trabalho não é uma mercadoria como as demais."[8] (LECHNER, pág. 60, 2014)O estilo liberal, baseado no individualismo, ao desconsiderar o fator coletivo, ignora a reprodução coletiva da terra. Historicamente, todas as sociedades se desenvolveram em torno da coletividade da produção da terra, dessa forma representa a reprodução da vida coletiva a essência da sociedade. Outro erro do estilo liberal é ignorar o caráter coletivo que o Estado deve fornecer a sociedade, o elo de integração. (LECHNER, 2014)

O segundo estilo apresentado por Norbert Lechner é o corporativo. O qual defende que a interação socioeconômica do Estado com a sociedade atualmente é irreversível, pois o direito a vida é reconhecido universalmente e a reprodução coletiva não possui condições de existir em suas formas tradicionais, pois o sistema capitalista moderno a tornou inviável. Tampouco é assegurada por um mercado segmentado, sem dimensão nacional em muitos aspectos e em

[7] Ver em Lechner, Norbert p. 59.

[8] "No se puede establecer el libre mercado de trabajo exigido por la utopía liberal porque la fuerza de trabajo no es una mercancía como las demás."

outros governados por uma lógica transnacional. (LECHNER, 2014) Nessas condições é o Estado que assume o caráter coletivo necessário para garantir o desenvolvimento social do capitalismo. O estilo corporativo busca criar o equilíbrio de poderes entre os diversos atores, por meio da negociação, para criar uma organização de interesses. Há o estilo corporativo mais estatal, onde essas negociações são realizadas na esfera do Estado ou partidos políticos. Também pode se definir o estilo corporativo societal, o qual a organizações sociais gozam de autonomia perante um Estado frágil. O também chamado de "pluralismo corporativista" é uma forma de fazer política que tende a estabilizar as desigualdades por meio da proposta de desenvolvimento econômico. Mas ao mesmo tempo, deforma a consciência política ao propor uma visão limitada, distorsiona a agenda social ao entregar sua responsabilidade a organizações estabelecidas pela estrutura de poder e limita os direitos civis sob as condições de vida social. Crises econômicas e suas desigualdades sociais podem levar aos conciliadores a usar a força nos processos de negociação de sua base organizacional. (LECHNER, 2014)

O terceiro estilo político encontrado na América Latina é o classista, este pode ser definido de duas formas. O estilo corporativo classista-liberal e classista revolucionário. O estilo corporativista reconhece a pluralidade, porém limitada ao *status quo.* Não reconhece a estrutura de dominação e exclusão da ordem capitalista. Dessa forma o estilo classista realiza essa crítica. O classista liberal é fundamentado pela defesa do sufrágio universal e igualitário, da liberdade individual, na propriedade privada e no trabalho livre assalariado. Identifica as estruturas de classe existentes na lógica capitalista, porém em defesas dessas direitos, se apresentam contra as proposta igualitárias das sociedades de massa, devido a ameaça da "ditadura da maioria". Com tal característica, as classes dominantes, legitimadas pelo estilo classista liberal, sustentam uma democracia excludente das chamadas "classes perigosas. (LECHNER, 2014)

O estilo classista revolucionário realiza a crítica a estrutura social excludente, encontradas nas sociedades subdesenvolvidas, onde as classes dominantes marginalizam e oprimem setores da sociedade, como camponeses e trabalhadores. Nesse contexto o aparato estatal fracassa em sua função de proteger a estrutura sociocultural. O estilo político classista revolucionário analisa e critica a estrutura de poder, sustentada pelas classes dominantes da economia capitalista. Propõe então a revolução social como fator de desconstrução dessa realidade. é uma forma política instrumentalista, pois sugere a mudança da condição de opressão das classes por meio da revolução social. (LECHNER, 2014)

Em ambos os casos de estilo político classista os objetivos e atores estão relacionados a estrutura econômica. O estilo classista não considera a complexidade política no processo de decisão dos objetivos sociais e na construção de seus atores. Dessa forma o estilo classista liberal fracassa ao compreender as forças sociais e o classista revolucionário oferece uma estratégia instrumentalista, porém não apresenta uma proposta completa de uma nova ordem. (LECHNER, 2014)

O quarto estilo político é o tecnocrático, seu propósito é educar a complexidade social, interpretando as questões sociais como fatores técnicos. A política se reduz a uma técnica de governar pela racionalidade. Os problemas técnicos são solucionados por decisões políticas elegidas pela racionalidade. Essa racionalidade formal que transformas as decisões políticas em decisões tecnocráticas, subestima o caráter político das soluções dos conflitos sociais. Ademais, a participação do cidadão é substituída pela análise do especialista técnico no tema. (LECHNER, 2014)

A aparente neutralidade do estilo político técnico possibilita a camuflagem de regimes autoritários. A invocação da técnica permite a manipulação de dados, alterando as decisões políticas por meio do cientificismo. O estilo tecnocrático e o autoritarismo se reforçam mutuamente, pois ambos se legitimam pela técnica e ciência. (LECHNER, 2014)

A forma democrática de Estado também utiliza estruturas tecnocráticas para sustentar suas ações políticas. A burocratização do Estado e o método democrático de eleição e disputa de partidos são estruturados por definições tecnocráticas. Um sistema de partidos tende a ser tecnocrático pois seu arranjo eleitoral é estimulado pela maximização dos votos. Esse aspecto pressiona os partidos a se converter na lógica do mercado político. Assim os partidos abandonam seu perfil ideológico para se transformarem em máquinas eleitorais. Além disso, a competência eleitoral depende da negociação parlamentar, a força do partido é medida pela capacidade de articulação e negociação no aparato estatal. A própria estrutura interna do partido é burocrática, centralizada e fundamentada por organizações administrativas. Por fim, o estilo tecnocrático transforma relações sociais e políticas em lógica de mercado, como do produtor e consumidor. (LECHNER, 2014)

O quinto estilo político definido é o personalista. Está fundamentado na relação líder e massa. O fenômeno ocorre com a influência de um líder carismático. Esse estilo político, muito comum na realidade latino-americana, ocorrem em momentos de crise da estrutura societal, onde no meio do processo de modernização e industrialização o líder carismático consegue se comunicar e emersão do novo estrato social, o trabalhador. (LECHNER, 2014) A

característica específica do estilo personalista é identificar que as massas se movem pela paixão e crenças do que por interesses e cálculos. O líder personalista não interpreta o espaço político como uma relação de mercado, mas como um âmbito factível a influência da política como uma religião. O estilo personalista controla as massas por meio das motivações emocionais e morais, utiliza de símbolos e fatores imaginários para transmitir uma visão de mundo. Se demonstra a ser sensível às questões sociais, dos oprimidos, e destaca a necessidade do coletivo. A personalidade do líder carismático, por meio de relações sentimentais, se torna um valor político. A grande força do estilo personalista é compreender os fatores irracionais de influência no cálculo político. Os afetos, as paixões, os mitos e rituais, símbolos e narrativas constroem uma coesão no discurso social. A debilidade desse estilo é a relação mimética de identificação da massa com o líder, tornando um fator frágil no processo de politização. A veneração do líder político esgota as possibilidades de realizar um processo racional de politização da sociedade. (LECHNER, 2014)

O sexto estilo é o militarista é fruto da dinâmica de guerra existente na formação e estrutura do Estado Nação, ou pela militarização da sociedade. Todas as sociedades divididas por relações sociais são conflitivas. Os conflitos geram guerras quando o essas divisões sociais são interpretadas com reciprocamente excludentes. A relação vida e morte, justifica a busca pelo extermínio da proposta social oposta. Essa lógica de guerra não se refere somente a uma situação bélica, pode existir uma sociedade militarizada. Todo o processo social se torna uma dualidade entre os agentes do conflito. A política se torna uma consequência da lógica da guerra. A verdade absoluta é uma característica do estilo militarista. Dessa forma, só a extinção do inimigo é a solução do conflito social. É um estilo que não reconhece a liberdade do outro, pois não interpreta a complexidade das diferentes opiniões, portanto não aceita negociação dessas diversidades. Disciplinando uma parte da sociedade e excluindo outra, produz uma sociedade fechada, rígida, doutrinária, hierarquizada e burocrática, dificultando a diálogo com alternativas sociais. (LECHNER, 2014)

Após apresentar os estilos diversos de política que podemos encontrar na região latino-americana. O autor apresenta os problemas da democracia, a complexidade que envolve a dinâmica da sociedade política o Estado e a sociedade civil são mais amplos que a definição do estilo político e que essa complexidade resulta na combinação desses estilos em diferentes tempos e territórios. Ao analisar países latino americano é possível verificar que as combinações de estilos políticos são recorrentes Na realidade os estilos podem ser articulados e com diferentes combinações, pois segundo o autor, os estilos produzem respostas limitadas

e inacabadas. O estilo liberal é incapaz de solucionar a necessidade coletiva da sociedade. O estilo corporativista encerra a dificuldade de superar os efeitos desintegradores da contenção entre interesses parciais mediante as definições de interesses gerais politicamente viáveis e previstos de eficácia. O classista liberal não possui capacidade integradora, interpreta a diversidade social como uma mera heterogeneidade e produz processo repressivo frente aos processos de mobilização das massas. O classista revolucionário ao compreender unilateralmente a crítica da estrutura social, produz respostas rígidas e duras, com poucas possibilidades de evolução. O estilo tecnocrático divide o sistema político da sociedade civil, excluindo as demandas sociais de sua estrutura institucional. O estilo personalista possui limitação na proposta de continuidade da ordem política e pode produzir manipulações sociais, pois relaciona a estrutura a um fator pessoal, ao líder. O estilo militarista resulta em uma sociedade fechada, repressiva e dinamizada pela lógica da guerra, produzindo amplas consequências sociais. (LECHNER, 2014)

Após realizar a análise teórica das realidades políticas da América Latina, realizada pelo chileno Norbert Lechner, baseado em sua divisão, será relacionado o caso democrático da Colômbia. Para a maior compreensão histórica do contexto político e social da sociedade colombiana, iremos apresentar brevemente qual foi o contexto político do governo que antecedeu Santos, o governo de Álvaro Uribe. O recorte histórico a ser analisado nessa dissertação é o primeiro governo de Juan Manuel Santos, momento em que surgiu mobilizações sociais fundadoras da Marcha Patriótica. Todavia, para compreender o governo de Santos, e o direcionamento de sua política aos movimentos sociais, é preciso contextualizar o governo anterior. (LECHNER, 2014)

Norbert Lechner define seis estilos políticos encontrados na América Latina e suas possíveis combinações. Como um exercício de relacionar o contexto político com a teoria, será realizado uma breve apresentação das condições democráticas existentes na Colômbia e após essa análise será definido os respectivos estilos democráticos dos últimos governos de Uribe e Santos.

2.2 BREVE ANÁLISE DA HISTÓRIA DEMOCRÁTICA DA COLÔMBIA.

Deve ser realizada uma análise crítica sobre a construção da estrutura democrática colombiana. O pacto político bipartidário conhecido como Frente Nacional que durou de 1958 até 1986, foi um mecanismo de consenso das elites do país, que culminou no controle dos três

poderes favoráveis aos interesses desse grupo de poder. Foi o período em que o pacto concedeu aos partidos liberal e conservador o controle do Estado colombiano, uma ditadura democrática das classes dominantes. A exclusão dos outros atores sociais e políticos, resultou na mobilização desses, em torno de suas demandas. Surgiram então movimentos como a Frente Popular Unida liderada pelo padre Camilo Torres; o Movimento dos Trabalhadores Estudantis Camponeses - MOEC; a Associação Nacional de Usuários Camponeses - ANUC; o Movimento Revolucionário Liberal - MRL; a Aliança Nacional Popular - ANAPO; fortalecimento do Partido Comunista Colombiano. (ALVAREZ, 2015)

Em 1964 surge a guerrilha Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC, com caracteríticas comunistas e agrária. Em 1965 surge o Exército de Libertação Nacional - ELN, da linha guevarista. Em 1967 o Exército Popular da Libertação, movimento de influencia maoista marxista-leninista. Em 1970 é criado o Movimento 19 de Abril, formado por ideologia nacionalista social-democrata. Todos esses movimentos foram reprimidos pelo Estado formado pela Frente Nacional. Nesse momento a sociedade colombiana convivia com o constante estado de sítio, recorrente em todos os anos de governo do pacto da Frante Nacional. . (ALVAREZ, 2015)

A América Latina vivenciava erupcoes de movimento sociais que resistiam as ditaduras miltares. Nos anos 1980 a Colombia também conheceu uma nova ascensao de movimentos sociais. Os movimentos de guerrilha criaram a coordenacao de guerrilha Símon Bolívar. Esse era o momento em que os movimentos sociais encontravam se alinhados em suas demandas democráticas e de busca da paz, contra o governo das classes dominantes, representado pela Frente Nacional. Realizavam reuniões, com o objetivo de definir a orientação política dos movimentos em relação ao conflito armado colombiano, tinham como objetivo se posicionar de maneira unificada contra esse contexto. Surgiu também um novo centro sindical, muito importante para o contexto de luta dos trabalhadores colombianos, a Central Unitária de Trabalhadores - CUT. (ALVAREZ, 2015)

Todos esses movimentos e seus posicionamentos demandavam uma solução ao conflito armado colombiano, dessa forma pressionaram ao Estado para criar o primeiro processo de paz. Como condição aos primeiros acordos realizados entre movimento guerrilheiro e Estado, a guerrilha e as organizações populares exigiam garantias de criação de um partido político legítimo de oposição, que representassem as críticas e pautas sociais desenvolvidas até então. . (ALVAREZ, 2015) Disputavam no acordo a expansão real do espaço democrático, dentro da estrutura institucional do pacto político. Foi nesse contexto político que

nasceu a União Patriótica, um partido político de esquerda que buscou representar novas dinâmicas dos movimentos sociais e de suas lutas concretas. Em sua pauta política defendiam temas como a luta pela moradia, a reforma agrária, melhor educação, melhor saúde. (ALVAREZ, 2015)

O Estado colombiano, diante de um contexto de ascensao das lutas populares e movimentos socias, reproduziu uma ampla repressao e promoveu grupos de extermínios äs forcas sociais. Esse período ficou conhecido, na história da Colombia, como guerra suja. O Estado, justificava suas acoes terroristas, ao classificar como uma luta contra a guerrilha, todavia o que ocorreu foi uma perseguicao e extremínio ä grupos sociais. Muitos líderes sindicais, estudantes e outros membros de movimentos sociais foram assassinados. O Estado exterminou a Uniao Patriótica e a Associacao Nacional de Usuários Campesinos. . (ALVAREZ, 2015)

Após essa acao repressora do Estado colombiano, os movimentos sociais entraram en crise. Suas estruturas foram fragilizadas e perderam capacidade de articulacao social. No final dos anos 1980 e 1990, a capacidade de mobilizacao dos movimentos sociais era mínima, existiam de forma fragmentasa e setorial. A agenda dos movimentos sociais, foi distorcida pelos mecanismo de pressao realizados pelo Estado. . (ALVAREZ, 2015)

As guerrilhas FARC e o ELN permaneceram armadas e disputando poder com o Estado e diversas regioes da Colombia. Se fortaleceram militarmente e passaram a representar uma ameaca real ao Estado Colombiano. O contexto do conflit armado se intensificou, a resposta do Estado foi o aumento da militarizacao, implementaram um plano de contrainsurgência. A violencia colombiana cresceu e o Estado apostou politicamente na propaganda de guerra contra movimentos insurgentes. Na eleicao de 2002 o entao candidato Alváro Uribe representou a proposta da guerra, alinhada a política externa norte americana. . (ALVAREZ, 2015)

2.3 A CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA COLOMBIANA.

A história da constituição colombiana é composta por alguns modelos de governo. Desde 1991 a Colômbia se define como uma República democrática e participativa, onde defende o compromisso de promover a participação cidadã em todos os espaços da vida social. As reformas constitucionais anteriores à de 1991 criaram barreiras para a criação de uma nova constituição, delegando apenas ao congresso a função de reforma constitucional. Dessa forma,

quatro processos de revisão da constituição falharam entre os anos de 1977 e 1989. (ZULUAGA, 2013) Havia diversos grupos políticos e atores sociais que disputavam a questão constitucional. Politicamente existia a divisão entre os liberais e conservadores, além dos grupos sociais como o M-19 e o partido político de esquerda União Patriótica. (ZULUAGA, 2013)

Essa complexidade de atores e interesses travava o processo de reforma constitucional. Foi nesse momento que a sociedade civil se legitimou como um ator soberano capaz de guiar o processo constitucional. O período de 1990 e 1991 e tornou-se conhecido na história como a Revolução Pacífica. Pois, após inúmeros episódios de violência política, como o assassinato de quatro candidatos à presidência, o extermínio do partido de esquerda, União Patriótica, as decisões políticas foram tomadas de maneira pacífica. (ZULUAGA, 2013). Após tentativas de reformas constitucionais fracassadas, as forças sociais alcançaram um acordo em 1990 através do movimento chamado Sétima Cédula. Um grupo universitário promoveu a inclusão no processo eleitoral legislativo e de prefeitos, a opção de votar na proposta de convocação de uma Assembleia Constituinte. Essa iniciativa teve apoio de diferentes setores como imprensa, academia, grupos políticos e governantes. (ZULUAGA, 2013)

Dessa forma é possível considerar a categoria de análise histórica da constituição colombiana teve iniciativa popular. Ou seja, a constituição foi construída através de uma demanda social. A constituição colombiana teoricamente prevê que as ferramentas adquiridas na última constituição devem promover a criação de uma relação direta das autoridades públicas. É estabelecido mecanismos de participação, legitimados pelo direito político fundamental, de todo o cidadão o direito de participação, exercício e controle do poder político. Na Colômbia, a constitucionalidade percorre um caminho participativo, onde o cidadão possui acesso à justiça e à participação política, através da ação pública de inconstitucionalidade perante a Corte Constitucional. (REGUERA, 2006). Assim é possível considerar que a categoria de análise teoria constitucional colombiana é formada pela definição de democracia participativa.

A construção histórica da constituição colombiana foi iniciativa popular. A diretriz teórica que formata o texto constitucional colombiano é de democracia participativa. A Colômbia se define economicamente e ideologicamente como neoliberal. Nesse contexto é possível interpretar que a Colômbia possui o método democrático em sua estrutura institucional de Estado. Baseado na análise da constituição a Colômbia é um país democrático, pois possui o método de eleitoral e prevê mecanismos de participação social. Cabe a essa

pesquisa analisar os últimos governos e compreender qual o nível de democratização social representado por cada governo e relacionar teoricamente com os estilos políticos de Norbert Lechner.

2.4 DEMOCRACIA COLOMBIANA NO GOVERNO URIBE.

Para compreender a história recente da Colombiana- Governo de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) é necessário considerar os aspectos de crise de legitimidade do Estado moderno, perante as definições de Estado Liberal. Nesse contexto a soberania do Estado moderno colombiano se fragiliza devidos as ações neoliberais de contração do Estado. Ao abandonar a demanda social, os governos liberais optam por reduzir os investimentos na sociedade, dentro de uma lógica mercadológica, temas como seguridade pública, subsídios e educação são direcionados ao mercado privado e desarticula a função de bem-estar social do Estado. O Estado liberal tende a responder a crise de legitimidade democráticas em temas sociais com aparatos belicistas. Perante uma crise social, a sociedade atua ao se manifestar e demandar seus direitos. Neste ponto, o Estado, produz um aumento de suas funções punitivas. Os governos estatais focam em uma política de seguridade pois enxergam como mais efetivo aniquilar o inimigo do que reincorporar o consenso social. (GONZÁLEZ, 2013)

A crise do Estado social de direito na Colômbia reproduz um contexto de Estado de guerra. No governo de Álvaro Uribe o conflito social se tornou ainda mais complexo, devido o caráter de um Estado militarista e punitivo. Como visto anteriormente, a constituição de 1991 reproduz um modelo de Estado social de direito, consagrada como um Estado de direito, um Estado social e um Estado democrático. Essa definição constitucional garante a sociedade o princípio de legalidade, de separação dos poderes, dos direitos individuais. Como Estado social deve promover políticas de bem-estar por meio de ferramentas constitucionais: intervenção econômica e direitos sociais, garantidos por políticas públicas estatais. Ainda, levando em consideração que o Estado democrático deve garantir a participação cidadã por meio do exercício do sufrágio universal, plebiscitos, referendos, consulta popular e outras ferramentas. O período de 2002 a 2010, no governo de Álvaro Uribe Vélez, esse Estado definido pela constituição de 1991 se encontra em crise. Nesse momento o Estado colombiano se caracteriza pela militarização de suas forças políticas e sociais, acentuando sua

característica de Estado de guerra. O fortalecimento de um governo militarista favorece o direito penal de exceção, que se qualifica em um Estado autoritário, ausente de limites. Com o acelerado avanço do neoliberalismo no governo de Uribe, de 2002 a 2010, ocorre a diluição das fronteiras entre a sociedade civil e o Estado colombiano. (GONZÁLEZ, 2013)

Nesse momento o Estado colombiano é constantemente acusado de intensificar o conflito armado na Colômbia. Ao desconstruir o Estado de direito e seus desdobramentos sócias, o governo de Uribe promove a hostilização dos movimentos sociais no país. Como reflexo de sua militarização, não alimenta as ferramentas institucionais democráticas de participação social e atua de maneira punitiva a essas mobilizações. (GONZÁLEZ, 2013)

Segundo organismos internacionais de direitos humanos, a Anistia Internacional e o Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos, a história de violação dos direitos à vida na Colômbia é grave, fato derivado do estado de militarização da vida civil iniciada há mais de 50 anos. (CASTRO, 2009) O relacionamento antidemocrático do Estado com a sociedade civil, no governo de Álvaro Uribe, pode ser identificado em diversos setores.

O movimento sindical que enfrentou um forte uma crise democrática, suas reivindicações foram fortemente oprimidas pelo Estado, ocorrendo muitos casos de perseguições e assassinatos a seus membros: há uma estimativa de aproximadamente 4.000 sindicalistas foram mortos nos últimos 20 anos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) indica que mais da metade dos sindicalistas assassinados no mundo nos últimos anos são colombianos.[9] Esse fator desestimula a participação sindical, e hoje apenas 3,98% dos trabalhadores fazem parte do movimento sindical na Colômbia.

Outro setor da sociedade que sofreu interferências diretas da militarização do governo de Uribe na Colômbia foi o movimento estudantil. Nesse momento as demandas estudantis são acompanhadas de críticas ao contexto social colombiano. Os direitos dos estudantes colombianos foram constantemente ameaçados pelo Estado liberal, que desarticulou suas funções sociais, por meio da mercantilização da educação promovendo incentivos a educação privada no pais. Há um sucateamento das universidades públicas pelo Estado, hoje limitadas a apenas 32, e registra-se um alto custo das graduações em universidades privadas, as quais muitas vezes são alinhadas a propostas militaristas através da presença de militares atuando

[9] Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mencionados por sindicalistas colombianos.

como professores, ou incentivo a pesquisa acadêmica direcionada à propostas militares.[10] Essas dificuldades limitam a inclusão das reais demandas sociais no debate acadêmico. Nesse período não existia uma plataforma única dos estudantes devido à resposta violenta que o Estado dirige a essas organizações. Os estudantes se unem de maneira solidária, pois há repressão e criminalização sobre suas ações, há relatos de perseguições, exílios e assassinados. No período do governo de Uribe a força estatal do Estado militarizado criminalizou o movimento social no país. (RIVERA, 2005) [11]

O setor que mais sofreu impactos do avanço do Estado liberal militarizado do governo de Álvaro Uribe (2002-2010) foi o setor camponês. A matriz econômica da Colômbia foi construída pelo latifúndio. O conflito agrário de disputa pela terra pela terra ameaçou constantemente o movimento camponês, onde relatos de perseguições e assassinatos são comuns. A luta pela terra originou as guerrilhas, que defendem como ideal a reforma agrária e a liberdade do campesinato. Todavia esta luta foi criminalizada e após o Plano Colômbia as respostas a esse movimento foram extremamente violentas, causando muitas mortes e perdas. (RIVERA, 2005) É possível identificar que a violência está enraizada na dinâmica do país. Desde os anos 2000 após o Plano Colômbia o processo de institucionalização da violência se acelerou e o militarismo se tornou o maior braço do Estado perante a sociedade civil. O governo de Álvaro Uribe (2002/2010) apostou em uma guerra frontal extremamente violenta em busca de uma inclusão política, através da classificação do conflito como "guerra contra o terror", em um momento favorável, um ano após o atentado de 11/09, o governo desqualificou as reivindicações da guerrilha e generalizou como uma força terrorista, assim ignorou a caracterização de um conflito interno e encobriu abusos de poder contra a sociedade civil através do discurso de guerra contra o terrorismo. (CASTRO, 2009) Nesta ação conquistou apoio baseado em uma imagem turva de segurança através de uma forte militarização. Para isso, este governo utilizou um intenso marketing de segurança, concentrado seus esforços na militarização das principais cidades da Colômbia, onde se encontra a elite, como Bogotá e Medelin, alcançando uma miragem de paz. A consequência dessa banalização da violência é a

---

[10] RIVERA, Jairo, **O Movimento estudantil e a reforma universitária na Colômbia**: depoimento. 15 de maio de 2012. Entrevista concedida ao JCA no VII. Disponível em http://www.jcabrasil.org/2012/05/o-movimento-estudantil-e-reforma.html Acesso em 23 de abril de 2015.

[11] CONARE. **Brasil bate recorde na concessão de refugio a estrangeiro**. Portal Brasil, 2015. Disponível em:(CONARE http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/01/brasil-bate-recorde-na-concessao-de-refugio-a-estrangeiros) Acesso em: 5 de abril de 2015

criação de uma dependência de setores da sociedade em relação ao militarismo. Em um país de aproximadamente 48 milhões de habitantes, onde 500 mil trabalham diretamente para o exército e 6% do PIB é destinado aos gastos militares, um dos maiores na América Latina. (CASTRO, 2009). É incontestável a existência de uma dependência econômica da sociedade em relação à guerra, no cenário colombiano a violência, assim como o narcotráfico, é vista como um negócio altamente rentável para determinadas camadas da sociedade. Esse setor da população representou o apoio às políticas de guerra às drogas do governo Uribe. Portanto, em um país onde a abstenção nas urnas ultrapassa 60%, devido o voto facultativo, a apatia política permite que a democracia seja facilmente distorcida aos interesses de poucos. (AZNÁREZ, 2014)

Na Colômbia, existe outro setor que desafia o monopólio da violência pelo Estado da força; esses são conhecidos como paramilitares. Grupos que foram criado na década de 50 para proteger latifundiários, se fortaleceram a partir dos anos 80, por vezes se revelam no cenário colombiano como um ator autônomo. As ações de paramilitares se concentra em combater a guerrilha e proteger o narcotráfico. Na realidade, agem como mercenários, mantendo um vínculo financeiro de suas ações. Entretanto a história demonstra uma relação estreita do paramilitarismo com o exército, revelando a existência de interesses comuns, não oficiais, entre esses atores. Na década de 90, ainda como governador, Álvaro Uribe se dedicou a legalizar as milícias contra insurgentes, estreitando o relacionamento da política ao crime organizado. (SANTOS, p.151, 2014) O projeto estatal de segurança se alinhou a narco política, onde o Estado e o narcotráfico e paramilitarismo se associam, há evidências que pelo menos 35% dos congressistas possui vínculos com paramilitares, mesmo após 2002 quando foram oficialmente desmobilizadas as ações paramilitares. (CASTRO, 2009) Por conseguinte esses grupos de forças armadas privadas reforçam uma intensa instabilidade na sociedade colombiana, uma vez que ameaçam, muitas vezes com a cumplicidade de órgãos estatais, aos movimentos sociais.[12]

O narcotráfico, atividade altamente lucrativa e que, mesmo criminalizada, está envolvida diretamente com vários setores da sociedade, inclusive a política. Na visão de alguns movimentos sociais, o governo Uribe representou os interesses da elite narcotraficante da Colômbia, expressando os vínculos econômicos e políticos entre o narcotráfico e a violência.[13]

---

[12] Membro da marcha patriótica, **Realidade Colombiana**, Sede da marcha patriótica, julho de 2014. (informação verbal)

[13] Membro da Marcha Patriótica, **Realidade Colombiana**, Sede da Marcha Patriótica, julho de 2014. (Informação Oral)

O processo democrático liberal colombiano possui um distanciamento de sua definição teórica de liberdade ao infringir os direitos humanos e um descolamento da relação democrática com a demanda social, que é a busca pela terra e o comprometimento com a diminuição da desigualdade social.

A Colômbia se qualifica em meios técnicos e metodológicos como uma democracia na América do Sul, contribuindo quantitativamente com o aspecto democrático no continente. Todavia sua qualidade democrática é contraditória ao sentido de democracia social, muitas contradições sociais apresentadas expõe o caráter de fragilidade dessa proposta. Ao pensarmos que a democracia liberal colombiana não conversa com as reais demandas sociais do país, é possível propor que a saída seria uma modelo alternativo à esse, que defendem as principais pautas da sociedade e respeite o sentido da democracia. Entretanto, assim como a definição epistemológica de democracia se apresenta de maneira limitada, a proposta alternativa também não esclarece todos os pontos necessários para uma compreensão plena de sua definição. As contradições existentes em um modelo alternativo colocam em questão a busca pela nova proposta democrática, que mesmo que completa de sentido pode não se realizar plenamente democrática na prática.

O governo de Uribe foi marcado pelas estratégias militares de combate ao conflito armado e social. O Plano Colômbia foi a política de destaque do governo, diretamente relacionado a uma política externa alinhada aos EUA. Ocorreram em seu governo o fortalecimento, reestruturação e profissionalização das Forças Militares. Toda a estrutura militar era justificado pela interprestação de que o conflito se tratava de uma ameaça terrorista a seguridade do Estado colombiano, sua democracia e os direitos humanos. O narcotráfico era identificado como o principal financiador das ações terroristas das guerrilhas. (GORORSTIAGA, 2013)

A interpretação das guerrilhas insurgentes como narco-terroristas ou narco-guerrilheiras, amplifica o contexto do conflito para a compreensão de um ataque a ordem estabelecida. Relacionar diretamente a guerrilha ao narcotráfico deslegitima sua ação, por se tratar de um fator ilegal e criminalizado. Essa visão buscou descaracterizar os fundamentos políticos e relacionar o movimento a cartéis de drogas. (GORORSTIAGA, 2013)

Nesse sentido, a descaracterização do conflito armado guerrilheiro como um ator sociopolítico, deslegitima a possibilidade de uma negociação política com esse ator. Vicular a guerrilha ao terrorismo justifica a forte militarização do Estado colombiano. Esse contexto foi

denominado de guerra psicológica, na qual o governo, apoiado por meios de comunicação, criou concepções de legitimação a guerra. (GORORSTIAGA, 2013)

A economia política do governo de Uribe se dedicou ao aprofundamento do neoliberalismo. Diversas modificações no sistema jurídico interferiram na consolidação de um novo regime de acumulação de capital, essas decisões políticas e econômicas levaram a uma reprimarização e financeirização da economia colombiana. (GORORSTIAGA, 2013)

O uribismo é considerado um fenômeno político do governo de Uribe. Há perspectivas políticos-ideológicas que relacionam o uribismo ao populismo, neopopulismo ou bonapartismo. Demosntram que a personalização do poder e o destaque de elementos carismáticos são fatores individuais que interferem diretamente no processo de legitimação do poder do Estado. Dessa forma, o fator da personalidade, possui uma influencia política incalculável nos processos políticos. O governo de Uribe foi neoliberal no contexto econômico e conservador na esfera social. (GORORSTIAGA, 2013)

2.5 DEMOCRACIA COLOMBIANA NO GOVERNO DE JUAN MANOEL SANTOS.

É possível identificar mudanças estruturais do contexto político e social do governo de Uribe para Santos. O governo de Juan Manuel Santos se caracteriza como um Estado liberal. Conforme as definições de estilo político de Nobert Lechner. Tanto as políticas econômicas domésticas, quanto as posições políticas internacionais, fortalecem o argumento de qualificar o governo de Santos como estilo liberal. Apesar de dar continuidade às políticas de militarização do Estado, as tentativas de diálogo de paz, para desconstruir o conflito armado colombiano, refletem as intenções mais liberais do que militares em seu governo. Como definido por Nobert o estilo liberal é guiado pelas leis de mercado e suas instituições. O Estado é o ator responsável por garantir o marco normativo da liberdade individual e propriedade privada. Desestimula as funções do Estado social e incentiva o setor privado a fornecer esses direitos sociais como mercadoria. O estilo liberal tem como prioridade a forma individual, e ignora sua necessidade de coletividade. Para comprovar que o governo de Santos se caracteriza como Estado liberal. (LECHNER, 2014)

As elites políticas representam diferentes frações de poder: agrário, industrial, comercial e financeiro. Na Colômbia é possível identificar que os blocos dominantes formularam um

consenso ativo para marginalizar e combater qualquer expressão política, além das forças previstas em suas estruturas. Como já descrito, por muitos anos a Colômbia foi governada por um consenso bipartidário formulado e sustentado pelas elites. (GORORSTIAGA, 2013)

No período anterior ao que o presidente Juan Manuel Santos assumiu a presidência, havia interpretações de que seu governo representaria uma continuidade política ao governo de Álvaro Uribe Vélez. Santos foi o articulador da criação do Partido U[14] e ator de arrecadação de apoio político para Uribe, com o partido liberal, nas eleições de 2006 e 2009. Foi ministro da Defesa de 2006 a 2009, sobre a política de militarização da segurança pública. Sob esse contexto, muitas análises políticas consideraram que o governo de Santos não representaria grandes mudanças na linha política implantada nos últimos governos. (GORORSTIAGA, 2013)

O que poucos imaginam é que além das questões que os separam, Uribe e Santos incorporam, em um sentido estrito, diferentes modelos do país. Pois mesmo apresentando uma continuidade no processo de liberalização da econômia e mantendo os investimentos do Esatdo direcionados à militarização, o governo de Santos se diferenciou ao propor um via para paz. Em sua companha à presidencia, Santos foi constantemente vinculado ao governo de Uribe. Venceu a eleição à presidencia para o período de 2010-2014 e logo em seu primeiro dia de governo, contradisse as propostas vínculadas aos governos de Uribe e declarou interesse em se aproximar e negociar com a guerrilha. A intençã foi oficializada em 18 de outubro de 2012, após a primeira mesa de negociação com as FARC em Oslo. Nessa mesa foi proposto o Acordo Geral que tinha como objetivo principal acabar o conflito armado na Colômbia e construir uma paz duradoura. A proposta do acordo, contava com quarto etapas, as quais seriam debatidas temas determinantes como: a participação políticas das FARC, o fim do conflito, questão das drogas ilícitas e o processo de reparação das vítimas do conflito. O posicionamento do ex-presidente Uribe foi constantemente contrário à proposta de paz promovida pelo governo de Santos. (GORORSTIAGA, 2013)

O governo de Santos se distanciou do governo de Uribe em alguns aspectos. É possível interpretar que algumas características pessoais influenciaram a trajetória política do presidente. Juan Manuel Santos é herdeiro de uma família de larga tradição na política e no setor empresarial. Sua família possuiu grande influencia sob os meios de comunicação durante quase um século. Proprietário do importante jornal El Tiempo, detinham importantes instrumentos

[14] Partido U é o partido Uribista.

sociais no país. Outro fator de destaque para compreender o governo de Santos, são as alianças políticas, que o presidente desenvolveu. Participou da coalizão política liderada pela Unidade Nacional, por meio de laços políticos e familiares. Foi um ator de destaque no governo de Uribe, ao dirigir o Ministério da Guerra. Todavia, como apresentado anteriormente, em seus primeiros dias de governo, Santos já demonstrou ter um intenção de desconstruir a política de guerra e se aproximar da negociação com a guerrilha. Mesmo sob essa evidencia, é necessário destacar que Santos e Uribe possuem grandes similaridades. A economia política de Uribe e Santos representam uma continuidade. Santos constantemente demonstrou a preocupação em manter os interesses dos investidores internacionais. (GORORSTIAGA, 2013)

Nas últimas décadas emergiram na América Latina modelos democráticos alternativos ao método liberal. Todavia, politicamente a Colombia nao acompanhou as tendencias dos outros países latino-americanos. Atualmente a Colômbia se destaca no cenário latino-americano como um Estado que cresce a taxas superiores a 7%. Desde a década de 90 a Colômbia se apresenta como um modelo de Estado neoliberal, com crescimentos estáveis e uma forte liberalização comercial. Poucos países realizaram o processo de liberalização comercial com profundas reformas políticas como o Estado colombiano. Sua política econômica se dedicou em aumentar a atratividade de investimentos internacionais. Assim, é possível identificar que como elementos de análise, as diretrizes econômicas e ideológicas atualmente são neoliberais. (ECHAVARRÍA, 2000) O contexto colombiano atual, sob o prisma neoliberal, se destaca no cenário internacional como um modelo de democracia na América Latina, devido ao seu crescimento econômico e às suas políticas neoliberais de incentivo aos investimentos financeiros internacionais. Economicamente é evidente que a Colômbia se qualifica como um Estado liberal. No contexto da crise internacional que atingiu as maiores economias do mundo, a Colômbia não sofreu grandes impactos da queda dos mercados de ações europeus e asiáticos. A economia colombiana conseguiu ajustar e compensar o impacto negativo. Os principais indicadores macroeconômicos do país produziram resultados positivos e conquistaram sucesso nas metas do governo de Santos: a redução do desemprego, a estabilização da inflação e o aumento do produto interno bruto (PIB) per capita. (WILLS-OTERO e BENITO, 2011)

No contexto social, um Estado liberal, omite as formações sociais de coletividade e as funções sociais da política estatal. Dessa forma o contexto de grandes mobilizações populares enfrentadas pelo governo de Juan Manuel Santos desde o início do seu governo é reflexo das ações sócias promovidas por Estados liberais. Um dos temas sociais de maior destaque no

primeiro ano de governo de Santos foi o alto nível de mobilização organizado pela sociedade civil, contra as políticas promovidas pelo governo. O decreto de regulamentação do setor de transporte rodoviário de cargas, que modificava a estrutura de remuneração dos motoristas, resultou em grandes mobilizações em nível nacional. A reforma defendia a eliminação da intervenção estatal no estabelecimento dos preços pagos aos motoristas de caminhão em cada jornada e para passar a um regime liberal de livre oferta e demanda. Essa medida liberal, gerou forte comoção dos trabalhadores de transporte rodoviário, que realizou uma greve geral nacional que durou duas semanas. Perante um contexto de pressão social, o governo de Santos consentiu um diálogo e produziram um acordo, no qual o governo se comprometeu a retirar os decretos de reforma e apenas interferir no sistema de regulamentação, quando existem falhas de mercado que o justificam. (WILLS-OTERO e BENITO, 2011)

Essa cena ilustra o contexto social, o qual o presidente Santos herdou do presidente Uribe. As mobilizações sociais, estavam organizadas e dispostas a pressionar o governo nacional. Além das ações de críticas promovidas pelos movimentos sociais, o conflito armado da Colômbia também foi um tema complexo no primeiro ano do governo de Santos. O presidente demonstrou uma posição mais conciliadora em relação à de seu antecessor. Sugeriu a possibilidade de estabelecer um diálogo com a guerrilha ELN –FARC. Como prova de seu intensão política de diálogo, deu amostras de sua vontade de negociar e libertou reféns. Desde a campanha eleitoral e depois quando Santos foi eleito, as FARC declararam publicamente sua disposição de entrar em conversações com o novo presidente. Esses posicionamentos favoráveis ao diálogo, já representavam um grande avanço no tema da solução do conflito armado, em relação a política de guerra que tinha sido adotada nos últimos 8 anos. Todavia a intenção política de ambos atores não foi suficiente para frear o conflito armado colombiano. (WILLS-OTERO e BENITO, 2011)

No primeiro ano de governo, mesmo com a vontade política demonstrada pelas duas partes, as negociações não obtiveram avanços. Pelo contrário, o conflito teve continuidade, grupos guerrilheiros atacaram forças do Estado em todo o país. As forças insurgentes realizaram retaliações contra as operações e perseguições das Forças Armadas em 2011, bem como a aprovação no Congresso de políticas que ameaçam a sua existência. O governo reagiu reforçando a força de seu poder em algumas regiões[15], mobilizou diferentes operações militares

[15] (Arauca e Cauca)

as quais mataram guerrilheiros e outros atores ilegais. O resultado de uma dessas operações - a "Operação Odysseus", realizada em novembro no departamento de Cauca - foi o abatimento do líder máximo do grupo Alfonso Cano. Mesmo após esse acontecimento de conflito os grupos insurgentes logo se posicionaram a favor do diálogo com o governo, nesse momento o governo declarou impossível devido as condições geradas pelo grupo nos últimos meses. (WILLS-OTERO e BENITO, 2011)

2.5 REFLEXÕES CONJUNTURAIS.

O modelo colombiano social e político pode ser qualificado como democrática, ao se considerar a presença do método democrático. Pois há uma constituição democrática liberal que prevê processo eleitoral e mecanismos de participação social. Todavia, antes de compreender a estrutura política, é preciso considerar as variações que os estilos políticos, apresentados por Lechner, podem representar para a democratização dos espaços sociais. Com o objetivo de ilustrar teoricamente as tendências de estilos políticos do governo de Uribe e Santos, essa dissertação identificou que é possível qualificar o governo de Uribe como militarista e o de Santos como liberal. Essa afirmação não ignora a presença de características liberais no governo militarista de Uribe e nem o tom militarizado das ações políticas de Santos, principalmente nos primeiros anos de governo. Entretanto, esse presente análise, tem como objetivo identificar uma característica marcante em cada governo, para compreender o processo de aproximação do governo de Santos com os movimentos sociais. Ao identificar o governo de Uribe como militarista, construímos uma base de convicções capazes de explicar a presença da política de guerra. Consequentemente, interpretar o governo de Santos, prioritariamente como liberal, nos levar a realizar uma reflexão conjuntural de que o governo de Santos possuía interesses no processo de paz resultante de seu perfil liberal. Santos tinha o interesse de aprofundar o processo de liberalização da estrutura econômica do país, por meio da paz. Os diálogos de paz representam lucratividade para muitos setores da burguesia colombiana e das transnacionais.

O marcado internacional e até mesmo o EUA, interpretaram o posicionamento de Santos como uma variante suave na política de segurança e na confiança democrática. A aproximação de Santos aos movimentos sócias, em nenhum momento representou a desconstrução da ordem de poder na Colômbia. Pois mesmo com características políticas diferentes, o projeto de Uribe e de Santos não há descontinuidades abruptas quanto aos interesses dominantes. Além disso, mesmo com interesses internos de latifundiários, paramilitares e narcotraficantes, contrários ao diálogo de paz e aproximação do governo com os movimentos sociais. A guerra contra o

terrorismo já se apresentava socialmente desgastada. A população de demonstrava, por meio de mobilizações sociais, a favor da paz.

CAPÍTULO 3: TEORIAS DE MOVIMENTOS POLÍTICOS E SOCIAIS.

A análise proposta nessa dissertação possui um perfil além de conjuntural, também estrutural. Para transitar nesses dois campos de investigação, esse capítulo realizará um breve levantamento teórico sobre movimentos políticos e sociais. A teoria de movimentos sociais, é relativamente nova no campo das ciências sócias. Considerar os movimentos sociais, como um ator relevante a análise, levantou alguns debates nas últimas décadas. Para compreender o campo de investigação relacionado aos movimentos sociais, é necessário apresentar dois autores que se dedicaram a desenvolver debates sobre o tema movimento sociais. Os autores que contribuem para a análise estrutural de teorias dos movimentos políticos e sociais são Luis Tapia e Alberto Melucci, ambos realizam um estudo dos paradigmas contemporâneos das relações sociais.

3.1 TEORIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS: LUIS TAPIA.

Uma das características das constituições modernas é fragmentar e desmobilizar formas de ação coletiva. Há processos onde o desenvolvimento capitalista e Estado atingem a ação porém não conseguem alcançar a estrutura social democrática como um todo. Nas relações sociais, existem várias temporalidades, que relacionam os atores sociais e as sociedades modernas. Não há uma linearidade dos fatores, os atores sociais possuem diferentes velocidades. Em países subdesenvolvidos essas diferenças são maiores. Há sociedades que alcançaram conquistas informais, conjuntos de estruturas sociais, que existem e são enraizadas culturalmente, porém não são necessariamente reconhecidas pelo Estado. Historicamente os movimentos sociais, com ideologia socialista, pressionaram os Estados para a democratização. Nesse sentido, a democracia não é sinônimo de Estado, porém existe exercícios de democratização dos Estados, que possibilitem a ampliação das igualdades sociais. Democratização é a criação da área de igualdade. Nos processos de democratização os espaços estatais devem se transformar em espaços políticos de participação social. (TAPIA, 2008)

As sociedades estão constantemente em movimento, esses movimentos são as políticas em forma de ação dentro da sociedade. Os movimentos se originam de falhas estruturais na composição da sociedade. Nesses períodos ocorrem ondas revolucionárias para propor alternativas às crises estruturais, são ondas sociais desarticuladas ao Estado nacional. A política é o resultado do movimento do social, é o reflexo das diferentes ordens sociais, produtor e reprodutor de seus próprios espaços.[16]

Essas políticas estão alinhadas às estruturas sociais e condições institucionais que as interpretam. É a forma da sociedade que define as políticas. A formas modernas de política, privilegiou o espaço do Estado, formando o monopólio da política na estrutura institucional burocrática e administrativa do Estado. A história dos Estados modernos, construíram uma política centralizada na representação dos governos, por meio da divisão de poderes e distribuição de poder. (TAPIA, 2008)

O processo de diversificação e expansão de espaços políticos, além do Estado, se desenvolveu em duas ações: a cidadania e democratização. O processo de cidadania produziu espaços de representação social frente ao Estado, por meio da estrutura do parlamento. Com o tempo o parlamento passou a ser secundário no processo de seleção dos representantes, como em governos presidencialistas. O reconhecimento dos direitos políticos tornaram possível a representação e legislação por meio de representantes eleitos. Esses direitos se tornam além do

[16] Política Salvaje Luis Tapia Mealla, p 53.

lugar central da política do Estado, o fator de organização da sociedade civil e da esfera pública. (TAPIA, 2008)

Dessas formas a ação política está presente em diversos espaços, não necessariamente apenas na estrutura do Estado. Há dois conjuntos grandes de espaços políticos: 1- Estado; 2- Sociedade civil. O Estado é um espaço de representação política em sua estrutura democrática. A camadas burocrática existentes no Estado não podem ser consideradas políticas. A sociedade civil também é um conjunto de espaço onde se faz política, além da estrutura do Estado. Uma parte da sociedade civil, pode se organizar para se relacionar com o Estado, além dos seus braços de representação. (TAPIA, 2008)

A sociedade civil pode ser definida como outro lugar da política. Um conjunto de lugares onde é organizado a vida política além do âmbito estatal. Esses lugares tendem a expandir e se diversificar, todavia também tendem a enraizar e se institucionalizar, criando aspectos regulares, organizando se em espaços delimitados. Muitos espaços de interação da sociedade civil se transformam em um conjunto organizado e articulado de ações que se comunicam com o Estado, mediando e criando pontes em suas relações. A sociedade civil organizada e suas instituições aceitam normas da ordem social e política com a finalidade de negociar sua posição nas relações sociais e estrutura de poder. (TAPIA, 2008)

Quando os sujeitos e práticas da sociedade civil atuam nas esferas públicas e se movimentam perante o Estado e a política nacional, vão além dos espaços da sociedade civil e da política estruturada do Estado, são considerados movimentos sociais. O movimento social se caracteriza pela ação coletiva que transborda os lugares estáveis da política, tanto nos espaços da sociedade civil, quanto do Estado. Movem se por meio da sociedade buscando solidariedade e aliados para seus questionamentos estruturais. Não possui lugar específico para fazer política, nem forma e nem tamanho. A formação de sujeitos, organização e ação coletiva são as formas de transitar para politizar os espaços sociais. (TAPIA, 2008)

A democracia moderna é limitada em sua definição democrática eleitoral, representativa. O universalismo da igualdade está em suas constituições porém não são palpáveis ä sociedade. Os movimentos sociais, representam a ação da sociedade para criar espaços políticos, ou participar deles. O movimento social não se caracteriza apenas pela ação coletiva. Além da ação coletiva, o movimento deve produzir uma crítica ä estrutura social. Algo que atravesse as divisões entre Estado e sociedade civil, o movimento social deve transitar em esses espaços realizando críticas, é uma ação que vai além de seu lugar na sociedade civil. O

objetivo do movimento social não é tomar o Estado, se possui esse interesse, se transforma em um movimento político. O objetivo do movimento social é mudar a estrutura, e continuar a sua ação coletiva, não institucionalizada. Nesse sentido, movimentos sociais podem ser temporais, movimento social é a ação coletiva em movimento para construir um espaço de articulação crítica, com o objetivo de impactar outros atores sociais. A chave do movimento social é a construção de uma estrutura social que não dependa de um líder específico, deve ter capacidade de substituição, não pode ocorrer personificação do movimento social. (TAPIA, 2008)

Movimento social é uma categoria sociológica, pois é uma ação crítica ä estrutura política ou a desigualdade social. Implica na construção de um sujeito coletivo. Dessa forma, deve articular suas ideologias internamente para reproduzir sua crítica. Para isso, o movimento social deve elaborar produção intelectual ideológica. Instaura uma política de ideias, para articular seus próprios projetos. A dinâmica de luta, explícita que os movimentos devem ampliar seu horizonte crítico ä conjuntura internacional. Quando os movimentos amadurecem, experimentam suas propostas críticas em formas de políticas alternativas, um movimento social realiza a crítica porém não almeja cargos políticos para praticar suas propostas. (TAPIA, 2008)

Os movimentos sociais podem ser considerados a forma nômade de política. Uma de suas condições de existência é transitar por vários meios, mobilizando a crítica e divulgando seus objetivos. Nesse sentido o movimento social é um movimento deformado em relação às formas políticas tradicionais previstas pelo Estado. Uma ação política que não seja capaz de circular em vários espaços políticos e os transformar, não é um movimento social. Os movimentos sociais devem promover um deslocamento da política, além dos lugares institucionalmente previsto, devem trazer fluidez política a esses espaços, politizar os lugares sociais e as estruturas de relações sociais, antes ignoradas pelos trâmites estatais. “O Estado é o lugar do governo, assim como a sociedade civil é o lugar da organização e representação corporativa e setorial, e em alguns casos, de controle e pressão sobre o governo. ” (TAPIA, 2008, pg 56)[17]

Atualmente a principal forma da política moderna é o Estado, responsável por articular a ordem social e a política, por meio de estruturas políticas relacionadas a estrutura estatal, como os partidos. Os movimentos sociais é o ator que problematiza a ordem social estruturada

[17] El estado es el lugar del gobierno, así como la sociedad civil es el lugar de la organización y representación corporativa o sectorial, y en algunos casos, de control y presión sobre el gobierno.

pelo Estado. A institucionalização e normatização são ferramentas necessárias para estabilizar e dirigir a ordem social e política, o Estado é o ator responsável pela produção e reprodução dessa estrutura para se legitimar. (TAPIA,2008)

A produção da ordem política é a organização das instituições. Há momentos em que as instituições podem ser pressionadas pelas outras estruturas do Estado, resultando na caracterização de uma estrutura simples e autoritária. Em outros períodos, o Estado pode produzir uma ordem social institucionalizada com formas de participação social que se alinha a complexidade social do Estado. No entanto, a tendência é a construção de instituições com uma estrutura limitadas e simples, omissa à ampla complexidade social. A grande maioria das estruturas institucionais reconhecem os partidos políticos como os atores capazes de relacionar o Estado e a sociedade civil. Essa relação pode garantir uma estabilidade, quando o processo de comunicação flui em ambas direções, retroalimentando esse relacionamento.

Uma forma política é eficiente quando possui capacidade de reforma e adaptação, para solucionar os principais conflitos da sociedade. Podem ocorrer formas políticas que não fazem parte do governo, ou da estrutura estatal, essas se organizam para conquistar o exercício do poder político. É importante destacar que as formas políticas dependem da distribuição e usufruto de recursos econômicos e materiais, propriedades e trabalho. Dessa formas as extensões de forma política, correspondente a diferentes participações, dependem da distribuição da renda. (TAPIA, 2008)

Quando a estrutura política baseada em partidos para guiar o relacionamento do Estado com a sociedade civil, é vazia de complexidade; ou quando os movimentos políticos externos a estrutura não consegue condições de apresentar suas demandas, ocorre um colapso. Quando as mediações estatais não resolve o conflito, não alcançando consenso na ordem política e social, não existindo estabilidade na forma política, surgem os movimentos sociais. Os movimentos são as formas excedentes do processo de ordem social. São resultados de um processo de politização que era uma crítica ao contexto de desigualdades e opressão. São construídos por perguntas e demandas relacionadas a ordem vigente, questionam amplamente a ordem política. A emergência de movimentos sociais, perante um cenário de crise da ordem social, não é automática, está diretamente relacionada a constituição de sujeitos.

Os sujeitos podem ser constituídos de diferentes formas, porém a qualidade em que são constituídos é determinante. Podem ser oriundos de governantes ou governados, ou como produtores e reprodutores da ordem social política dominante. A política é uma questão de iniciativa e relações de poder. Os sujeitos governados tendem a ser reprodutores passivos da

ordem social, atuando de forma subalterna. O movimento social se caracteriza pelo questionamento da ordem e distribuição dos recursos, levantam demandas de reconhecimentos políticos e sociais. Realiza a crítica e produz automaticamente a transformação de seu lugar como ator na estrutura da ordem política e social. (TAPIA,2008) Além disso um movimento social, deve adquirir a capacidade de auto-organização e produção de significados, em uma estrutura organizacional além das instituições estatais que se sustente por autogoverno.

Um movimento social maduro deve ter a capacidade de compreender e refletir sobre sua experiência de ação e interação social. O primeiro passo é a constituição do movimento como sujeito, fundamentado na crítica de toda a estrutura. Um movimento social vai além da organização de protestos ou demandas setoriais, busca alcançar formas alternativas de apropriação, gestão de recursos e processos sociais e políticos. (TAPIA, 2008) Assim, o segundo passo é o desenvolvimento da capacidade de projetar formas alternativas de organização e direção, suas forças mobilizadoras deve concretizar projetos. Um movimento que não passa pela factualização de suas ideias, que não cria seus próprios significados, não possui condição para consolidar projetos, pois suas ideias não se convertem em ações, além da crítica. Os movimentos sociais são formas de ação para a reconstrução e reforma das sociedades e Estados, que buscam transformar as instituições conservadoras e rígidas que produzem exclusão, desigualdades e desintegração.

O sucesso de um movimento social é a conquista de uma reforma nas práticas políticas. Além de reformas políticas e instituições do governo ou do Estado, o movimento social pode demandar uma reforma social, mais ampla baseada na cidadania, defendendo um conjunto de direitos e condições da vida política. [18] Nesse sentido, muitos avanços no contexto de cidadania e democratização do Estado são resultados de reformas promovidas por movimentos sociais. Os movimentos sociais tem se destacado em buscar novas vias de democratização das sociedade e Estados. A maior parte das reformas demandadas, estão relacionadas a democratização. As reformas da sociedade não precisam necessariamente ser reformas institucionais do Estado, podem ser mais profundas do que algo coercivamente construído pelo Estado. Podem modificar costumes, crenças e as relações sociais com suas ações. (TAPIA, 2008)

3.2 TEORIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS: ALBERTO MELUCCI.

[18] p. 61

A análise do autor italiano Alberto Melucci, apresenta uma reavaliação teórica sobre movimentos sociais e suas formas, esse estudo teve como recorte temporal, o pós anos 70. É um importante resumo e debate sobre as contribuições teóricas realizadas nas últimas décadas. Por meio desse breve exercício, essa dissertação tem como objetivo elucidar o plano teórico sobre seu principal objeto, os movimentos sociais. O autor auxiliou a identificar novas formas de ação coletivas, contextualizando- as segundo os conflitos sociais. Nos anos 70, é possível identificar uma crise das estruturas e conceitos políticos. Essa crise, estimulou a necessidade de se realizar uma revisão das definições de conhecimento empírico e das categorias analíticas sobre os movimentos sociais. (Melucci, 1989)

Melucci acrescenta ao debate novos fatores presentes nas complexidades contemporâneas. Caracteriza que os modelos de agregação social são permanente e não formas conjunturais. Pois refletem as categorias já consolidadas, como classes, grupos de interesse e associações. Essas, podem apresentar uma elasticidade empírica, porém são em geral um fator estável e irreversível nos sistemas sociais contemporâneos. (Melucci, 1989) Nesse sentido, é possível identificar que o autor considera as formações estruturais existentes na sociedade, para realizar a revisão das formas sociais e políticas à partir dos anos 70. O autor não propõe as revisões fundamentadas apenas pelas conjunturas, mas na análise conjunturas do contexto contemporâneo existente no contexto estrutural.

Há também uma redefinição dos meios tradicionais de socialização da política, de inovação cultural e modernização institucional. Pois a função de socialização e de participação submersa passa a ter novas formas de solidariedade conflitual, responsáveis por produzir novos canais de agrupamento e formação da elite. (Melucci, 1989)

A complexidade contemporânea, dessas novas relações, se dá na transformação da convivência entre os sistemas institucionais de representação e as novas formas de ação social. Os canais existentes de participação, não correspondem à essa complexidade. Ocorre, que as formas tradicionais de organização política, não se adaptam com facilidade às demandas. Dessa forma, há uma instabilidade produzida por essa desconexão e pela imprevisibilidade desse sistema. (Melucci, 1989)

Por conseguinte realizar uma discussão da estrutura teórica de análise se torna essencial para a compreensão dos movimentos contemporâneos. A contribuição teórica do anos 70, ganha destaque ao avançar na análise além do dualismo antes propagado pela filosofia da história. Antes das revisões teóricas, o debate sobre movimentos sociais se limitava ao dualismo, no qual

a ação coletiva era identificada como efeito de crises estruturais e contradições ou resultado de mobilizações motivadas por crenças e orientações compartilhadas. Essa análise se demonstrava limitada, pois desconsidera a ação como um sistema de relações. (Melucci, 1989) O debate realizado nos anos 70 avançaram em solucionar o dilema teórico, desconstruir as principais dualidade. Melucci cita que a primeira dualidade a ser desconstruída, isolamento/solidariedade. Os autores identificaram que o abordagem que utilizava o isolamento como filtro de análise, fruto de teorias de comportamento coletivo e da sociedade de massa, enxergava a ação coletiva como resultado de uma crise econômica ou desintegração social. A análise guiada pelo filtro, solidariedade considera que os movimentos sociais possuem um carácter estrutural de classe, fruto de uma reflexão marxista. (Melucci, 1989)

As teorias fundamentadas pelo isolacionismo apresenta o movimento social como uma reação patológica e fruto de uma marginalidade, não reconhecem a dimensão do conflito segundo a perspectiva da ação coletiva. (Melucci, 1989) Os modelos teóricos de solidariedade também fracassam, a não serem capaz de explicar a passagem das condições sociais para a ação coletiva. Não obtém sucesso em compreender que a condição de classe se expressa como ator coletivo. (Melucci, 1989)

A segunda dualidade que foi desconstruída pela revisão, são as formas de estrutura/motivação. A ação coletiva segunda essas perspectivas são consideradas como um produto resultado da lógica do sistema, ou como consequência de crenças pessoais. De uma lado se valoriza a visão econômica do ação coletiva, do outro o fator pessoal da ideologia e valores. (Melucci, 1989) Na revisão proposta pelo debate desenvolvido na década de 70, foram construídas teorias além das dualidades anteriormente apresentadas. Vale ressaltar a contribuição realizada por autores como Touraine (1973, 1978) e Habermas (1976), que elaboraram uma análise estrutural e sistêmica sobre o tema. O diagnóstico dos autores, identifica novas formas de conflito e a formação de novos atores, além do reconhecidos nas lutas tradicionais de força de trabalho. Teóricos americanos se dedicam a compreender como é construído um movimento e se ele pode sobreviver às transformações temporais e seus contexto, considerando a mobilização de recursos. (Melucci, 1989)

O professor Alberto Melucci propõe que a análise do movimentos sociais devem ser realizadas além das aparências e retóricas. Devem ser consideradas como um sistema de ação. A visão dos movimentos sociais como uma “coisa” é interpretado pelo autor como uma análise cética do contexto de ação coletiva que os movimentos sociais podem ser relacionados. Além

disso, essas visão, subestima a auto-determinação dos movimentos, e interpreta apenas as relações internas e externas desse elemento com os diversos atores.

O autor define que as teorias dos anos 70 apresentam dois problemas. As teorias qualificadas como estruturais baseadas na análise dos sistemas, se dedicam a esclarecer *como* um movimento se estrutura e se sustenta. (Melucci, 1989) Sua falha está em identificar como hipotético, o fator movimento social e não interpretar como um ator coletivo, que possui diversas influencia de suas diversas variáveis. Já, as interpretações teóricas de movimento sociais, que fundamentam sua investigação interpretando como um ator de mobilização de recursos também se demonstra limitados, pois consideram apenas seus dados, e não avançam ao compreender e examinar seu significado e orientação. (Melucci, 1989) Essas interpretações são qualificadas como limitadas, porém não errôneas. Elas alcançam uma caracterização parcial dos movimentos sociais, porém não os compreendem por completo.

Dessa forma, ao apresentar os limites das análises teóricas dos anos 70, Melucci se dedica, em realizar uma análise que contemple a interpretação dos moimentos sociais como um todo. Identifica a ação social dentro das relações sistêmicas e não apenas ilustra como mais um ator. É importante definir, que os movimentos sociais, também transbordam as contradições estruturais. É uma ação coletiva que possui um interação além das relações sistêmicas, pois o movimento social pode ser considerado também, como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos. Pode representar uma orientação institucional, que interage dentro dos sistemas de oportunidades e coerções. Define que os movimentos são sistemas de ação, que interagem em uma quadro sistêmico de possibilidades e limites. (Melucci, 1989)

> O modo como os atores constituem sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e coerções sistêmicas. Eu penso que nessa direção o legado dos anos 70 pode ser criativamente consolidado através de uma concentração na análise do *como*, sem negligenciar o *porquê*. (Melucci, 1989)

Melucci realiza uma reflexão sobre as contribuições de outros autores, que avançaram na construção teórica sobre o movimento social. Há contribuições recentes que consideram a questão sistêmica, ordenada pela relação da ação coletiva e seus atores. Essas interpretações tendem a evidenciar desproporcionalmente as variáveis existentes na ação social. Enfatizam as oportunidades e coerções e diminuem a possível influência das orientações subjetivas ou fatores definidos por objetivos. O autor apresenta que as colaborações teóricas sobre mobilização de recursos de Garner e Zald e as análise sobre protestos realizadas por Marsh, Tarrow e Webb, caracterizam a análise sistêmica, que falha em considerar todas as proporções, atores e influencias existentes. Pois o protesto representa uma parte dentro do cenário das ações do

movimento social. São a resposta de um sistema político, que ilustram a relação dos grupos de protestos e as elites. (Melucci, 1989)

Relata a importância da definição de *estrutura de oportunidade política* desenvolvida por Tarrow, pois evolui o debate sobre o tema, ao propor um estudo pautado na ação coletiva como um sistema e não como um ator protagonista de uma crença ou a organização de interesses "objetivos". Kriesberg também é um autor que agrega as definições teóricas recentes sobre movimentos sociais. Em seu trabalho identifica um "paradigma de interação múltipla1, a compreender o fenômeno do movimento social, como uma contexto ample de insterações múltiplas, o autor realiza uma análise além da redução da teoria a crenças ou apenas à um comportamento de massa. (Melucci, 1989)

Além dessas contribuições epistemológicas, os autores também progrediram ao ampliar o campo de análise, para a realização de outras investigações. É possível interpretar que Tarrow possibilita uma continuidade de sua reflexão, quando o autor descontrói a limitação patológica antes relacionada à ação social de protesto, ou seja, quando Tarrow coloca como uma hipótese a conexão existente entre ciclos de protestos e ciclos de reforma, o autor permite a reflexão de que protesto é fator fisiológico estável encontrado nas complexidades sociais e não como apenas uma manifestação patologia social, como algumas teorias interpretavam. Além disso, essa conexão também produz uma base empírica, para o desenvolvimento teórico. (Melucci, 1989)

As análises apresentadas dedicam-se a realizar um estudo baseado no fator político e não na sociedade civil. Dessa forma, considera-se o ato de protesto e de expressão social, como um resultado político. (Melucci, 1989) Todavia, Melucci indaga que na realidade, o contexto de relação do Estado com o sistema político é o cenário no qual a ação coletiva se desenvolve, dessa forma, não se expressam como os fatores principais a serem analisados.

A situação de conflito, possivelmente existentes na relação entre esses atores, influencia diretamente o modo de produção da vida cotidiana nas sociedades. Desse modo, a participação na ação coletiva, não se limita a um elemento de orientação econômica ou estrato econômico e sim a participação instigada pela solidariedade de seus pares e a busca por uma identidade em comum. Dessa forma, o fator que mobiliza as ações sociais, não é uma elemento mensurável, não se pode realizar um cálculo ou prever sua influência. (Melucci, 1989)

Os movimentos dos anos 80 ilustram as observações realizadas pelo autor. Ações sociais que se dedicavam a construir uma auto-realização, não necessariamente política, mas principalmente social, pois buscam a contestação da ordem social, por meio da crítica dos

campos cultural e da vida cotidiana. É uma crítica social geral e não uma busca por uma transformação política pontual. Essas novas experiências e exercícios de análises, indicam um afastamento dos antigos paradigmas, que identificavam o interesse de classe ou valores específicos como principais filtros de analises das ações sociais. (Melucci, 1989)

Esse novo balanço teórico, realiza um reconhecimento das complexidades existente ao estudar a ação social. Identifica que há uma cultura mutante, que influencia esse fenômeno. O fator político torna complexa a análise. Pois nem sempre o centro da investigação é política. As reações dos sistemas sociais, constantemente orbitam pelo tema político, mas não necessariamente é uma regra. Há análises contemporâneas que se distanciam do terreno político, dessa forma relacionar constantemente a ação social à um fator político é uma análise limitada. (Melucci, 1989)

Os conflitos sociais contemporâneos não são resumidos a fatores políticos, pois possuem uma projeção maior do que fatos políticos. Propõe a ação social referente a todo o sistema, a ação coletiva não representa uma experiência linear de trocas de demandas e benefícios. Não é um mercado político, pois não possuem objetivos calculáveis. Possuem uma orientação antagônica, ou seja, propõe a alteração e desconstrução das lógicas sociais. O movimento social, se dedica a identificar as complexidades e apresentar propostas deliitadas de transformação. (Melucci, 1989)

3.2.1 Novos movimentos e mudança nas formas de organização- Alberto Melucci.

Tarrow descreve que o campo teórico dos movimentos sociais é uma objeto indefinido, pois há diversas abordagens complexas de se comparar. (Melucci, 1989) Existe uma dificuldade em definir o conceito de movimentos sociais. Diversos autores se concentraram em identificar aspectos empíricos nos movimentos sociais. Todavia, devido as complexidades de fenômenos relacionados a atividade coletiva, essas análise resultaram em conceitos analíticos conjunturais e não em definições empíricas gerais. (Melucci, 1989)

Tarrow é um autor que consegue avançar na teorização dos movimentos sociais ao propor conceitos sobre as distinção dos movimentos. Define que há movimentos que podem atuar como formas de opinião de massa e há outros movimentos baseados na organização de protestos como formas de organizações sociais. O autor propõe a distinção desses tipos de

movimentos para evitar a generalização, entretanto essa divisão não é o suficiente. (Melucci, 1989) Tarrow, apresenta uma generalização empírica em sua definição, descreve que movimento social é a expressão da opinião de massa lesada, que se mobiliza contra as autoridades. É um fenômeno que raramente atua de maneira definida, sua existência é deduzida pelas atividades das organizações que demandam representa-los. (Melucci, 1989)

Caracterizar a origem do protesto ativo é um dos principais desafios na compreensão da atividade coletiva. Há uma obscuridade na distinção e definição dos fenômenos sociais de expressão coletiva. É preciso encontrar clareza entre a generalização empírica e a definição analítica. Toda mobilização social coletiva, seja qual for sua origem, representa empiricamente um protesto, mas cada fenômeno possui um significado e uma orientação particular. Buscar uma definição completa sobre um fenômeno social tão complexo como o protesto, é um exercício errôneo e reflete os limites das definições empíricas. (Melucci, 1989)

Na análise empírica, a busca pela definição de um sistema de referência e um conjunto de limites, tendem a concentrar a análise no fator do sistema político. O confronto com as autoridades e a ação coletiva são características facilmente reduzidas ao fator político. Como já identificado anteriormente, relacionar o movimento social e suas ações diretamente com o sistema político, produz uma análise sem base de complexidade. Dessa forma, é necessário substituir as definições empíricas pelas analíticas. (Melucci, 1989)

A definição empírica consegue produzir uma limitada definição de movimento social, identifica que é um sistema de ação que representa orientações e significados plurais. Para realizar uma investigação analítica, é necessário considerar os recursos internos e externos que são mobilizados pelo movimento social. (Melucci, 1989) Identificar a estrutura social, como elas são constituídas e como se expressam as funções de liderança, também é uma etapa importante para reproduzir as variáveis existentes no fenômeno social. A caracterização do significado de uma ação coletiva depender do sistema de referência, de dimensões analíticas. O estudo empírico, deve ser relacionado de forma variada segundo seu contexto. Por exemplo, se esse ator definido empiricamente corresponde ou não a um sistema organizacional, a um sistema político, a um modo de produção. (Melucci, 1989) O autor propõe uma metodologia de análise, onde utiliza fatores como o conflito, a solidariedade e o rompimento dos limites do sistema como dimensões analíticas básicas. Para o autor o conflito é uma relação de dois atores opostos que disputam o mesmo recursos, valiosos a ambos. A solidariedade é o fator de coesão e formação da identidade coletiva. O rompimento de limites se dá quando se ultrapassa os

limites existente na estrutura, produzindo uma pressão além do previsto nas diversas variáveis relacionadas. (Melucci, 1989)

A definição realizada pelo autor propõe que movimentos sociais é uma forma de ação coletiva, que possui bases estruturadas pela solidariedade. Esse movimento propõe um conflito, que busca romper os desconstruir os limites estruturais existentes no sistema vigente. (Melucci, 1989) Essas são as características que distingue o fenômeno movimento social de outras ações sociais como delinquência, reinvindicações, comportamento agregado de massa, que são facilmente relacionados aos movimentos e protestos, porém analiticamente não são representados por esses. (Melucci, 1989)

A metodologia proposta por Melucci para reconhecer um movimento social é de extrema importância. Pois outros fenômenos como apresentados anteriormente, podem estar relacionados ao movimento social, porém não o representam por completo. Dessa forma, os tipos de movimentos sociais, sempre devem ser relacionados com o sistema de referência de ação social. Os movimentos contém uma pluralidade de elementos, difíceis de distinguir separadamente. (Melucci, 1989)

As ações podem ser absorvidas, mas o movimento social não. A delinquência pode ser combatida, as reinvindicações podem ser negociadas, mas o movimento crítico geral não pode ser inteiramente freado. As lutas podem conquista transformações políticas, mas não representam todo o movimento, dessa forma o conflito ou o movimento reaparece em outras formas. (Melucci, 1989)

Após apresentar as características que devem ser analisadas em um movimento social, as pluralidades de fenômenos que podem acompanhar ou não o movimento, o autor também expressa que há duas deficiências ideológicas encontradas no objeto movimento social. Os movimentos se autodeterminam de maneira geral como superior ao que realmente correspondem, por muitas vezes expressam uma coesão e unidade que não existe na realidade. De outra maneira, há também uma minimização do significado da ação coletiva, reduzindo a uma patologia social ou apenas um comportamento agregado popular. (Melucci, 1989)

3.3.2 Movimentos contemporâneos. – Alberto Melucci.

Atualmente há um novo contexto de conflito social, marcado por características relacionadas as sociedades capitalistas pós-industriais. O desenvolvimento capitalista não é

uma ação simplesmente política e econômica também possui interferências constates na sociedade. O capitalismo representa uma constante intervenção nas relações sociais, nos sistemas simbólicos, na identidade individual e nas necessidades. (Melucci, 1989) O capitalismo é um sistema econômico, político e cultural. Os bens matérias, produzidos pelos processos capitalista de produção, são consumidos conforme estímulos informacionais e simbólicos. Os conflitos sociais transitam da âmbito econômico-industrial para os aspectos culturais. Possuem impactos na identidade, no tempo, o espaço e nos padrões culturais das sociedades. (Melucci, 1989) Os conflitos refletem a transformação da estrutura dos sistemas complexos e de suas contradições. O capitalismo tende a estimular e valorizar o individualismo, entretanto os conflitos sociais resultante da contradição estrutural do sistema capitalista, se expressam de maneira coletiva.

Para o autor, os conflitos contemporâneos são diretamente moldados pelos sistemas informacionais que instigam a capacidade autônoma nos elementos individuais. É necessário então, reformular a definição dos movimentos sócias dos anos 80. São grupos sociais, mais influenciados pelo individualismo e suas contradições. Por meio de investimentos informacionais e simbólicos ocorre uma transformação do perfil social. Os conflitos em si, não podem ser mais caracterizados pela sua condição social e cultural, pois os atores dos conflitos são temporários e direcionados a projetos específicos. (Melucci, 1989) Esse movimentos sociais contemporâneos, possuem atores sociais responsáveis por expor para a sociedade um problema fundamental em um específico contexto.

Os movimentos sociais ganham uma nova simbologia, são considerados um novo ator de influência, pois suas lutas não são guiadas por ganhos materiais ou busca por poder no sistema político. Os movimentos sociais contemporâneos lutam por projetos simbólicos e culturais, que possuam um significado e uma orientação. Possuem uma proposta de transformação da realidade social. (Melucci, 1989)

O estudo dos movimentos sociais pautados por analise e definições empíricas, são insuficientes para compreender os movimentos sociais contemporâneos, pois esse possuem influencias de seus sistema e por experiências contraditórias. Para analisar esse contexto é preciso considerar os fatores históricos e conjunturais. (Melucci, 1989)

O padrão organizacional dos movimentos sociais contemporâneos não é um fator completamente definido. Há definições de redes de movimento, ou áreas de movimentos, onde um grupo que possui uma cultural e identidade coletiva se organizam. Outras definições interpretam os movimentos sociais contemporâneos como uma indústria de movimentos sociais

ou um setor de movimentos sociais. Melucci apresenta sua definição de padrão organizacional dos movimentos contemporâneos, como uma padrão qe englobe as organizações formais e também as redes de relações informais, pois essas também conectam indivíduos e grupos de uma área específica para uma expressão social mais ampla. (Melucci, 1989) Esses novos conceitos buscam a compreensão do novo formato dos movimentos sociais atual. São movimentos que desconstroem o padrão tradicional de organização, pois expressam uma grande autonomia dos sistemas políticos, atuam em um espaço próprio para expressar a ação coletiva para a sociedade. (Melucci, 1989) São expressões que o sistema não consegue integrar, dessa maneira possuem comportamentos diferentes.

Segundo Melucci, o padrão organizacional normal do movimento social contemporâneo atua como uma rede de pequenos grupos presentes na sociedade demanda um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da formação cultural desse grupo. (Melucci, 1989) Atuam e segmentos específicos, como mobilização pela paz, pela natureza, pelo aborto. Essa rede submersa na estrutura da sociedade, mesmo segmentada por grupos é um sistema de troca de pessoas e informações. Essas redes permitem uma associação múltipla, e possibilitam que a militância seja parcial e de até curta duração. O fator mobiliza é a envolvimento pessoal com o tema e a solidariedade afetiva. As redes não é um fenômeno temporário, representa uma transformação da morfologia da ação coletiva. (Melucci, 1989)

Outra caracterização apresentada pelo autor são os fatores de latência e visibilidade. Possuem diferentes funções, a latência convida as pessoas a experimentar novos modelos culturais. Está diretamente relacionada a transformação de significados. A latência propoe novos códigos cultuais e influenciam os indivíduos para coloca-los em prática. A visibilidade é a ação que divulga a oposição lógica. Apresenta para a sociedade que o problema está na lógica geral do sistema e que existem modelos cultuais alternativos possíveis. (Melucci, 1989) Esses fatores são diretamente relacionados, a latência permite a visibilidade e a visibilidade reforça as redes submersas. Essa nova forma de organizacional de movimentos sociais não atua como apenas instrumental em seus objetivos definidos. A própria forma e proposta organizacional é o objetivo em si, dessa forma buscam a redefinição do significado da ação social em conjunto com a sociedade. (Melucci, 1989).

Melucci propõe um balanço sobre os resultados alcançados pelos movimentos sociais e suas formas contemporâneas de ação. Apresenta que esses podem ser considerados vencedores e não vencedores de seus objetivos. Como apresentam um questionamento e uma proposta de desconstrução dos padrões simbólicos dominantes, a existência do movimento já representa

uma vitória. (Melucci, 1989) Os movimentos têm como objetivos produzir a modernização, estimular a inovação e transformação social, todavia não se limitam a esses objetivos. Os movimentos se expressam também com objetivos amplos de cunho cultural e político, e propõe mobilização de outros grupos.

É possível considerar que a análise dos movimentos sociais contemporâneos ainda é um campo em aberto. São fenômenos que podem transitar um novo espaço político, além dos formatos tradicionais de Estado e sociedade civil. Um espaço público intermediário, onde a função não seja a institucionalização dos movimentos, nem a absorção desses por partidos políticos, seja a expressão de reivindicações para a sociedade e a garantia de autonomia aos movimentos.

3.4 REFLEXÕES ESTRUTURAIS:

Ambos os atores consideram que o campo de estude de análise de movimentos sociais são fenômenos contemporâneos, ainda em período de compreensão de suas definições. Dessa forma, a busca dessa dissertação é essencial, para a caracterização da experiência democrática na Colômbia. São formas contemporâneas de ação, ainda pouco teorizadas. Desse modo, as teorias estruturais formuladas nos auxiliam a compreender em que aspectos devem ser considerados ao analisar sua ação. Porém não é possível delimita-las. Seria contraditório teoricamente um movimento político e social?

Na interpretação de Tapia um movimento é a ação coletiva na política, na sociedade civil e no Estado. Mobilizam a sociedade para captar aliados à suas propostas sociais. Não é um ator estável e nem possui um espaço social específico para fazer política. Além da ação coletiva, o movimento deve ser intelectual e propor uma crítica estrutural. O objetivo do movimento social é transitar na sociedade promovendo mobilizações, críticas a ordem vigente e apresentar propostas de transformação. Para o autor o movimento social é formado de ações políticas, porém não possui uma intenção clara e definida de deter o poder do Estado, pois não é um movimento político. Pois o movimento social deve mudar a estrutura e continuar sua ação fora do espaço institucional do Estado.

O objetivo do movimento social é mudar a estrutura, e continuar a sua ação coletiva, não institucionalizada, por isso se diferencia do movimento político. Dessa forma o autor interpreta que um movimento social que se tenda a possuir caráter de movimento político, tende a se transformar como ator social.

A análise de Melucci sobre movimentos sociais, também a descaracteriza a relação do movimento social com as ações políticas. O autor considera que o movimento social é um sistema de ação e não deve ser relacionado apenas com o fator político. O movimento social pode surgir no espaço de relação das demandas políticas com o Estado, porém não se limita a isso. O autor define que os movimentos sociais contemporâneos possuem uma projeção maior que o movimento político. Pois promove uma crítica a desconstrução de todo o sistema, por meio da ação coletiva. Não é uma busca linear por vitórias políticas, é uma ampla demanda de desconstrução da ordem vigente, o qual caracteriza como prejudicial à sociedade. Todavia o autor defende que o campo das relações sociais contemporâneas, ainda não está teoricamente delimitado, são fenômenos que transitam espontaneamente nos espaços políticos e sociais.

Dessa forma, é possível considerar que os autores não prevê teoricamente a possibilidade de um movimento político e social.

É possível considerar que a análise dos movimentos sociais contemporâneos ainda é um campo em aberto. São fenômenos que podem transitar um novo espaço político, além dos formatos tradicionais de Estado e sociedade civil. Um espaço público intermediário, onde a função não seja a institucionalização dos movimentos, nem a absorção desses por partidos políticos, seja a expressão de reivindicações para a sociedade e a garantia de autonomia aos movimentos. Cabe a essa dissertação se aprofundar no caso colombiano para buscar uma nova compreensão.

CAPÍTULO 4: MARCHA PATRIÓTICA UM MOVIMENTO POLÍTICO OU SOCIAL?

A análise do movimento da Marcha Patriótica é de extrema importância para a compreensão do contexto democrático da Colômbia. Se destacou no últimos anos como o

movimento de maior expressão no país. O movimento Marcha Patriótica reuniu cerca de 2000 organizações sociais de diferentes setores e regiões do país em torno de sua articulação política a social. Desde 2012, ano oficial de sua criação, o movimento realizou grandes mobilizações, com a bandeira de soberania, paz e justiça social para os colombianos. A complexidade do cenário político colombiano, ressalta o destaque desse movimento. Com o objetivo de compreender a origem do movimento, sua história, atores e objetivos, este capítulo se dedica a descrever toda a estrutura do movimento social Marcha Patriótica. Ao realizar uma pesquisa sobre o movimento surge a pergunta principal deste trabalho, a Marcha Patriótica representa um movimento social ou político na realidade colombiana? A intenção desse capítulo vai além de descrever a trajetória histórica do movimento, seus atores, sua estrutura e objetivos. Mas também, nos convida a compreender a questão do qual lugar a Marcha Patriótica ocupou no contexto político colombiano que transita diferentes atores como Estado, movimentos sociais, guerrilhas, empresas transnacionais e sociedade civil.

4.1 A CRIAÇÃO DA MARCHA PATRIÓTICA.

A convocatória à Marcha do Bicentenário é dado como marco inicial do movimento. Iniciou-se com uma rede de comunicação e articulação de inúmeros movimentos sociais na Colômbia, principalmente o movimento camponês. A iniciativa de unir diversos movimentos sociais se tornou rapidamente a resposta para as múltiplas forças de resistência, que vinham lutando por temas comuns, como: autonomia territorial, cultural e defesa dos direitos humanos. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017) Naquele momento, havia ausência de vias democracias capaz de suprir as demandas sociais, dessa forma o movimento se originou desse vazio e tornou-se a voz da unidade.

Em 2010, nos dias 20 e 21 de julho, na comemoração do bicentenário da independência colombiana, uma grande mobilização na cidade de Bogotá, uniu diversos movimentos sociais, dessa ação nacional surgiu a Marcha Patriótica Nacional e o Caminho Aberto pela Independência e a Soberania. O *Llamamiento*, foi o conjunto de mais de 30 organizações sociais, de distintos setores da sociedade: sindicais, camponeses, estudantis e populares, em geral temas de cidadania que ao se encontrar para o bicentenário se mobilizaram para pressionar o governo, contra a situação generalizada de violência no país e a questão pontual da situação internacional de intervenção militar estadunidense, com bases militares no território colombiano. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

A mobilização nacional, de caráter multitemático, além de expressar as demandas sociais existentes no país, também legitimaram a experiência de participação social. A convocatória convidou a sociedade colombiana a criar comitês preparatórios nos municípios, departamentos, bairros e universidades; com o objetivo de agregar múltiplas iniciativas regionais e setoriais no diálogo iniciado pelo Marcha Patriótica e Caminho Aberto.

Possui grande relevância para o quadro de participação social no país. Em 19 de julho de 2010 foi contabilizado 5.000 pessoas marcharam e se instalaram na Universidade Nacional da Colômbia. Em 20 de julho, foram desenhadas dez proposta de caminhos temáticos para o movimento: soberania nacional, direitos econômicos e sociais, trabalho, problemática agrária, problemática urbana, cultura e meios de comunicação, comunidades étnicas, conflito social armado e paz com justiça social, desplaziamento forçado e organização popular. Como resultado dessa articulação temática em volta de uma mobilização social única, o evento culminou com.....

> Chamamos a todas as organizações participantes da gigantesca Marcha Patrótica e Caminho Aberto, os partidos, parlamentaristas, dirigentes políticos e sociais, artistas, intelectuais e demais personalidades que unimos nesta comemoração onde nos sentimos conmemoración o nos sentimos hermanados com sus propósitos, a conformar el Consejo Patrótico Nacional, que le dé vida y forma a nuestro instrumento del Cabildo Abierto Permanente. Convocamos a todos los colombianos, que se sientan recogidos em nuestro ideário, a formar los Consejos Patrióticos departamentales, municipales, regionales o la forma que a bien se tenga, para darle continuidade a nuestra lucha por la nueva y plena independência. (Agencia Prensa Rural, 2010)[19]

Toda a ação mobilizadora de comunicação, articulação e ato físico de transformação, originou um movimento que mesmo com temáticas distintas, possuíam proximidade políticas suficiente para formar uma coesão política e social. Dessa movimento, outras experiências legitimaram o processo da criação da Marcha Patriótica.

Em agosto de 2011, o Encontro Nacional de Comunidades Camponesas, Afrodescendentes e Indígenas pela terra e pela paz da Colômbia, organizado pela Associação Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ACVC) em Barrancabermeja, realizou um importante evento político e social, que mobilizou a população camponesa e contou com o apoio de

[19] Llamamos a todas las organizaciones participantes en esta gigantesca Marcha Patriótica y Cabildo Abierto, a los partidos, parlamentários, dirigentes políticos y sociales, artistas, intelectuales y demás personalidades que confluímos em esta conmemoración o nos sentimos hermanados com sus propósitos, a conformar el Consejo Patrótico Nacional, que le dé vida y forma a nuestro instrumento del Cabildo Abierto Permanente. Convocamos a todos los colombianos, que se sientan recogidos em nuestro ideário, a formar los Consejos Patrióticos departamentales, municipales, regionales o la forma que a bien se tenga, para darle continuidade a nuestra lucha por la nueva y plena independência. (Agencia Prensa Rural, 2010)

diversas outras organizações, para debater reformas estruturais que solucionem os temas da disputa pela terra, as soluções de conflitos e a paz. Neste encontro foi realizado três mesas temáticas, com o objetivo de rascunhar os temas de ação política do movimento. Uma mesa sobre terra, território e paz; outra sobre democracia e garantias políticas para a paz; e a terceira sobre política nacional e paz. Apontavam como demanda principal a busca pela solução política ao conflito armado. Assim definiram como necessárias transformações estruturais na sociedade colombiana e ampliação da participação social e popular na democracia. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

Por meio da proposta de transformação estrutural do contexto político e social da Colômbia, os debates se empenharam a ilustrar e propor mudanças a todo amplo aspecto das estruturas de poder. Dessa forma, desenvolveram debates sobre as diretrizes econômicas do país, a qual é baseada na exploração intensiva da terra e dos recursos naturais. Realizaram críticas à política econômica liberal, que prioriza as transnacionais e os grupos econômicos. Por fim, diagnosticaram esse contexto como o responsável pela conflito territorial e a luta pela terra, pela estimulação dos processos de exploração, deslocamento forçado; resultando em deterioração dos processos sociais que compromete as condições de soberania e seguridade alimentar. Resultado desse debate as organizações assinaram o apoio ao projeto de Lei de Reforma Agrária Integral, construído como proposta pela Mesa de Unidade Agrária. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

Além da propostas estruturais, o tema pela paz, mobilizou uma formulação da chamada "rota da paz". Essa rota seria a configuração do movimento com alcance nacional, influência internacional com o objetivo de promover a construção da paz com justiça social, solucionando o conflito social e armado no país. Para a realização dessa rota pela paz o plano se desenvolvia em realizar a confluência de organizações locais, de diferentes setores para realizar as constituintes regionais e posteriormente as Assembleia Nacional de Constituintes e processos regionais pela paz. "Espaços de soberania popular e participação cidadã, concebidos como mecanismos de construção da paz e justiça social e pela solução política." (Censat. Água Viva, 2011) A ideia era estruturar uma mobilização organizada e estável em volta do tema da paz. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

Ocorreram outras mobilizações que fortaleceram o processo de criação e legitimação da Marcha Patriótica. Em abril de 2012, foi criada uma agenda comum para o movimento político e social Marcha Patriótica, que confluiu todas as demandas debatidas desde as convocações de

mobilização. Foi nesse momento, que o movimento alcançou sua consolidação. Nos dias 21,22 e 23 de abril na cidade de Bogotá, com o apoio de 1.700 organizações de todo o país foi lançada a plataforma política da Marcha Patriótica. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017) "A construção de um novo bloco histórico no poder, deverá levar à redefinição do modo de produção e da vida, à transformação estrutural do Estado, da economia e da cultura, ou seja, resultar em uma sociedade alternativa ao capitalismo." (Marcha Patriótica, 2012)

4.2 CONTEÚDO POLÍTICO E SOCIAL DA MARCHA PATRIÓTICA.

O movimento Marcha Patriótica atuou no cenário político colombiano com reivindicações definidas pelo seu processo de formação, desde 2010. Foram definidas reivindicação de aspectos sociais, fortemente politizada. É possível descrever o movimento como, heterogêneo internamente, integração de distintas subjetividades políticas. Essa heterogeneidade potencializou e politizou o movimento. Ao articular as reivindicações de diferentes subjetividades políticas, o movimento produziu uma simbiose de processos que convergiram no fortalecimento de sua atividade política e social. O ingrediente de diversidade temática e setorial enriqueceu o processo político de ação conjunta em âmbito nacional. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

A plataforma política do movimento possui uma síntese das reivindicações de todos, e não uma reivindicação gremial unicamente, uma manifestação ampla e politizada. Pode se considerar que o movimento de março foi o amadurecimento dos movimentos sociais no país. Pois foi capaz de transformar as subjetividades políticas em um poder constituinte que busca em busca da paz nacional se uniram. A união das demandas políticas variadas de diversos movimentos sociais engrandeceu e fortaleceu a plataforma política devido a simbiose dos processos, permitiu a Marcha Patriótica compreender e conhecer as demandas nacionais, desde o movimento camponês até ao movimento LGBT. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

Dessa forma o movimento vai além da defesa da democracia, o movimento constrói aspectos democráticos na realidade colombiana. Pois ao criar uma rede de comunicação, articulação e mobilização de diversos movimentos sociais, a Marcha Patriótica realizou um importante exercício de reconhecimento das demandas nacionais, dessa forma as legitimou em um processo único.

A dinâmica da violência estatal e dos conflitos sociais na realidade colombiana, transformam o tema da paz em uma constante no discurso dos movimentos sociais. A Marcha

Patriótica se originou com proximidade ao discurso de paz, dentro de uma proposta de reconfigurar as estruturas que originaram o conflito, onde a dinâmica constituinte, fundamentada no diálogo e na elaboração coletiva de projetos alternativos que sejam capaz de refletir o ambiente das comunidades e organizações de base. Essa proposta se encaixa na categoria definida pelo movimento Marcha Patriótica como soberania popular. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

O conceito de soberania popular defendido pelo movimento se comporta como um fundamento da ação política para proporcionar a construção de instituições sociais que emanem o povo. É um exercício além do fator de discurso, na verdade propõe um agente de ação, convocando sujeitos coletivos, para formas distintas de participação social.Foi no contexto de crise hegemônica, onde os processos sociais emergiram no vácuo de poder, se constituiu um sujeito político importante para a disputa de um projeto nacional.“Se pode dizer que nenhum processo de transformação pode se realizar sem um sujeito, mas o sujeito não começa em um processo prefigurado, constrói o processo enquanto avança. ” (palumbo,2004,s.p.) O processo de transformação deve ser guiado por um sujeito, o qual é construído pela compreensão das variáveis que influenciam o processo. É preciso que o sujeito faça parte da articulação e construção do próprio movimento. A articulação coletiva deve fortalecer e enriquecer o sujeito, o qual necessita possuir a essência do movimento, para legitimar seu poder. A essência não é construída através da soma de fatores sociais, ou apenas a articulação das demandas. Deve ser um produto que seja capaz de transformar as demandas individuais em uma subjetividade coletiva, que emane um projeto compartilhado de luta, que permaneça em aberto, em ampla construção. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

O caráter de autodefinição das formas sociais que envolvem todo o movimento social englobado pela Marcha Patriótica, produz em sua estrutura uma organicidade, de estar sempre aberto e em movimento. Mesmo que o processo político tenda a uma institucionalização, que alinham as mediações das agendas nacionais e conjunturais, a estrutura orgânica do movimento permite essa flexibilidade. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

Dentro dessa proposta o movimento social Marcha Patriótica se destacou em nível nacional. Ao articular dinamicamente processos constituintes promoveram encontros e articulações entre diversas organizações de base, por todo o território colombiano, unindo propostas alternativas de resistência ao corpo do movimento. As formas de construção constituinte da Marcha Patriótica não foram estáticas, mas sim dinâmicas e orgânicas, se

transformaram durante o processo de construção objetiva e subjetiva da política nacional. Resumidamente, a Marcha Patriótica atuou estrategicamente como um ator de fortalecimento dos movimentos de participação social em todo o território. Articulou diversos movimentos para reposicionar as forças sociais populares no campo de disputas de poder, significados e projetos políticos.

Além de seu sentido amplo articulador de movimentos sociais, no território colombiano. A ação da Marcha Patriótica também pode ser interpretada como sujeito político transformador, pois identificou uma tendência de resistência dos movimentos sociais, aos diversos ataques do governo. Muitos movimentos sociais começaram a surgir, inicialmente de maneira independente. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

O destaque político aos movimentos sociais, ocorreu por meio de uma articulação nacional, com objetivo de alcançar a paz no país, da confluência de múltiplas bases sociais e organizativas. A Marcha Patriótica se resume na articulação pragmática de muitos movimentos sociais distintos. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017) É possível identificar que ocorreu uma pressão social na estrutura democrática colombiana, a favor da solução das problemáticas sociais existentes há décadas no país. O discurso de busca pela paz, foi o caráter de integração desses movimentos sociais. Além da criação da Marcha Patriótica, outro movimento teve destaque nas mobilizações desenvolvidas nos país: o Congresso dos Povos, que surgiu em 12 de outubro de 2010, originário das lutas e apostas sociais para autonomia e autodeterminação dos povos indígenas da Colômbia.[20]

Foi nesse cenário de pressão social de busca pela paz, que os movimentos -----sociais conseguiram alcançar uma via de diálogo com o governo de Juan Manoel Santos. Como já trabalhado anteriormente, o contexto político e social na Colômbia de conflito armado, social, político e econômico, envolve diferentes atores, que historicamente impactaram nos movimentos sociais. Desse cenário complexo se configurou dinâmicas constituintes, que promovem lutas, resistências e reinvindicações sociais históricas de organizações populares, que propuseram ao longo da história transformações sociais. Foram dessas iniciativas que condensou e articulou um cenário de dinâmicas constituintes, capazes de pressionar o diálogo democrático, em busca da transformação social.

[20] EL CONGRESO DE LOS PUEBLOS: UNA AGENDA CONSTITUYNTE POR EL PODER POPULAR. P 87.

Nesse contexto, dinâmicas constituintes são referentes ao caráter transformador e criativo dos sujeitos políticos coletivos, que atuam em busca de uma transformação social. É importante lembrar, que o termo constituinte, não se limita a possibilidade de constituição política, mas também como um conjunto de processos sociais que se articulam por meio de uma demanda de transformação da ordem atual. Assim, atraem e constroem sujeitos políticos, de diversos temas e partes do país, com o objetivo de apresentar uma proposta única para o contexto político colombiano. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

O movimento identifica o poder constituinte que emana do povo, como poder constituinte primário. Esse poder popular é originário do exercício de participação social, em seus temas de interesse em seus territórios. O objetivo é a criação de um poder que participe de um processo constitucional, onde suas propostas cheguem na Assembleia Nacional Constituinte, para transformar as estruturas da ordem política e social. Esses mandados populares, devem construir aspectos que garantam o Estado de direito, para a sociedade colombiana. Assim, para a Marcha Patriótica a expressão dos constituintes primários está relacionado à participação popular nos mecanismos definidos na Plataforma de Luta do Conselho Nacional, com o objetivo de incentivar os mandatos populares, que alinhado com a organicidade do movimento, darão coesão e continuidade ao movimento social Marcha Patriótica. "assumir a vocação do povo colombiano como um constituinte principal através de reuniões da cidade, recuperando o nosso papel no governo, tomando diretamente as rédeas do país" (MARCHA PATRIÓTICA, 2012)

4.2 REPERTÓRIOS E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DA MP.

Um dos principais objetivos de ação da Marcha Patriótica é romper com as barreiras tradicionais de participação implantadas por proposta representativas neoliberais. Propõe alternativas que buscam a consolidação das redes sociais, dispostas a debater temas sociais, que exerçam o direito constituinte de apresentar propostas a sociedade. Dessa maneira a Marcha Patriótica defendeu a criação de alternativas popular democráticas, desde sua fundação. Sua plataforma se esforçou em criar espaços de diálogos e mecanismos de participação social para debater temas conjunturais e estruturais relacionados a complexidade da Colômbia. Estrategicamente o projeto de articulação da Marcha Patriótica teve amplitude nacional, as

propostas de desenvolver espaços de participação e construção coletiva, vão além da projeção regional.

A mobilização é um elemento fundamental na formação da Marcha Patriótica. Sua ação permite articular resistências territoriais, reivindicações e propostas sociais, antes dispersas em seus espaços. O movimento do movimento, descreve a ação física de interação do movimentos sociais com espaços de classe, identidade e territorialidades diversas. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

O comitê patriótico nacional (COPAN) e a Junta Patriótica Nacional foram espaços importantes de construção dos principais repertórios e mecanismos de participação da Marcha Patriótica. Esses ambientes foram construídos como instâncias decisórias para o movimento. Neles se colocou em prática a articulação setorial e regional de representação das principais demandas as quais a Marcha Patriótica representa. Os principais mecanismos de ação do movimento foram caminhos, plebiscitos, audiências, consultas, mobilizações, marchas, conselhos e encontros. Todos sempre em busca da construção social coletiva de propostas para a realidade colombiana. Formaram espaços amplos onde se pode exercer o dever de analisar, refletir e propor soluções para a ordem social alternativa. Tinha como elemento base, a participação direta, com o objetivo de intensificar a democratização do processo. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

A proposta de constituinte é um repertório constante na mobilização da Marcha Patriótica. A proposta de Constituintes pelas Paz com Justiça social, foi uma das grandes apostas do Movimento Marcha Patriótica. Em Barrancabermeja, no ano de 2011, ocorreu o Encontro Nacional de Comunidades Campesinas, Afrodescendentes e Indígenas pela Terra e Paz na Colômbia que realizou a proposta de elaborar constituintes. De 2011 até 2015, foram 65 constituintes em 18 municípios, com amplitude nacional e internacional. Esse não foi um processo criado pela Marcha Patriótica e nem exclusivamente formado por sua estrutura, porém foi amplamente promovido e divulgado pelo movimento. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

Esse mecanismo, se apresentou como um processo de construção alternativa da paz, como resposta ao setor público e social ao contexto político colombianos. Foram realizadas proposta de construção de outro modelo econômico, político e social, fundamentados na missão de eliminar a desigualdade social e política. Se tornou um exercício potencializador da democracia, pois rompe com as funções meramente representativas das propostas democráticas vigentes nos últimos governos. É a criação de um espaço onde distintas organizações sociais

podem discutir e debater temas da realidade territorial, exercendo sua soberania no processo popular. Esse mecanismo não tem a intenção de sobrepor as organizações sociais e populares, na realidade se trata de um ambiente de reconhecimento das múltiplas iniciativas já existentes. Dessa forma, se configurou como uma ação de construção de propostas, que identifica as condições dos conflitos sócias armados e seus impactos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais na sociedade colombiana. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

Uma Assembleia Constituinte Nacional é um processo dinâmico e criativo que deve possuir como base os processos constituintes já desenvolvidos. Para a Marcha Patriótica representaria um ponto importante, pois definiria o marco jurídico institucional da organização do poder social e econômico do Estado colombiano. Para a Marcha Patriótica uma Assembleia autentica é a que representa a diversidade política e social da realidade da Colômbia. Dessa forma seria necessário garantir cotas de participação os movimentos insurgentes no processo de paz, os partidos políticos, a sociedade civil organizada e principalmente o movimento social e políticos, que historicamente foram excluídos das decisões políticas da democracia colombiana. "los campesinos, los indígenas, los negros, los empobrecidos, los empresários, los hombres y las mujeres del común, los afectados por el libre comercio y todos los sectores excluídos historicamente dek ejercicio del poder político, entre ellos ppor supuesto las insurgências" (Marcha Patriótica, 2014) Nesse contexto a Marcha Patriótica se dedicava a incentivar e produzir uma subjetividade em seu movimento, que fosse legítima as diversidade e representações sociais, como o objetivo de atuar e participar da formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

A categoria paz com justiça social foi um elemento que representou um amplo significado para a formação do movimento Marcha Patriótica. Reflexo do contexto de guerra, é um fator de grande carga simbólica nas propostas do movimento para a sociedade que convive com o conflito armado há décadas. Dessa maneira a Marcha Patriótica apresenta em sua formação uma proposta de transformação da ordem social de violência vigente na Colômbia. Para a desconstrução desse contexto, a Marcha Patriótica enxerga como necessário, a reformulação da estrutura econômica. Justifica sua hipótese expondo que a economia colombiana, baseada na exploração e disputa da terra, é um fator de influência nas condições de paz e democracia. Por meio dessa problematização o movimento destaca a necessidade da defesa da categoria Paz com justiça social. Não apenas o fim do conflito armado, mas a transformação social democrática. Paz, nesse contexto significa ausência de ações bélicas e

justiça social a transformação das condições de vida e direitos humanos. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

La Marcha Patriótica propugna por la solución política del conflicto social y armado, entendida como um processo tendiente a superar las causas y factores económicos, políticos y sociales que explican su existencia y generan que éste se prolongue en forma indefinida. Em consecuencia, deja atrás entendimientos que lo reducen exclusivamente a una contienda militar y limitan, por tanto, las posibilidades de su solición bien sea a uma salida militar, tal y como lo pretenden sectores estatales, militaristas y de ultraderecha, o a um simple acuerso entre las partes directamente comprometidas em tal contienda. (Plataforma Política Marcha Patriótica, 2012)

A ampla agenda da Marcha Patriótica de 2010 a 2012 se configurou nos principais temas: defesa dos direitos dos povos indígenas e afrodescendentes; o direito das mulheres e comunidade LGBT; a soberania política, militar, econômica e cultural da Colombia, autodeterminação dos povos; a realização de uma reforma urbana; a luta pelo respeito aos recursos naturais; a construção de uma cultura nacional e proteção do patrimônio cultural e arqueológico e saber tradicional; o apoio aos artistas; a construção de uma cultura para a solidariedade e transformação da ordem social; uma nova ordem mundial; internacionalismo e integração da Nossa América; entre outros. Os itens considerados como principais do movimento Marcha patriótica são:

1- Solução política do conflito armado - assim propõe diálogo com grupos insurgentes, apoio ao processo de negociação como o Acordo Final (que mediou o conflito das Forças Armada Revolucionárias da Colômbia FARC-EP e o governo em 2012 em Havana – Cuba) e a mesa de conversa com o Exército de Libertação Nacional (ELN). Dentro desse item, também reconhece a necessidade de desarticular outros poderes como o paramilitarismo. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)
2- Constituinte primária - defende a retomada do papel do povo colombiano em uma constituinte primária, para democratizar as relações sociais. Internamente a Marcha Patriótica realizou experiências de decisões participativas horizontais como forma de construir mecanismos que futuramente possam ser executados de forma ampla.
3- Construir um modo alternativo da ordem social - ou seja, de vida, de produção e de novas formas de poder e economia, que represente um novo sistema político; com o objetivo de democratizar a sociedade e o Estado. Esse item se apresenta contra as

ações neoliberais realizadas pelos últimos governos colombianos. Assim, destacam as propostas de dignificação do trabalho, defesas da classe trabalhadora, luta por direitos à saúde e educação. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

4- Reforma agrária integral - para a promoção da soberania alimentar e a defesa da economia camponesa. Por meio da repropriação social do território, reconhecendo o camponês como sujeito político. Além disso, a defesa das zonas de reserva camponesa, incentivando atividades como agroecologia e reprodução dos conhecimentos locais. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

5- Direitos humanos – Defesa da garantia efetiva e materialização dos direitos humanos por parte do Estado. Proteção ao direito a vida, integridade, dignidade humana, participação política e livre exercício da oposição. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

4.3 COORDENAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Diálogos de Havana, o diálogo como definido pelos objetivos da Marcha Patriótica, deve se basear em propostas de transformação do Estado, fundamentado na democratização e a criação de uma nova ordem política com a sociedade. Para isso o movimento defende a criação de uma base política capaz de garantir a participação mais ampla da sociedade. Na plataforma organizacional da Marcha Patriótica o diálogo como fator de solução do conflito armado é o item de maior destaque. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

> "Marcha defende uma transformação estrutural da sociedade e do Estado buscando a organização democrática real, direta, comunitária e autogerida. A organização democrática compreende a totalidade das relações sociais, incluindo as relações de gênero; da mesma forma, o regime político, o sistema político e partidário, todos os poderes públicos, as forças militares e policiais e, igualmente, todas as instituições e instâncias do aparato estatal comprometidas com a formulação e execução de políticas, especialmente, planejamento, orçamento e banco central." (Plataforma Política Marcha Patriótica, 2012)[21]

[21] Marcha propugna por una tranformación estructural de la sociedad y del Estado tendiente a su organización democrática real, directa, comunitária e autogestionaria. La organización democrática comprende la totalidad de las relaciones sociales, incluídas las relaciones de género; de igual manera, el régimen político, el

Para a Marcha Patriótica o diálogo de Havana significava gerar condições, mecanismos, cenarios colegiados e representativos inéditos, que sozinhos não seriam capazes de transformar todo o regime político ou o Estado, mas seria o fator de construção de um novo contexto de participação social por meio dos movimentos sociais e populares. Tais ambientes devem, como o Acordo alega, proibir a violência da ação política. Esta é talvez seria uma das condições mais difíceis, dado o papel que a violência política possui na reprodução da ordem social. Por meio dessa condição a Marcha define como ponto central o desmonte efetivo do paramilitarismo, força que hostiliza o direito a opocisão política na Colombia. Além disso, outra condição é que a insurgencia possa se transformar em uma ator político legítimo, que possa ocupar cargos no poder. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

Marcha patriótica como sujeito de paz, é uma síntese organizativa do processo de aumento e intensificação das lutas sociais nos anos 2000 na Colômbia. Segundo o Centro de Investigação e Educação Popular (Cinep, 2003) ocorreu um aumento de mobilizações e protestos sociais que superou as décadas de 1980 e 1990. O aumento dos protestos sociais. (CHICA, ÁVILA e VARGAS, 2017)

4.4 MARCHA PATRIÓTICA E O PROCESSO DE PAZ.

Marcha Patriótica por meio de sua luta pela paz com justiça social realizou alguns importantes eventos, que pressionaram o governo a iniciar o diálogo. Na seguinte tabela podemos destacamos os principais eventos como: "Encontro nacional e internacional para o acordo humanitário e a paz na Colômbia",em Cali, em 2009, eo "Encontro Nacional de Comunidades Camponesas, Indígenas e Afrodescendentes"pela terra e a paz da Colômbia. Diálogo é a rota ", em Barrancabermeja em agosto2011. Ambos possibilitaram o encontro entre diversas manifestações dos movimentos sociais[22]. (RODRIGUEZ e SILVA, 2017)

sistema político y de partidos, todos los poderes públicos, las fuerza militares y de policía, e, igualmente, todas las instituciones e instancias del aparato estatal comprometidas com el diseño y la ejecución de las políticas, em especial, de la planeación, la presupuestación y de la banca central. (Plataforma Política Marcha Patriótica, 2012)

[22] p. 192 Cruz Rodríguez, E. y Thahir Silva, S. (enero-junio, 2017). El movimiento político y social Marcha Patriótica: génesis, estructura y proyecto. Revista Colombiana de Ciencias Sociales, 8(1), pp. 188-224. DOI: http://dx.doi.org/10.21501/22161201.1927

- Tabela 1: Principais ações coletivas da Marcha Patriótica. (2010-2015)

Año	Acción Colectiva	Alcance
2010	-Julio 20. Marcha patriótica y el cabildo abierto por la independencia, conmemoración del bicentenario de los pueblos.	Nacional
2012	-Abril 20, 21 y 22. Lanzamiento del Consejo Patriótico Nacional del Movimiento Político y Social Marcha Patriótica.	Bogotá.
	-Junio 28. Caravana social y humanitaria por la vida, la armonía territorial y la paz.	Desde Bogotá, Popayán y Cali, hacia Miranda (Cauca).
	-Julio 14 y19. Movilización campesina en Putumayo para visibilizar las problemáticas generadas por la "Locomotora minera", la persecución y estigmatización de las comunidades, la desigualdad y la pobreza. Se rechazaban fundamentalmente las fumigaciones aéreas y la explotación minera.	Putumayo, desde distintos municipios hasta la capital, Mocoa.
	Octubre 4 al 12. Semana de la indignación.	Nacional
	Octubre 12. Paro nacional por la soberanía, la tierra y el territorio, contra el modelo económico.	Nacional. Marcharon cerca de 300.000 personas en 25 de los 32 departamentos del país.
2013	Abril 9. Marcha por la paz, la democracia y la defensa de lo público.	Nacional. Se desplazaron 200 mil personas desde distintas partes del país hasta Bogotá. En esta ciudad se movilizaron cerca de 700 mil personas.
	Agosto. Apoyo al paro nacional agropecuario.	Nacional.
2014	Enero 13. Manifestación en los juzgados de Paloquemao de Bogotá, en rechazo a la persecución de MP mediante "montajes judiciales".	Bogotá.
	Abril 30. MP se suma al paro agrario convocado por la Cumbre Agraria.	Nacional.
2015	Abril 9. Marcha del día nacional de la memoria y solidaridad con las víctimas.	Bogotá.

FONTE: (RODRIGUEZ e SILVA, 2017)

4.5 CRIMINALIZAÇÃO DA MARCHA PATRIÓTICA.

Na história da Colômbia, os movimentos sociais são tradicionalmente criminalizados. A criminalização ocorre ao se assimilar ao crime, qualquer tipo de mobilização social ou política. O estilo político militar, que atravessou diversos governos colombianos, principalmente o de Álvaro Uribe, utilizou a Doutrina da Seguranca Nacional, para interpretar os movimentos sociais colombianos como uma extensão das manifestações dos grupos insurgentes, definindo estes, como inimigos internos.

O Estado não é o único ator de repressão aos movimentos sociais na Colômbia. A contenção dos protestos e expressão de violência também são ações realizadas por grupos paramilitares. (RODRIGUEZ e SILVA, 2017)

O movimento Marcha Patriótica foi criminalizado, assim como outros grupos foram na história da Colômbia. Alguns autores comparam a criminalização da MP com o caso da União

Patriótica. Após a criação da Marcha Patriótica, o Estado e agentes privados, rapidamente criminalizaram o movimento, acusando de possuírem relações próximas e representarem um braço das FARC. Essa acusação é difícil de ser comprovada pois a MP representou algo mais amplo que os objetivos da guerrilha, incluiu temas de outros setores da sociedade em duas demandas. Os porta-vozes da Marcha descrevem que o movimento é majoritariamente formado por organizações camponesas que vivem em áreas afetadas pelo conflito armada, porém não assumem ter relações diretas com as FARC. (RODRIGUEZ e SILVA, 2017)

O intercambio humanitário, proposto pelo movimento estudantil, no momento em que se criavas as diretrizes da Marcha Patriótica, foi interpretado como uma ação de concessão as forcas das FARC. Em abril de 2012, durante o lançamento do movimento, as autoridades colombianas publicaram um documento supostamente das Farc, que declarava que possuíam a estratégia de criar um movimento homônimo, que os representassem. Em outro momento, veio a imprensa um documento que relatava que a MP era um ator inflitrado pelas FARC, com o objetivo de formar um partido político. (RODRIGUEZ e SILVA, 2017)

A Senadora Piedad Córdoba realizou denúncias que declaravam que o exército colombiano perseguia membros da Marcha Patriótica e promovia a não aderência ao movimento, justificando que era um movimento das FARC. Revelou também, que membros do exército estavam se infiltrando ao movimento, para monitorar os líderes nacionais. O general Alejandro Navas, então comandante das Forças Armadas, declarou: "Reconhecemoso direito de protestar, mas nós coletamos provas dadas a nós por computadores apreendidos em várias operações sobre a infiltração das FARC nesse movimento "(General Navasdiz ter provas de infiltração em Patriotic March, 2012).[23] Após três dias da criação da Marcha Patriótica o presidente Santos exigiu um esclarecimento do movimento sobre sua relação com as FARC. A MP se pronunciou rejeitando a posição do presidente, reiterou sua intenção de paz, e declarou que essa posição do presidente intensificaria o processo de criminalização do movimento, o qual se define legitimamente como político e social. A Marcha Patriótica rejeitou fortemente os posicionamentos de criminalização de seu processo. (RODRIGUEZ e SILVA, 2017)

A campanha de criminalização do movimento não parou com o esclarecimento da MP. O ministro da defesa, Juan Carlos Pinzón, veio a público declarar que as organizações terroristas

[23] p. 196 Cruz Rodríguez, E. y Thahir Silva, S. (enero-junio, 2017). El movimiento político y social Marcha Patriótica: génesis, estructura y proyecto. Revista Colombiana de Ciencias Sociales, 8(1), pp. 188-224. DOI: http://dx.doi.org/10.21501/22161201.1927

atuavam por meio de mobilizações de massa, como a Marcha Patriótica. Acusou a MP de ser financiada pelo movimento guerrilheiro. Piedad Córdoba se pronunciou perante o ataque ao movimento e exigiu que fossem apresentadas essas acusações as autoridades judiciais. Declarou que iria entrar com uma denúncia de perseguição política por parte do ministro. O movimento constantemente negou as acusações e reinterava seus objetivos e compromissos com a sociedade. "Na Marcha Patriótica não há mais armas do que ideias, e embora possamos igualar a insurgência em alguns momentos, há algo que não compartilhamos ou compartilhamos e é o uso de armas para ganhar poder "(Nossas armas são ideias, 2012).[24]

Em 8 de novembro o Conselho Patriótico Nacional de MP solicitou uma audiência para o governo. O objetivo era esclarecer a situação de estigmatizarão e perseguição que a Marcha Patriótica estava sofrendo. O governo se reuniu com o movimento para dialogar, porém as acusações iam alem do Estado, havia organizações privadas que promoviam a criminalização ao movimento. A imprensa colombiana publicava acusações de que a MP era diretamente relacionada com as FARC. Em 2013 a revista Semana publicou uma matéria com declarações de um líder pecuário José Félix Lafaurie, que afirmava que as FARC usavam MP influenciar a luta camponesa e extorquiam os camponeses. Outra acusação foi direcionada a MP pelo ministro da Defesa, Juan Carlos Pinzón, reafirmando que as FARC financiavam o movimento da Marcha Patriótica. (RODRIGUEZ e SILVA, 2017)

Piedade Córdoba mais uma vez denunciou a situação de criminalização do movimento. Declarou que até 2013 8 membros da MP haviam sido assassinados. Exigiu politicamente um esclarecimento do presidente a esse contexto. Em 2014 a MP denunciou que a situação estava se complicando nos territórios colombianos. Em Antioquia, a 17ª Brigada do Exército, convocou os trabalhadores, comerciantes e funcionários do Sintrainagro para declarar que as FARC estavam chamando Constituintes para a paz, com o objetivo de expandir seu poder e recuperar o controle territorial. Esse acontecimento, intensifica o discurso de que o movimento Marcha Patriótica representa uma tentativa de influencia das FARC na sociedade. Mais uma vez os líderes das MP, negaram essa hipótese.

> "se o cenário da Mesa de Negociação levar ao abandono das armas, serão as FARC que terão mais tarde, de decidir se vão criar um movimento político, ou se vão pedir entrada para algum dos já existentes. Então, dependerá das organizações políticas aceitá-las ou não. O pano de fundo da sua pergunta é se a Marcha é o movimento político das FARC. Isso está errado. É por isso que enfatizamos que eles são uma

[24] p. 197 Cruz Rodríguez, E. y Thahir Silva, S. (enero-junio, 2017). El movimiento político y social Marcha Patriótica: génesis, estructura y proyecto. Revista Colombiana de Ciencias Sociales, 8(1), pp. 188-224. DOI: http://dx.doi.org/10.21501/22161201.1927

> organização e nós somos outra completamente diferente, com uma origem de organizações populares que fazem o seu ato de frente para o país (León, 2012)."[25]

As FARC, em seus posicionamentos, reafirmam as declarações da Marcha Patriótica, de serem movimentos políticos diversos. Declaram que não se pronunciam constantemente pois suas declarações são distorcidas e manipuladas por outros atores políticos. Afirma que não possuem interesse sobre a MP, pois futuramente irão criar sua própria forca política. (RODRIGUEZ e SILVA, 2017)

A repressão oficial ao movimento MP se deu por meio de uso da forca excessiva para conter protestos e detenções arbitrárias de líderes da Marcha Patriótica. As mobilizações organizadas pela MP foram marcadas pela repressão. Suas ações eram contidas de maneira violenta, infringindo o direto democrático de manifestação. Além de repressão, ocorreram infiltrações nas mobilizações organizadas pelo movimento, agentes do Estado, acompanhavam os atos da MP, coletando fotos e informações do movimento. (RODRIGUEZ e SILVA, 2017) A repressão para-oficial realizada por grupos paramilitares promovia ameaças, perseguições assassinatos. Esses ataques direcionados a MP ilustra como o para militarismo não foi desmontado na Colômbia. (RODRIGUEZ e SILVA, 2017)

Em janeiro de 2014 já se contabilizava 26 mortes, das quais 16 seriam por homens armados, 6 mortos pelo Exército 5 pelo esquadrão antimotim móvel (Esmad) da polícia. Esse contexto era ainda mais hostil, devido as constantes ameaças que os membros sofriam. O nível de insegurança levou até a alguns membro a propor a retração do movimento, pois não havia segurança e garantias do governo o suficiente para continuar o processo de mobilização política e social. Até 2017 o número de mortos passa de 100 membros. Segue abaixo uma tabela que descreve os ataques sofridos pelos membros da MP:

[25] Si el escenario de la Mesa de Negociación conduce a la dejación de armas, serán las FARC las que tendrán que mirar posteriormente si van a fundar un movimiento político, o si van a solicitar ingreso a algunos de los existentes. Ya dependerá de las organizaciones políticas aceptarlos o no. El trasfondo de su pregunta es si la Marcha es el movimiento político de las FARC. Eso es errado y equivocado. Por eso enfatizamos que ellos son una organización y nosotros somos otra completamente diferente con un origen de organizaciones populares que hacen su actuar de cara al país (León, 2012). p. 197 Cruz Rodríguez, E. y Thahir Silva, S.

- **Tabela 2: Repressão para-oficial contra a Marcha Patriótica.**

Año	Acontecimiento
2012	Abril 27. Al día siguiente de las declaraciones del presidente Santos reclamando claridad a MP sobre su relación con las FARC, se conoció la desaparición en Putumayo de Herman Henry Díaz.
	Abril 28. Se denunció la desaparición de la dirigente social de San Vicente del Caguán, Caquetá, y de MP, Martha Cecilia Guevara Oyola.
	Abril 28. Se conoció el asesinato de Mauricio Enrique Rodríguez, quien durante ocho años se había desempeñado como jefe de escoltas del vocero de MP, Carlos Lozano.
	Mayo 9. Se conocieron amenazas de muerte en contra de la vocera de MP, Piedad Córdoba, por los grupos paramilitares "Águilas Negras" y "Rastrojos", y contra organizaciones integrantes de MP: Fensuagro, la Asociación Campesina de Desplazados (Asocamde), la Coordinación Nacional de Desplazados (CND), la Asociación Nacional de Desplazados de Colombia (Andescol), la Coordinación Nacional de Organizaciones Agrarias y Populares (CONAP), Reiniciar, la Mesa Amplia Nacional Estudiantil (MANE), Funhascol, la Asociación Nacional de Ayuda Solidaria (ANDAS), la Mesa Nacional de Víctimas, la Casa de Amistad con Venezuela y la Federación Nacional Sindical "Nuevo Liderazgo Campesino".
	Junio 5. El vocero de MP, Carlos Lozano, informó que había recibido amenazas de muerte del grupo paramilitar "Los Urabeños".
	Julio 20. Se denuncian amenazas a líderes de la MP en el Guaviare.
	Agosto 5. Fue asesinado Aldemar Pinto Barrios en Caloto Cauca.
	Octubre 20. Se revelaron amenazas del grupo paramilitar "Águilas Negras" a organizaciones sociales y personas integrantes de la MP en Santander y Barranquilla, por los "Comandos Urbanos Ejército Colombiano Antirrestitución".
	Octubre 31. Se conoce la desaparición de Miguel Ángel Pabón, integrante de MP en Los Acacios, Magdalena Medio.
	Noviembre 15. MP denuncia el asesinato de uno de sus líderes comunitarios, Édgar Sánchez, que previamente había recibido amenazas, en Soacha
	Diciembre 12. La MP denuncia la "instigación y seguimiento" por desconocidos en contra del vocero de la organización Andrés Gil y su familia, quien también es fundador de la ACVC
2013	Marzo 11. MP denuncia amenazas contra dirigentes de organizaciones sociales del Cauca a cargo del grupo paramilitar "Bloque Calima (Rastrojos) AUC".
	Marzo 26. Se conoció el asesinato de dos integrantes de MP: Gustavo Adolfo Piza García, dirigente campesino de Totoró Cauca y de la Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina, y Alonso Lozano, dirigente en el Guaviare desaparecido en inmediaciones del municipio de Mapiripán Meta, tras recibir amenazas, el 22 de marzo.
	Junio 11. Piedad Córdoba denunció amenazas en contra de su vida e intimidaciones a una integrante de su equipo de seguridad.
	Agosto. El grupo paramilitar "Los Rastrojos" amenazó a líderes sociales, políticos y defensores de derechos humanos, entre ellos, integrantes de MP.
	Octubre 9. MP denuncia el asesinato de dos de sus integrantes, que habían hecho parte de la UP, los esposos Nancy Vargas y Milciades Cano, líderes campesinos en el municipio de Algeciras (Huila).
	Noviembre 19. Se conoció del asesinato de otro dirigente de la MP en el Huila: Roberto Cortés.
2014	Febrero 3. La UP y MP recibieron nuevamente amenazas por parte del grupo paramilitar "Los Rastrojos".
	Noviembre 11. La ex senadora Piedad Córdoba denuncia públicamente un plan para asesinarla a ella, a Carlos Lozano, o a "Pastor Alape", para torpedear los avances en el proceso de paz.
2015	Enero 1. Amenazas de muerte en contra de Piedad Córdoba.
	Enero 22. Se conocieron nuevas amenazas en contra de integrantes de MP Atlántico y Magdalena, por el grupo paramilitar "Autodefensas Gaitanistas"
	Mayo. Se denuncian hostigamientos, seguimientos y amenazas contra el líder campesino y vocero de MP, Andrés Gil.

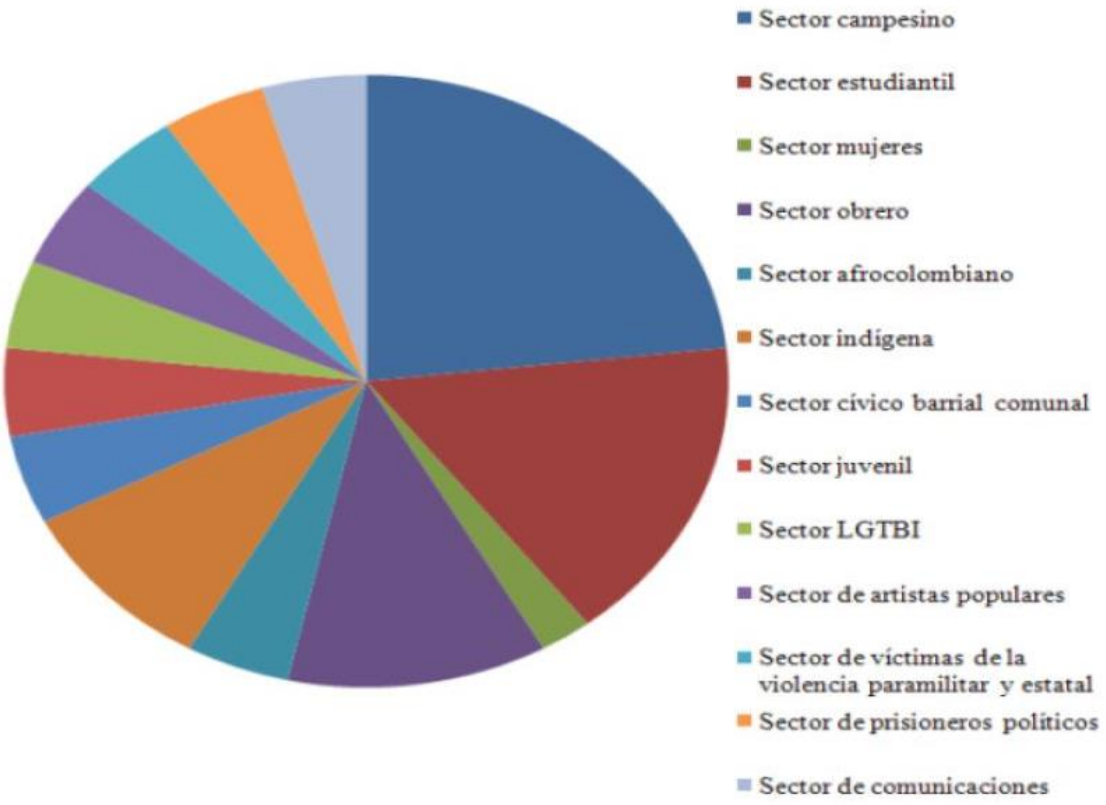
Fonte: (RODRIGUEZ e SILVA, 2017)

4.6- Setores que formam a Marcha Patriótica

Como apresentado anteriormente a Marcha Patriótica se projetou nacionalmente como representante de diversos movimentos e organizações sociais e políticas. As reivindicações se

caracterizam como contra-hegemonicas e confluem com o apoio de diversos setores. A Marcha Patriótica se formou baseada em 13 setores sociais, compostos por mais de 27.000 organizações. (HERRERA, 2014)

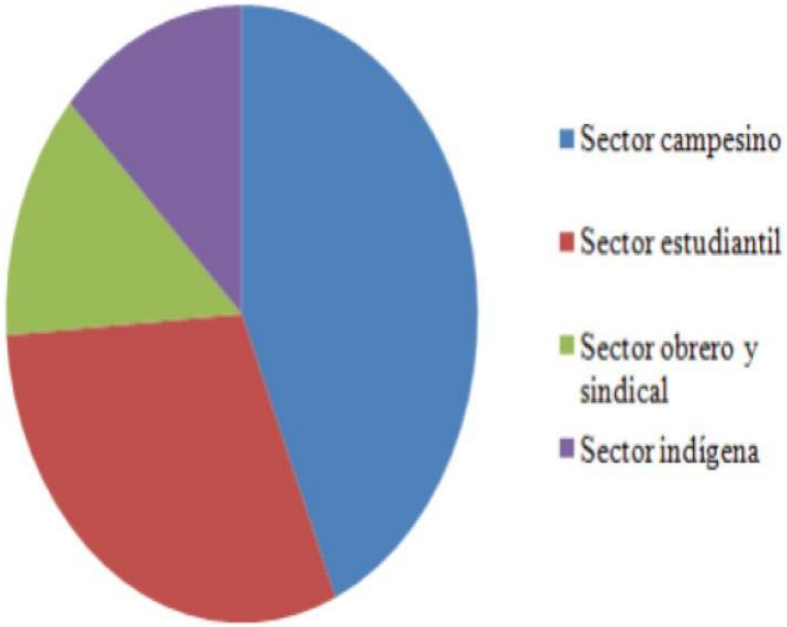
- Tabela 3: Setores que compõe a Marcha Patriótica



Fonte: HERRERA, 2014. Com base na Declaração Política da Marcha Patriótica, 2013.

Nesse gráfico é possível ilustrar a participação de diversos setores em diferentes intensidades. Os setores que participaram da criação da Marcha Patriótica foram: Setor campesino, setor estudantil, setor das mulheres, setor dos trabalhadores, setor afrocolombiano, setor indígena, setor comunidade cívica de bairros, setor juvenil, setor LGBT, setor artistas populares, setor vítimas da violência paramilitar e estatal, setor prisioneiros políticos e setor de comunicações. Os setores de maior destaque foram o camponês e estudantil. Mesmo com a diversidade de setores, o objetivo da Marcha Patriótica era absorver essa heterogeneidade em sua formação. (HERRERA, 2014) Esses setores organizaram suas revindicações particulares em torno movimento político e social da Marcha Patriótica, que possuí uma agenda ampla de desconstrução das problemáticas históricas da Colômbia. (HERRERA, 2014)

- Tabela 4: Setores de destaque na formação da Marcha Patriótica.



Fonte: HERRERA, 2014. Com base na Declaração Política da Marcha Patriótica, 2013.

Cada setor possui seus respectivos processos organizacionais e se reúnem na Marcha Patriótica por meio de uma estrutura unitária. A base social dos movimentos é diversa, essa característica que tornou o movimento em um ator de destaque nas relações políticas e sociais do país. Nesse sentido, é importante caracterizar algumas relações de destaque na projeção da Marcha Patriótica:

4.6.MOVIMENTO CAMPONÊS E A MARCHA PATRIÓTICA.

O Censo Nacional Agropecuário (DANE, 2015) identificou que o latifúndio possui crescimento constante na Colômbia, 64,8% das terras estão concentradas pelo domínio de 2,8% de proprietários de terras. Essa realidade possui reflexos no âmbito social da vida camponesa, resulta em altos níveis de pobreza, miséria e analfabetismo, acima do nível nacional, segundo dados do Departamento Administrativo Nacional de Estatísticas (DANE, 2015).

É importante contextualizar, que nos último anos o movimento camponês colombiano evoluiu em suas práticas de gremiais, de organização e mobilização. Cresceu de maneira setorial, ao incluir ao seu contexto a luta indígena e afrodescendente ao seus temas de reinvindicações. O principal tema abordado pela luta camponesa é a defesa de seus territórios

contra os projetos neoextrativistas e a exploração rural neoliberal. Essa pauta é ainda mais complexa devido a existência de outros poderes como, paramilitares e forças militares estatais. A defesa da autonomia dos territórios coletivos, especialmente as zonas de reservas camponesas e os territórios indígenas, freou parcialmente o processo acelerado de concentração de terras. O movimento camponês colombiano evidenciou e engradeceu o projeto de produção social coletiva e solidárias, que produziu forças de ampla resistência perante o avanço da produção agrícola neoliberal. Os protestos e mobilizações sociais cresceram nesse contexto desfavorável. Em 2012 os protestos sociais se multiplicaram, as mobilizações contra os megaprojetos mineiros e hidrelétricos. Nesse período ocorreram várias mobilizações pelo país com temas diversos, que culminaram no Paro Nacional Agrário de 2013 e a Cumbre Agrária Campesina, Ética e Popular de 2014. Essas mobilizações pressionaram ao governo a sentar em uma mesa nacional e em mesas regionais de interlocução. (FLORES, 2017)

O geólogo César Jerez Martinez, um dos líderes do movimento de áreas de reserva camponesa e da Cúpula Agrária, local de grande mobilização social do país, concedeu uma entrevista sobre o tema movimento camponês e Marcha Patriótica no dia 29 de março de 2018, em Bogotá, Colômbia. César é parte do conselho da ANZORC (Asociación Nacional de Zonas de RESERVA CAMPESINA), que nasceu no final dos anos noventa, porém estava inativo até 2011, quando foram retomadas as atividades no primeiro encontro de áreas de reserva camponesas em Barrancabermeja. (JEREZ, 2018)

Jerez é um grande conhecedor do movimento camponês colombiano, foi um dos atores políticos que convocou a reunião de diferentes organizações sociais em Barrancabermeja em agosto de 2013.[26] Desempenhou um papel fundamental na prisão de Catatumbo meados de 2013 e em sucessivas greves nacionais que opôs o governo Santos I, em agosto de 2013 e pouco antes das eleições de 2014. Além disso, como líder do Anzorc, tornou-se em uma dos líderes da Cúpula agrícola que reúne movimentos políticos como o projeto patriótico de março e dos Povos, sindicatos agrícolas como Fensuagro e organizações étnicas, como ONIC indígenas e comunidades negras Processo.[27]

Descreve que os principais movimentos sociais colombiano surgiram com as demandas históricas dos sindicatos petroleiros. A matriz econômica baseada na exportação de petróleo,

[26] Entrevista concedida dia 22/03/2018 em Bogotá, Colômbia, à Amanda C. H. Oliveira. O líder camponês Cesar Jerez.
[26] A Frente Nacional na Colômbia, 1958-1974

[27] http://lasillavacia.com/quienesquien/perfilquien/cesar-jerez-martinez

promoveu na região uma contexto de desigualdade social, econômica e política que se traduziu e mobilizações sociais. A origem desse movimento proletário possui fortes laços com partidos políticos e a ideologia comunista. (JEREZ, 2018)

Assim como o movimento sindical, o movimento camponês, surgiu como reflexo da estrutura desigual resultante da econômica agrícola. A Colômbia é um país economicamente agrário, que produz grandes contradições na questão da propriedade da terra. Em toda a história colombiana, a economia familiar e os latifundiários são atores que geraram conflitos, se trata de uma problemática estrutural, pois a Colômbia não realizou um amplo projeto de reforma agrária. Além desses atores, a guerrilha, com sua demanda pela reforma agrária, também é um fator de complexidade na ordem social colombiana. Para César, as guerrilhas, como as FARCS, se caracterizam como um movimento camponês, porém armado. Como resposta ao processo de exploração da terra, surgiram diversos movimentos camponês colombianos, com diferentes ideologias, porém estritamente relacionados pela tema da disputa da terra. César destaca alguns dos mais importantes movimentos camponês da Colômbia: ANUC, Fensuagro e ANZORC. (JEREZ, 2018)

A ANUC (Associação Nacional de Usuários Camponeses) possui uma projeção nacional na Colômbia, de transformação política do camponês. Como movimento, promoveu a mobilização dos camponeses, estimulando a formular decisões políticas para o bem-estar do campesinato colombiano. A criação associação foi liderada pelo vice-ministro da Agricultura, Mario Suárez Melo. Se baseou em constituição de comitês em aldeias, em associações municipais e associações departamentais. Criada com o decreto 755 em 2 de maio de 1967, e pela resolução 061 de 1968, foi formalmente constituída, em 1970, no primeiro Congresso Nacional de Camponeses usuários Colômbia. [28] A ANUC é uma associação do terceiro setor, sem fins lucrativos. Se descreve como legal, pois se submete a constituição e as leis da República da Colômbia. Autônoma, pois defende as liberdades individuais e coletivas vigentes nos direitos civis do país. Independente, pois não é institucionalmente relacionada ao Estado ou empresa privada. Pluralista pois possuem ampla influência nas diferentes formas associativas, sem distinção ideológica, religiosas, étnica… Democrática pois seus membro são livres, possuem direitos e obrigações iguais. E solidária, pois busca o bem estar, o desenvolvimento do campo e demais atores. Seu principal objetivo é organizar, treinar e

[28] http://www.anuc.co/historia.asp

representar os agricultores da Colômbia, atuando como interlocutor das relações sociais, em diversas temática como direitos econômicos, políticos, sociais e direitos culturais.[29]

Fensuagro (Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria.) é o resultado da união de esforços políticos e sindicais. A via política teve como destaque o movimento comunista colombiano, e a sindical a organização de centenas de líderes regionais. A união dessas forças resultou na convocação do Primeiro Congresso Constitutivo. Foi criada em 6 de dezembro de 1976, sob o nome de Federação Nacional Sindical Agropecuária (FENSA). Em 1987, a Fensa mudou seu nome para Fensuagro. Em fevereiro de 1988, teve seu maior ato de destaque,liderou várias manifestações no país na defesa da reforma agrária. A organização reúne diversos sindicatos e associação de pequenos agricultores em 22 departamentos. O objetivo da mobilização social é incentivar e proteger a educação, juventude, meio ambiente, mulheres rurais, crianças, cultura, direitos humanos, comunicações e questões agrárias e industriais.[30]

A ANZORC (Asociasión Nacional de Zonas de Reserva Campesina) foi fundada em agosto de 2010, por meio da reunião de organizações camponesas em Magdalena Medio, onde definiram linhas políticas que defendem a conquista da reforma agrária para a desconstrução das contradições encontradas no campo colombiano. Atualmente participam mais de 30 organizações camponesas, que formam um espaço de articulação e coordenação das organizações camponesas da zona de reserva camponesa. Possuem como objetivos estratégicos o reconhecimento dos direitos dos campesinos, o exercício de sua territorialidade para fortalecer e consolidar as Zonas de Reserva Camponesas e a conquista de reforma agrária colombiana.[31]

Há outros importantes movimentos camponeses que atuam no contexto político e social colombiano. Esses são exemplos em destaque, pois ajudam a caracterizar a ação da Marcha Patriótica sobre os movimentos sociais colombianos. A ANUC, não participou da criação da Marcha Patriótica e não faz parte desse movimento nacional. Devido seu caráter amplo dentro do setor agrário, propõe o auxílio e representação de todos os camponeses que demandarem a associação, não delimitando ideologia ou posicionamento político, dessa forma não se alinha às delimitações políticas e ideológicas da Marcha Patriótica. A Fensuagro participou dos

[29] http://www.anuc.co/quienes-somos.asp
[30] http://www.semana.com/nacion/articulo/cual-historia-fensuagro/100690-3 http://www.fensuagro.org/

[31] http://anzorc.com/historia/

movimentos de convocação da Marcha Patriótica e de sua criação. Permanecem no movimento, pois sua estrutura ideológica política é alinhada ao movimento. é possível identificar que a Fensuagro possui um forte vínculo com o partido comunista e com as FARCS. A ANZORC participou das mobilizações de criação da Marcha e do início do processo de criação, porém se distanciaram do movimento e atualmente não estão oficialmente relacionados. (JEREZ, 2018)

É nesse contexto que César expõe sua crítica a Marcha Patriótica, identifica que alguns movimentos se aproximaram da criação da Marcha Patriótica devido as proximidades de identidades políticas e ideológicas. Para o líder, essa mesma característica limitou a integração de outros movimentos, pois exclui os ideologicamente diversos. A Marcha Patriótica buscou ser um movimento amplo, de integração nacional, mas fracassou, devido sua delimitação política e ideológica, diretamente relacionada ao comunismo e as FARCS. Compreende que a Marcha Patriótica cumpriu um importante papel de defender o processo de paz. Foi um momento político único, onde ocorria uma revitalização do diálogo social. Define que o governo de Santos foi diferente do de Uribe, pois a proposta do diálogo de paz de Santos, criou uma comunicação, uma oxigenação na relação social. Para César a Marcha Patriótica se caracteriza mais em um movimento político, que mobilizou e articulou movimento sociais em torno do objetivo político de realizar os acordos de paz. Porém o movimento não previu que o governo de Santos democratizou o método democrático do diálogo social, legitimou o processo de paz, porém não propôs avanços de democratização da sociedade como um todo. Na opinião do líder político, a estratégia de Santos ao propor o diálogo e paz para a sociedade colombiana era desarmar a guerrilha e não democratizar a sociedade. Dessa forma, interpreta que a Marcha Patriótica é um movimento político que tendem a desaparecer, pois seu fator político, os acordos de paz, está fragilizado. (JEREZ, 2018)

4.6. MOVIMENTO ESTUDANTIL E A MARCHA PATRIÓTICA.

O setor juvenil-estudantil colombiano possui suas demandas sociais concentradas no tema da defesa da educação, pressionando o desmonte do modelo mercantil aplicado no país.

Sua luta se concentra em frear as reformas neoliberais na educação. Essas reformas tem como objetivo direcionar a educação superior à estrutura de crédito privado estudantil e debilitar o financiamento público da educação. Nos últimos ano o governo nacional, fundamentado por critérios técnicos, economicistas e elitistas, adotou a estratégia de implementação segmentada do modelo neoliberal. Sem realizar a participação do movimento estudantil, realizou um projeto contra as pautas sociais do setor estudantil. Nesse contexto as mobilizações e pressão estudantis cresceram e se organizaram politicamente. A Marcha Patriótica possui muitas influencias dessas demandas, o movimento estudantil foi determinante para a construção da MP. (FLORES, 2017)

Atualmente o movimento estudantil, junto com o movimento camponês é o mais forte e consolidado na Colômbia, tendo grande destaque em suas mobilizações. Todavia esse processo enfrentou algumas etapas, nas quais ocorreram transformações de suas estruturas de demandas políticas. Para a compreensão do conteúdo do movimento estudantil na Colômbia, é necessário identificar brevemente quatro períodos do movimento. [32]

1- O período da Frente Nacional (1958 – 1974) na qual a Colômbia foi governada por dois partidos conservador e liberal em um pacto político que buscava manter o método democrático no país.[33] Nesse momento o movimento estudantil era legitimado pelo Estado, pois possuía suas agendas alinhadas aos partidos governantes.
2- Entre 1960-1990 o movimento estudantil colombiano se politiza e radicaliza com influencias da teoria comunista. Se distancia dos partidos e de sua agenda. Nesse período o movimento estudantil se torna um ator fortemente atacado pelo Estado e forças paramilitares, ocorrem assassinatos de estudantes e Universidades são fechadas ou militarizadas.
3- Século XXI, mais precisamente 2005, o movimento estudantil se torna um movimento organizado com estruturas gremiais e define seus principais objetivos: autonomia universitária, financiamento estatal, democracia, e transformação do modelo pedagógico.

[32] Entrevista concedida dia 05/04/2018 em Bogotá, Colômbia, à Amanda C. H. Oliveira. O antropólogo Chistian Hurtado, foi fundador da Marcha Patriótica, quando atuava no movimento estudantil FEU. Concedeu uma entrevista para ilustrar o contexto do movimento estudantil, na criação da Marcha Patriótica.
[33] A Frente Nacional na Colômbia, 1958-1974

4- Período de 2005 a atualmente, o movimento estudantil cresce ideologicamente. Suas reinvindicações vão além das demandas estudantis básicas, realizam uma crítica ampla sobre o contexto político colombiano. Sua estrutura ultrapassa a definições gremiais e realiza mobilizações de amplo impacto social. A crítica se concentra na limitação da política neoliberal aos temas sociais, tanto na educação, quanto em outros temas. Defendem a proposta de paz e o diálogo como via de conciliação do conflito armado. (HURTADO, 2018)

Na Colômbia não há apenas um movimento estudantil organizado, é possível destacar pelo menos cinco. Esses movimentos são dispersos devidos suas definições ideológicas. Possuem similaridades políticas em suas pautas sociais, porém são divididos conforme suas proximidades partidárias e ideológicas:

1- FEU – Federação de Estudantes Universitários. Define como meta a transformação da educação superior do país, em busca do crescimento do acesso ao ensino superior. A federação atua como uma escola de pensamento dentro das Universidades, sendo informativo para refletir sobre o dever da sociedade
2- IDENTIDADE ESTUDANTIL– CP
3- OEE – PDA
4- ACEU – IUCO Asociación Colombia de Estudiantes Universitarios
5- FUN – MUDEP ´

Apenas a FEU participou da fundação e ainda permanece vinculada a Marcha Patriótica. Há evidencias de que a FEU foi o ator de fundação da Marcha Patriótica. Desde sua criação atuou como um movimento estudantil além das demandas específicas de seu setor, realizou fortes vínculos com temas da sociedade colombiana, se dedicou a defesas dos direitos humanos e da paz. Dessa maneira o movimento estudantil construiu um forte vínculo com o contexto do conflito armado, e defendia a proposta de diálogo para a solução desse contexto. A federação possuía uma atuação mobilizadora social além da estrutura gremial e da Universidade. (HURTADO, 2018)

A primeira articulação política realizada pelo movimento estudantil, foi em 2007 o CONAP, nesse encontro nasce a ideia de uma grande mobilização para o bicentenário do grito

de independência da Colômbia. De 2007 a 2010 ocorrem mobilizações estudantis esporádicas, carregadas de uma crítica macroestrutural, relacionado diretamente tema da paz e violações dos direitos humanos. Em 2009 a FEU se posicionou criticamente perante o contexto do conflito armado e apresenta seu apoio a estratégia de intercâmbio humanitário, que significa realizar as trocas de prisioneiros do Estados por prisioneiros das forças insurgentes, o movimento propunha humanizar o conflito e iniciar o diálogo para o fim desse. (HURTADO, 2018)

Em 2010, ano do bicentenário do grito de independência da Colômbia, os movimentos sociais lideram a proposta de criar uma grande comemoração patriótica, porém que contrapusesse a tradição militarista dessa data. Dessa forma, propõem uma marcha civil que expressasse as principais demandas políticas e sociais daquele contexto. A marcha comemorativa pode ser considerada como o marco ideológico de criação da Marcha Patriótica. (FLORES, 2018) Ao compreender a necessidade de articulação das principais demandas sociais e movimentos sociais colombianos a FEU atua como papel de líder desse evento e convoca a criação de uma coordenação de movimentos sociais. Chama a sociedade para realizar uma marcha na Universidade Nacional, que representasse a realidade social colombiana. Aproximadamente 35 mil pessoas participaram de atividades, discussões programáticas e proposta para a sociedade colombiana, durante dois dias. No terceiro dia, realizaram uma ampla marcha para fortalecer o movimento. Dessa forma surgiu o nome Marcha Patriótica para o movimento que defendia a coordenação e articulação de diversos movimentos sociais. Uma força ampla para a criação de uma outra política. (HURTADO, 2018)

David Flores é constantemente citado como o líder estudantil que teve maior destaque na criação e estruturação da Marcha Patriótica. O advogado de direitos humanos e hoje porta voz da Marcha Patriótica realizou uma entrevistas para destacar o contexto da criação da Marcha Patriótica e seus desdobramentos. Como estudante de direito na Universidade Nacional da Colômbia David atuava como representante estudantil no Conselho Universitário e secretário da FEU.

Entre 2010 a 2013 o movimento estudantil realizou uma integração de sua agenda por meio da articulação Mesa Ampla Nacional Estudantil.[34] O movimento enfrentava um momento de recuo de suas conquistas, dessa maneira mobilizou uma integração das pautas dos

[34] Entrevista concedida dia 12/04/2018 em Bogotá, Colômbia, à Amanda C. H. Oliveira. O advogado David Flores, foi o principal líder da Marcha Patriótica.

movimentos estudantis e outros setores. Como uma movimento amplo se tornou um dos principais atores na luta social da Colômbia. A MANE foi um importante espaço de articulação realizada pelo movimento estudantil, com o objetivo de conquistar apoio da sociedade contra as medidas neoliberais de educação. A MANE resistiu e derrotou propostas de reformas por meio de massivas manifestações, com propostas coletivas para implementar uma educação democrática aos colombianos. (FLORES, 2018) Durante os espaços de debate e articulação política promovida pela MESA surge a ideia da dinâmica permanente da coordenação de movimentos sociais. Definem nesse momento o objetivo de criar algo permanente, um caminho aberto, porém ainda não possuíam as delimitações de seus principais objetivos e estrutura organizacional. (FLORES, 2018)

O movimento estudantil FEU é constantemente relacionado com as FARCS, como um ator de influência da guerrilha no movimento estudantil. Todavia a FEU identifica que as FARCS possuem um capital político acumulado que pode ser positivo ao somar com outros setores. Não se identificam como membros ou assumem relação institucionais com as FARCS, porém a identificam como um ator estratégico na proposta de diálogo de paz, a qual o movimento se dedica. A FEU é um movimento estudantil autônomo, que possui uma crítica social ao contexto colombiano, uma de suas principais propostas nos últimos anos é o fim do conflito armado, dessa forma, se relacionar com as FARCS se tona uma ação de articulação política para o propósito do movimento social. Ambas as organizações possuíam o mesmo objetivo, o diálogo de paz, dessa forma elas estavam constantemente relacionadas, era um debate estratégico para alcançar sucesso em suas propostas políticas. O Estado colombiano e a mídia nacional, julgavam o movimento estudantil como parte das FARCS, muitos membros do movimento foram detidos pela acusação de participação da guerrilha, todavia não havia correlação e nenhum deles foi condenado. (HUERTA, 2018)

Consequentemente a Marcha Patriótica também foi constantemente relacionada com as FARCS, pela mídia e parte da sociedade. O movimento define que sua relação com as FARCS é reflexo da grande influência que o movimento camponês possui na Marcha Patriótica. Politicamente possuem algumas similaridades, como a defesa do fim do conflito armado por meio da promoção do diálogo de paz. A relação entre esses dois atores se estreitou, devido o objetivo da criação do processo de paz. Todavia a Marcha Patriótica, se caracteriza como um movimento de coordenação e articulação de movimentos, não necessariamente sendo parte desses ou interferindo diretamente em suas agendas. (FLORES, 2018)

Um fato que pode desmontar a hipótese de que a FEU, a Marcha Patriótica e as FARCS representam a mesma força política é a criação da do partido político da FARCS, além Da existência do movimento político e social da Marcha Patriótica e do movimento estudantil FEU. (FLORES, 2018)

Em relação ao governo de Juan Manoel Santos, Cristian interpreta que o espaço de diálogo criado em seu primeiro governo, é resultado de uma pressão que os movimentos sociais realizaram ao governo, por meio de mobilizações que integravam e articulavam diversos temas e setores. Destaca que a Marcha Patriótica teve um grande papel na construção de um outro ambiente político para os movimentos sociais. Identifica que foi a criação da Marcha Patriótica e de suas mobilizações sociais que convenceram as FARCS da possibilidade de um diálogo de paz. (FLORES, 2018)

Havia dois interesses na proposta de paz do conflito colombiano, de Santos era o fim do conflito, para a aceleração do processo neoliberal nas zonas dominadas pelas insurgências. Da Marcha Patriótica a conquista da paz e a desconstrução do da estrutura de desigualdade social e política. (FLORES, 2018)

Teoricamente a Marcha Patriótica não pode ser identificada como apenas movimento social, ou apenas movimento político. A MP foi estruturada na lógica do movimento de movimentos, que possui dois níveis: a mobilização e reconhecimento dos movimentos sociais de diversos setores e temas e o objetivo político de alcançar a estrutura do Estado e produzir uma ação política de promoção do diálogo de paz e desconstrução da realidade desigual da Colômbia. O movimento social constrói a agenda, mas é o movimento político que executas suas demandas, fundamentado principalmente na tática de mobilização. O que os une é a ação política. Dessa forma o movimento se caracteriza como político e social. (FLORES, 2018)

Identifica que a Marcha Patriótica logrou poucos sucessos ao atrair e articular muitos movimentos sociais em âmbito nacional. Dessa forma não cumpriu por completo seu papel de ser o movimento dos movimentos. Todavia alcançou um grande avanço ao construir uma estrutura que identifique essa proposta, do movimento dos movimentos, como a principal estratégia dos movimentos sociais. Resiste em defender que os movimentos sociais colombianos precisam realizar a tática do movimento de movimentos. (FLORES, 2018)

A Marcha Patriótica criou uma relação fluída com a esquerda colombiana. Foi um ator de unificação da esquerda política e dos movimento sociais, por meio de sua estrutura aberta

além do movimento social. Foi um importante movimento, que confluiu mais de 2.000 organizações em volta de sua estrutura. Sua criação não tinha o interesse de participar ativamente do processo de paz, todavia em seu processo de articulação dos movimentos sociais se tornou um importante ator nesse espaço de diálogo. O experimento teórico e prático da criação de um movimento social e político não logrou seus objetivos específicos. A Marcha Patriótica foi bem sucedida como movimento social, articulou diversos movimentos e manteve sua estrutura de movimento social. Entretanto como movimento político, não alcançaram o objetivo político de participar eleitoralmente. O objetivo era disputar o poder do Estado sem perder suas características de base de movimentos sociais. A disputa do movimento como ator político eleitoral foi deficitária. Na Colômbia é permitido se candidatar sem partido político, apenas como pessoa civil. Ocorreram candidaturas e vitórias eleitorais, sem relação direta do no Marcha Patriótica, nas quais o movimento apenas coordenou a candidatura. Legalmente a Marcha não pode registrar nenhum candidato, pois não possuem personalidade jurídica de partido político. A intensão da Marcha Patriótica nunca foi ser um partido político, pois seu objetivo era confluir forças que não se relacionam entre si nos espaços políticos, devidos suas definições ideológicas. O exercício de unir todos esses temas e setores em torno de um partido político é irreal na realidade colombiana.

Movimentos de movimentos foi uma experiência proposta pela Marcha Patriótica, possuí uma teoria muito flexível de seu formato. A intenção é a articulação dos movimentos sociais, e não engolir as peculiaridades dos movimentos na superestrutura da Marcha Patriótica. A Marcha não interfere na agenda de seus movimentos, apenas alinha politicamente os movimentos sociais em sua coordenação.

4.*6. MOVIMENTO TRABALHISTA E SINDICAL COLOMBIANO.*

Os primeiros sindicatos da Colômbia surgem do processo de industrialização do país, deles faziam parte artesões, trabalhadores de plantações de banana, portos e navegação fluvial. (HERRERA, 2014) Em 1936 a Confederação dos Trabalhadores da Colômbia (CTC) reuniu em torno de sua organização, essas forças sindicais ainda recentes. A formalização dos primeiros grupos sindicais da história da Colômbia, não significou uma institucionalização das organizações sindicais. (HERRERA, 2014)

Na CTC de desenvolveram divisões de natureza ideológicas responsáveis pela desintegração e ruptura da Confederação. Em 1960, uma linha ideológica originária do Partido

Comunista, foi expulsa do CTC. Demandavam estruturas mais autônomas que as existentes na estrutura normativa da CTC. (HERRERA, 2014)

Esse contexto resultou em um setor sindical desarticulado na Colômbia que prejudicou a consolidação do movimento no país. Formado por múltiplas associações pouco alinhadas, resultavam em mobilizações e ações dispersas. (HERRERA, 2014) Dentre essas organizações é possível citar: União dos Trabalhadores da Colômbia (UTC), Confederação dos Trabalhadores da Colômbia (CTC), Confederação Sindical dos Trabalhadores da Colômbia (CSTC) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) entre outros. (HERRERA, 2014)

Essa dispersão do movimento sindical colombiano teve como consequência, a permanência de um desalinhamento nas demandas do setor. Não conseguiram avançar em conquistas significativas para o movimento. A legislação colombiana continua limitando as atividade de organizações de trabalhadores, em geral há uma continuidade das circunstâncias adversas os trabalhadores. (HERRERA, 2014)

Mesmo com esse contexto adverso as forças trabalhistas e sindicais, esse setor é uma temática de grande importância para as experiências organizacionais. Dessa forma, há dentro da estrutura da Marcha Patriótica, forças de natureza sindical e trabalhista. (HERRERA, 2014)

4.6.MOVIMENTO INDÍGENA COLOMBIANO.

O movimento social indígena existe desde o processo de colonização da Colômbia. Tradicionalmente caracterizado pela sua resistência ao tratamento opressivo que o Estado colombiano direciona aos movimentos sociais, é um movimento ativo na defesa de seus direitos. (HERRERA, 2014)

Na estrutura organizacional do movimento indígena, existem diferentes frações, pois seus processos são baseados em diferentes comunidades. No entanto, o setor possui uma confluência e torno de suas demandas, suas reivindicações são alinhadas e organizadas. Possui uma estrutura de organização rígida e hierarquizada, capaz de sustentar uma rede de ação em nível nacional. Realizam diversas ações comuns, com uma vasta participação o que lhes proporciona o fortalecimento de suas demandas. Como exemplo é possível citar: o Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC), criado em 1971, a Organização Nacional Indígena, um

jornal chamado Unity indiana (1975), encontros como o Lomas Hilarco (1982), entre outros eventos importantes. (HERRERA, 2014)

O movimento indígena é um setor temático e possuí suas demandas específicas. Mesmo que exista algumas necessidades similares ao movimento camponês, o movimento indígena é independente. O movimento participa diferentes processos e defende reivindicações de autonomia territorial, étnica e autônoma. (HERRERA, 2014) O congresso dos Povos, é caracterizado como o movimento articulador que mais se aproxima do setor indígena. Dessa maneira a Marcha Patriótica se concentrou mais nos movimentos camponeses e estudantil.

4.7 MARCHA PATRIÓTICA E AS FARC.

Uma das maiores indagações trabalhadas pela mídia e governo foi a relação do movimento Marcha Patriótica com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia- Exercito do Povo (FARC-EP). Dessa forma, torna-se necessário compreender qual é a influencia da força guerrilheira no movimento político e social Marcha Patriótica. Segundo Luis Rueda, comandante das FARC[35], não é possível relacionar integralmente o movimento à guerrilha, não há um laço formal. Todavia, devido as complexidades políticas existentes no contexto colombiano, torna-se impossível desconsiderar as FARC como um ator de influencia em uma mobilização social. Como já descrito anteriormente, o movimento político e social Marcha Patriótica possui uma grande influencia do movimento camponês, dessa maneira, há uma base social das FARC na Marcha Patriótica, todavia isso não representa uma relação dos dois atores. Pois a Marcha Patriótica engloba diversos outros movimentos e temas, é fundamentada nessa diversidade e subjetividade. (Rueda, 2018)

Os movimentos sociais colombianos são tradicionalmente segregados, há diversos movimentos nacionais, como o estudantil, sindical, camponês, indígenas. Entretanto era, pequenos e dispersos. O projeto da Marcha Patriótico era unir, coordenar e fortalecer em torno de um grande pacto de movimentos. (Rueda, 2018) A expressão política da Marcha Patriótica possui influencias além da mobilização social, mas também como participação eleitoral. Dessa forma, o movimento atuou com uma forte característica política, além das definições teóricas, demonstrando ser uma articulação fortemente democrática. Os movimentos tiveram conquistas

[35] RUEDA, Luis. Membro das FARC. Entrevista concedida a Amanda Oliveira. Bogotá, 12 de abril. 2018. [a entrevista se encontra transcrita no Apêndice dessa dissertação]

políticos, por meio de suas coordenações regionais, dessa forma a articulação de movimentos foi se fortalecendo. (Rueda, 2018)

A grande mobilização de 2010 foi organizada pelo movimento estudantil FEU, porém a grande maioria dos participantes era oriunda do movimento camponês. Os camponeses migraram até Bogotá e foram recebidos pelos estudantes na Universidade Nacional. Esse movimento camponês, que se fortaleceu em Bogotá, já enfrentava anos de mobilizações e articulações políticas, dessa forma representava um forte e organizado movimento agrário. A base social, que sustentou a luta da Marcha Patriótica, está concentrada no campo, formada por camponeses, negros e indígenas, dessa maneira torna-se impossível desconsiderar a possível influência ideológica da luta pela terra, liderada pela guerrilha das FARC, todavia o movimento político e social Marcha Patriótica não possui influencia diretas das FARC. (Rueda, 2018)

A criação da Marcha Patriótica representou uma importante expressão política com base social. A guerrilha, como um ator clandestino e ilegal, não podia se expressar da mesma forma. Assim os camponeses, dispostos a construir um caminho político e social para suas demandas, encontraram na Marcha Patriótica um caminho legítimo. Havia também líderes políticos, que mesmo alinhado a luta pela terra, não se relacionavam com as FARC, pois isso o tornaria criminoso. A Marcha Patriótica foi um importante meio de articulação e união de demandas políticas e sociais, que se encontravam dispersas no complexo contexto colombiano. (Rueda, 2018)

O CONAP, foi o momento político responsável por ampliar essa estratégia para um nível nacional. O CONAP convocou diversos movimentos colombianos e cada região criou uma coordenação de trabalho social. A Marcha Patriótica, em todo seu processo de construção tinha o objetivo de criar uma amplitude nacional, por meio da subjetividade. A Marcha Patriótica, não tinha a intenção de ser um partido e por isso não se tornou um. Foi um movimento aberto com o objetivo de fazer política em diversos polos. Seu caráter articulador, não possuía a ambição de criar uma coesão política e sim de alinhar diversas visões. (Rueda, 2018)

A Marcha Patriótica representa um movimento social, pois articula diferentes movimentos sociais de diversas temáticas e setores e também se caracteriza como um movimento político pois foi um ator responsável por convencer a sociedade da necessidade do acordo de paz. No preambulo do processo de reinvindicação de paz 2010 – 2012, por meio de uma pressão nacional à proposta de paz, a Marcha Patriótica construiu um consenso nos

movimentos sociais em apoio ao processo de paz. (Rueda, 2018) O movimento social e político esteve presente no processo de criação da proposta de paz. Formaram painéis de debates sobre o contexto político e social do conflito armado colombiano. Por fim, a Marcha Patriótica, foi o ator que convocou a população para debater e construir a proposta de paz para a Colômbia. O objetivo político encabeçado pelo movimento foi conjuntural, pois os objetivos políticos definidos pelo movimentos são amplos e possuem dimensões além do processo de paz. (Rueda, 2018) O objetivo político do processo de paz, tinha em sua natureza, um forte vínculo com as FARC. Há também, outros objetivos políticos mais amplos que também se alinham aos objetivos das FARC, como o tema da terra na Colômbia. Nesse contexto, a Marcha Patriótica tinha como metas, fazer uma pressão social sobre o tema, fortalecer os movimentos a favor da paz e criar consistência para a articulação política e social. (Rueda, 2018)

Santos foi o ministro da guerra do governo de Uribe, desenvolveram o Plan Colômbia para desmontar as FARC. Mesmo com todo o esforço bélico, o apoio dos EUA, o governo de Uribe, com Santos no ministério da guerra, não derrotou a guerrilha. As FARC forma fortemente golpeadas, porém não foram vencidas. O forte conflito bélico desgastou ambas as partes, tanto socialmente quanto economicamente. (Rueda, 2018)

Segundo a intepretação de Luís Rueda, quando Juan Manoel Santos assume o poder em 2010, a guerra estava em um ritmo intenso, com muitas vidas perdidas e gastos militares. Porém era possível estimar que podiam ocorrer ainda 20 anos de guerra, pois os dois lados estavam equilibrados, não haveria uma derrota nos próximos anos. Dessa forma, Santos interpretou que o processo de paz, poderia ser uma saída estável para a Colômbia, compreendendo que o cenário econômico da América Latina entrava em uma crise, a paz seria uma solução para evitar gastos e estimular a economia em diversas regiões do país. Havia também a pressão das transnacionais, que possuem um forte interesse em intensificar seus investimentos na país pacificado. (Rueda, 2018) Ocorreu uma união de fatores que construíram um cenário favorável ao diálogo de paz. Não foi somente uma pressão social dos colombianos, nem somente a vontade política de Santos, ou a pressão internacional dos investidores. Foi um união dos interesses de diversos setores que culminou em um contexto de negociação. (Rueda, 2018)

O movimento de movimentos é a definição apresentada pela Marcha Patriótica sobre sua estratégia de organização. Adequar as lutas nas condições específicas colombianas, levaram a Marcha Patriótica a recorrer teoricamente a ideologias mais universais, a estrutura organizacional do movimento foi formada pelo próprio movimento e não por uma teoria de

movimentos sociais. São peculiaridades, que o contexto emergencial de conflito armado, levou ao próprio movimento criar suas estratégias e teorias. Dessa maneira, a ação movimento de movimentos, representa a necessidade de articulação de múltiplos movimentos em um estrutura única, isso era uma demanda específica do momento político de Colômbia. A Marcha Patriótica resinificou a teoria de movimentos sociais, segundo suas demandas. A articulação de movimentos sociais, tinha um caráter de movimento político incluso, pois possuíam uma demanda pragmática: a paz.

O contexto dos movimentos sociais na Colômbia era desintegrado e desarticulado, mesmo com demanda próximas, não havia uma união. A estratégia do movimento de movimentos, surge do necessidade emergencial de obter uma coesão dos movimentos sociais, referente ao conflito armado. O objetivo foi descontruir a fragmentação das expressões sociais críticas existentes. (Rueda, 2018)

A transformação da realidade colombiana não deve surgir de apenas um movimento, mas da articulação dos diversos movimentos já existentes. A intensão era criar uma força que construísse outro ambiente, onde as FARC pudessem sair da clandestinidade e se tornassem um novo ator político. (Rueda, 2018) Movimento de movimentos foi uma ação criada para suprir a realidade da dispersão dos movimentos da Colômbia, para formar uma proposta de peso. Não possui a amplitude de uma teoria, seria ambicioso interpretar como uma, possuiu um sentido prático importante para a mobilização dos movimentos sociais em torno da Marcha Patriótica. A academia colombiana foi tradicionalmente cooptada pela direita, as teorias sociais ocorrem mais na prática, do que no teórico, pensamentos e propostas para o contexto colombiano. A dinâmica dos conflitos sociais no país é muito orgânica, dessa maneira as propostas teóricas tendem a se exilar da realidade. (Rueda, 2018)

4.8 REFLEXÕES CONJUNTURAIS.

A Marcha Patriótica não visou construir um partido, pois foi um ator articulador de movimentos e não possuíam a ambição de criar uma coesão própria com caráter partidário. A Marcha Patriótica hoje é uma coordenação social e movimentos sociais, não se transformou em um partido e não deu continuidade à sua estrutura de movimento social e movimento político. Suas bases continuam sendo movimentos sociais e seu caráter político foi transferido para o partido das FARC. As Farc ainda são muito criminalizadas.

Após realizar uma revisão das principais características organizativas da Marcha Patriótica é possível esboçar uma resposta ao questionamento central dessa dissertação: Marcha Patriótica, um movimento político ou social?

Como conclusão esse trabalho apresenta que a experiência da Marcha Patriótica, transbordou as definições teóricas e atuou como um movimento político e social. É possível verificar que a Marcha foi um ator político em dois acontecimentos na conjuntura recente: no convite a sociedade colombiana para apoiar e lutar pelo processo de paz entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia- Exercito do Povo (FARC-EP); e a revitalização da dinâmica dos movimentos sociais no país. Sua organização se caracteriza como um movimento social, pois é fruto de diversos movimentos.

O marco da ação coletiva da Marcha Patriótica foi articular coerentemente uma proposta nacional, fundamentada na busca pela identidade plural e diversidade constitutiva. O movimento realizou um diagnóstico da realidade colombiana, esboçou uma proposta e mobilizou a sociedade para defendê-la.

A Marcha Patriótica não visou construir um partido, pois foi um ator articulador de movimentos e não possuíam a ambição de criar uma coesão própria com caráter partidário. A Marcha Patriótica hoje é uma coordenação social e movimentos sociais, não se transformou em um partido e não deu continuidade à sua estrutura de movimento social e movimento político. Suas bases continuam sendo movimentos sociais e seu caráter político foi transferido para outros atores, como o partido das FARC. A Marcha passou por um processo de transformação de sua estrutura organizacional, porém ainda possuiu as mesmas linhas estruturas de quando de denominava movimento político e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema que foi trabalhado nessa dissertação são os aspectos democráticos da América Latina. Foi analisado o caso da democracia colombiana para apresentar breves considerações sobre o tema. Metodologicamente é possível interpretar a estrutura de sociedade colombiana

como uma democracia. Porém o histórico de violência social e as intervenções dos estilos políticos no Estado refletem que os processos de democratização na sociedade ainda são frágeis.

Ao observar o caso da Marcha Patriótica dentro da estrutura democrática colombiana, considero que o movimento de aproximação do governo Santo aos movimentos sociais, mesmo fruto de interesses de grupos de poder, representa uma democratização da estrutura de participação social, prevista pela constituição colombiana.

Referente aos objetivos específicos, segundo os autores teóricos analisados, não se pode considerar um movimento político e social. Pois suas formas se confundem nas definições. Porém o que cabe a considerar é que essas análises não prevê a possibilidade teórica dessa convergência. Porém ao analisar o caso da Marcha Patriótica, torna-se evidente que o movimento desconstruiu essa divisão e formulou uma organização que se caracteriza legitimamente como movimento político e social. Movimento político, pois defendia uma demanda política específica de proposta de paz e pressão do governo e sociedade em torno desse tema político. Movimento social, pois possui uma crítica ampla a ordem vigente e realizava, por meio de articulação de movimentos sociais, uma ação mobilizadora.

Dessa forma é possível reafirmar que as experiências sociais são os fatores de motivação da formulação teórica e não o contrário. Assim, as análises estruturais foram úteis para construir uma seleção de compreensões necessárias para observar o caso da Marcha Patriótica.

Como resposta a pergunta do caráter político ou social da Marcha Patriótica, considera que a Marcha se estrutura nessa definição, pois possuía uma demanda conjuntural. A proposta de articulação de movimentos, ou seja, movimento de movimentos, torna complexo a caracterização da estrutura organizacional da Marcha. Porém foi o fator que viabilizou sua demanda política de mobilização da sociedade em torno da pás. Dessa maneira, é possível afirmas, que as ações sociais, são emergenciais, e por muitas vezes não possuem tempo de enfrentar todas as etapas de teorização.

Como compreendido teoricamente, as mobilizações sociais contemporâneas, são um objeto de análise em aberto. A história da Marcha Patriótica é a ilustração de como uma experiência social é imprevisível. Foi uma ação política ao ser o ator mobilizador da proposta de paz para as estruturas institucionais e um movimento social, desde sua estrutura organizacional, até a sua proposta de desconstrução da ordem. Todavia, ao conquistar sua

demanda política emergencial, convencer a sociedade da necessidade dos diálogos de paz, a Marcha Patriótica se desconstruiu teoricamente e se tornou uma coordenação política e social de diferentes atores. Por se tratar de um fenômeno, ainda recente, não é possível determinar, se a convergência do fator político com o social, foi responsável pela descaracterização do movimento. Porém o que é possível afirmar, é que a Marcha Patriótica foi um importante ator, de projeção nacional, que atuou como movimento político e social nos últimos anos na Colômbia e conquistou vitórias importantes em sua breve história.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALVAREZ, Maurício. **Por uma segunda y definitiva independência: umas análises AL movimiento colombiano Marcha Patriótica.** Protestantismo em Revista | São Leopoldo | v. 36 | p. 90-107 | jan./abr. 2015 Disponível em: < http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp>

ARBOLEDA, P. B. La violencia política en Colombia: justicia transicional en el marco del proceso de paz entre el Gobierno Santos y las FARC-EP**. Revista Prole-gómenos. Derechos y Valores**, 16, 32, 49-68. 2013. Disponível em: http://www.redalyc.org/html/876/87629921004/

AZNÁREZ, Carlos. **Eleições colombianas: o grande vencedor é a abstenção**. 28 de maio de 2014. O Diario.info. Disponível em: <http://www.odiario.info/?p=3288.> Acesso em: 23 de abril de 2015.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** Tradução de Marco Aurélio Nogueira – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORON, A. **Estado, Capitalismo y democracia en América Latina**- 1 ed. Buenos Aires, ClACSO, 2003.

BOTERO, Patrícia. **Movimientos generacionales a partir de cinco experiencias de acción política en Colombia.** Nómadas no.34 Bogotá Jan./Jan. 2011

CASTRO, Susana. O escândalo dos falsos positivos na Colômbia. **Rev. Comunicação e Política**, Rio de Janeiro, vol 27, n 3,2009.

CHICA, L.; ÁVILA, a.; VARGAS, J. Subjetividad política transformadora, poder constituynte y paz com justicia social en Colombia: aportes y perspectivas Del Movimento Político y Social Marcha Patriótica (2010- 2015). In:MARTIN, A.; RUBIU,S.;PUELLO-SOCARÁS, J. **Poder(es) en movimiento(s) procesos y dinámicas (re)constituyentes en Colombia.** Primera edição, Bogotá :Universidad Nacional de Colombia (Sede Bogotá). Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. InstitutoUnidad de Investigaciones Jurídico Sociales Gerardo Molina (UNIJUS), 2017. P127- 174.

CONARE. **Brasil bate recorde na concessão de refugio a estrangeiro**. Portal Brasil, 2015. Disponível em:(CONARE http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/01/brasil-bate-recorde-na-concessao-de-refugio-a-estrangeiros) Acesso em: 5 de abril de 2015

ECHAVARRÍA, Juan. **Colombia en la década de los noventa: neoliberalismo y reformas estructurales en el trópico.** Cadernos Conjuntura econômica, 2000. Disponível em: file:///C:/Users/Bancada%20Superior/Downloads/Co_Eco_Septiembre_2000_Echavarria.pdf

FLORES, D. Marcha Patriótica como sujeto político de paz y proceso constituyente. In:MARTIN, A.; RUBIU,S.;PUELLO-SOCARÁS, J. **Poder(es) en movimiento(s) procesos y dinámicas (re)constituyentes en Colombia.** Primera edição, Bogotá :Universidad Nacional de Colombia (Sede Bogotá). Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. InstitutoUnidad de Investigaciones Jurídico Sociales Gerardo Molina (UNIJUS), 2017. P175-202.

GONZÁLEZ, C. La crisis del estado social em el gobierno de Álvaro Uribe. **Revista Ratio Juris**, Vol. 8 Nº 17, p. 1- 20. 2013

GOROSTIAGA, D. O enfrentamento Uribe-Santos: ¿Diferenças superficiais ou contradições no bloco de poder dominante? **Cuadernos del GESCAL. Memorias del Grupo de Estudios sobre Colombia y América Latina Revista Multidisciplinaria de Estudios sobre Colombia y América Latina** Publicación Anual. Año 1 - No. 1- Agosto de 2013 - Buenos Aires, Argentina Versión Impresa: ISSN 2344-9535 / Versión Electrónica: ISSN 2344-9411

HENRIQUEZ, Júlia, **Direitos Humanos**, Sede da Marcha Patriótica, julho de 2014. (Informação verbal)

HERRERA. **Estudio de caso: La Marcha Patriótica como movimiento social y político: Análisis de la naturaleza de un actor en construcción a partir de su accionar y sus reivindicaciones. 2010 - 2012.** Politóloga En la Facultad de Ciencia Política y Gobierno Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario, Bogotá, 2014.

LECHNER, N**. Democracia y utopía: la tensión permanente**; ed. de Ilán Semo, Francisco Valdés Ugalde, Paulina Gutiérrez- México: FCE, FLACSO, 2014

MASSAL, J. A mudança constitucional: Um fator de democratização? **anal.polit.** vol.25 no.75 Bogotá May/Aug. 2012.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova** no.17, São Paulo, Junho, 1989

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**/ Carole Pateman; tradução de Luiz Paulo Rounet. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

QUIJANO, Anibal. **Poder, globalização e democracia**. – Novos Rumos. 2000.

REGUERA, Emília Girón**. El control de constitucionalidad en Colombia**. Cizur Menor: Thomson Aranzadi, 2006.

RIVERA, Jairo, **O Movimento estudantil e a reforma universitária na Colômbia**: depoimento. 15 de maio de 2012. Entrevista concedida ao JCA no VII. Disponível em http://www.jcabrasil.org/2012/05/o-movimento-estudantil-e-reforma.html Acesso em 23 de abril de 2015.

RODRIGUEZ, C.; SILVA, T.; El movimiento político y social Marcha Patriótica: génesis, estructura y proyecto. **Revista Colombiana de Ciencias Sociales**, 8(1), pp. 188-224, 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.21501/22161201.1927

SANTOS, Boaventura. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Organizador Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo; ed. Cortez, 2010

SANTOS, Fabio. **Violência em perspectiva histórica: dilemas do processo de paz na Colômbia.**

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1942.

SCHNEIDER, Sérgio**. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais.** Cadernos de Sociologia, Porto Alegre,1998.

SILVA, Fabrício Pereira. **Um olhar sobre as relações entre movimentos sociais e Estados refundados nos Países Andinos, a partir de teorias participativas da democracia.** Polis vol.12 no.36 Santiago dic. 2013

TAPIA, L. **Política Selvaje.** La Paz: Muela Del Diablo Editores. 2008

ZULUAGA, Rodrigo **Hitoria Del constitucionalismo en Colômbia.** La Pontificia Universidad Javerian, Cali, 2013. Disponível em: http://www.ricardozuluaga.com/docs/art-historia-del-constitucionalismo-en-colombia.pdf

WILLS-OTERO, L.; e BENITO, C. De Uribe a Santos: Cambios y continuidades na política colombiana em 2011. **Revista de ciencia política**, V. 32, N^0 1, P. 87 – 107, 2012. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0718-090X2012000100005&script=sci_arttext&tlng=pt acesso em 09/04/2018